



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 134

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 8 de maio de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos, foram apresentados diversos votos. A saber:

- Voto de Congratulação pelo “título de bicampeão nacional de voleibol feminino da 1ª Divisão, conquistado pela equipa do Clube Desportivo Ribeirense”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a apresentação do voto feita pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, usou da palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela “participação da Escola Básica Integrada de Santa Maria, no concurso CanSat 2012 – Andoya – Noruega”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Bárbara Chaves, seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo “excelente resultado do projeto para a construção de um satélite, dos alunos da Escola Básica de Santa Maria”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra a Sra. Deputada Aida Amaral, para fazer a respetiva apresentação.

- **Voto de Congratulação pela “passagem dos 25 anos da Rádio Lumena”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Sobre o mesmo, usaram da palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt, para proceder à leitura do mesmo, e os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelo brilhante resultado alcançado pelo atleta Miguel Ventura, campeão nacional de mega sprint”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a apresentação do voto feita pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Protesto “pela ausência de classificação de leite na Ilha das Flores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP;

Após a apresentação do voto, que coube ao Sr. Deputado Paulo Rosa, usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*) e Duarte Moreira (*PS*).

Para um protesto, usou da palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Paulo Rosa (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto foi rejeitado por maioria.

- Voto de Protesto pela “falta de apoio do Governo da República à extensão do cabo de fibra ótica às Flores e Corvo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Gabriel Eduardo, para proceder à leitura do voto, Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), seguindo-se a votação da qual resultou a aprovação por maioria.

- Voto de Pesar “pelo falecimento do Prof. Doutor Walter Medeiros”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, tendo usado da palavra para fazer a sua apresentação o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Posteriormente passou-se para as declarações políticas, usando da palavra para o efeito o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Zuraída Soares (*BE*).

Sobre a primeira, usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Para uma interpelação, usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Sobre a segunda, usou da palavra para uma intervenção o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), à qual se seguiu um protesto por parte do Sr. Deputados Jorge Macedo (*PSD*).

No Período da **Agenda da Reunião** foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2012 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março, que estabelece o regime jurídico de inertes na faixa costeira e no mar territorial”;

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), iniciou-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Bárbara Chaves (*PS*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012 – “regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial”;

Apresentado novamente pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), a proposta em apreço foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Aquando do debate, usaram da palavra os Srs. Deputados José Cascalho (*BE*), Paulo Ribeiro (*PSD*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Isabel Rodrigues (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

3 - Petição n.º 7/2011 – “contra a construção do campo de golfe de Santa Maria”, apresentada por Daniel da Silva Gonçalves, na qualidade de primeiro subscritor;

Apresentado o relatório da CAPAT pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues, relatora da Comissão, usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Silveira (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), José Cascalho (*BE*), Aida Amaral (*PSD*), Bárbara Chaves (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Usaram ainda da palavra, para uma interpelação, os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

4 - Projeto de Resolução n.º 22/2012 – “atribuição de insígnias honoríficas açorianas”, apresentado pelo Presidente da Assembleia, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM, o qual foi aprovado por unanimidade;

5 - Projeto de Resolução n.º 5/2012 – “estudos de impacto nas negociações comerciais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Ventura, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e os Srs. Deputados Abel Moreira (*CDS-PP*), Duarte Moreira (*PS*), José Cascalho (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), António Ventura (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 05 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.
Vamos iniciar o nosso período legislativo de maio de 2012, com a chamada, conforme é habitual.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

Joe Valadão **Rego**

José Gabriel **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Paulo Jorge Silva **Ribeiro**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS-PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar no nosso PTAP, começando naturalmente com os votos.

Vamos começar pelo Voto de Congratulação do PSD relativo ao campeão nacional de voleibol feminino.

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Campeão Nacional de Voleibol Feminino

Na noite do passado dia 5 de Maio, perante centenas de apoiantes que encheram o Pavilhão Gimnodesportivo das Lajes do Pico, a equipa sénior feminina do

Clube Desportivo Ribeirense, sagrou-se, pela segunda vez consecutiva, campeã nacional da 1ª Divisão de voleibol.

Foi no quinto ‘set’, na denominada “negra”, que as atletas do Ribeirense fizeram valer a sua supremacia sobre a equipa do Gueifães, sua adversária no play-off, que antecedeu o final deste campeonato.

Depois de há um mês atrás ter conquistado, pela terceira vez, a Taça de Portugal, a equipa sénior feminina de Voleibol do Clube Desportivo Ribeirense vence o campeonato e conquista o título de Bicampeã. Consegue aquilo que na gíria desportiva se denomina “a dobradinha”.

Esta é a segunda época consecutiva em que consegue tal feito desportivo.

No espaço de sete anos, tempo em que este Clube participa na divisão de mais alto nível competitivo do voleibol nacional, a equipa feminina do Ribeirense conquistou dois campeonatos e três Taças de Portugal.

Este é um resultado desportivo de excelência que nunca, até agora, foi alcançado por qualquer outro Clube da Região, em nenhuma modalidade desportiva.

Nestes últimos anos, mercê das excelentes classificações que tem alcançado no campeonato nacional, a equipa do Ribeirense tem levado a nível internacional o nome dos Açores, com a participação nas competições europeias.

O Clube Desportivo Ribeirense, ao longo das mais de três décadas de vida desportiva, quer na modalidade de voleibol, quer na modalidade de patinagem, tem prestigiado o desporto da ilha do Pico e dignificado o nome dos Açores no plano nacional e internacional.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe um voto de congratulação pelo título de bicampeão nacional de voleibol feminino da 1ª Divisão, conquistado pela equipa do Clube Desportivo Ribeirense, confirmando assim mais uma excelente época desportiva.

Dirige os parabéns às atletas e à equipa técnica, nomeadamente ao seu treinador Paulo Barreto, por terem alcançado tão honroso feito desportivo, desejando-lhes os maiores sucessos, no futuro.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Clube Desportivo Ribeirense, bem como à Associação de Voleibol da ilha do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 8 de Maio de 2012

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas e Cláudio Lopes.

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto com todo o gosto.

Subscreve integralmente tudo o que nele é dito e apresentará na quinta-feira um voto de igual teor.

Obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

(O Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Passamos para um Voto de Congratulação, do Partido Socialista relativo à participação da Escola Básica Integrada de Santa Maria no concurso CanSat 2012 – Andoya – Noruega.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Participação da Escola Básica Integrada de Santa Maria, no concurso
CanSat 2012 – Andoya – Noruega**

Decorreu em Andoya, na Noruega, de 23 a 26 de Abril, o segundo concurso europeu CanSat 2012, com a participação de 14 equipas provenientes de diversos países europeus, entre os quais Portugal.

O **CanSat** é uma iniciativa da Agência Espacial Europeia (ESA) e dos respetivos parceiros europeus, direcionado a alunos das Escolas Secundárias da Europa, que consiste essencialmente na construção de um protótipo de um satélite real, integrado no interior de um volume equivalente a uma lata de refrigerante.

No concurso, o desafio colocado aos alunos é, assim, a incorporação de todos os subsistemas principais encontrados num satélite, tais como energia, sensores e sistema de comunicação, dentro deste volume mínimo.

O objetivo é, então, assegurar que o Satélite seja lançado, através de um foguete, a uma altitude de algumas centenas de metros esperando-se que, durante a queda, sejam recolhidas determinadas informação pré-estabelecidas.

O projeto CanSat oferece uma oportunidade única aos alunos envolvidos, permitindo uma primeira experiência prática de um projeto Espacial, em contexto real.

As equipas são responsáveis por todos os aspetos associados à operação, desde a conceção do projeto, a seleção da respetiva missão, integração dos componentes, testes, preparação do lançamento, recolha de dados, análise e tratamento dos mesmos através de um software, também ele desenvolvido pelas respetivas equipas.

A seleção das equipas para participação no concurso, é baseado numa série de critérios, destacando-se: o mérito científico e técnico da missão proposta; o programa de divulgação associado ao evento; a distribuição do trabalho entre os membros da equipa; e, por fim, do tempo que a escola disponibilizou ao projeto.

De entre muitos e excelentes projetos apresentados a concurso, foram selecionadas 14 equipas, provenientes de escolas secundárias de diversos países, nomeadamente: Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, França,

Grécia, Holanda, Noruega, Roménia, Espanha e Portugal, sendo que, o nosso País, foi representado por uma equipa originária da Escola Básica Integrada da ilha de Santa Maria, que muitos nos honra.

Essa equipa, que tomou a designação de Azorean Shearwater (cagarro açoriano) coordenada pelo professor Juan Nolasco e apoio do professor Hélder Chaves, foi constituída por 5 alunos, do 11º Ano de Escolaridade, cada um deles com as suas funções e competências bem definidas: as alunas Mariana Moreira e Mileida Costa ficaram com a incumbência do desenvolvimento do Software, os alunos Jerry Cunha e Antero Moura, responsáveis pela eletrónica, ficando o aluno João Melo com as competências ao nível da estrutura.

O projeto apresentado pelos alunos marienses, que contou com o apoio financeiro da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, bem como do Conselho Executivo da Escola, tinha a missão de monitorizar o aumento do nível das águas do mar e deteção de derrames de petróleo no Arquipélago dos Açores, tendo como objetivo científico a recolha de imagens com a determinação das respetivas coordenadas, detetando eventuais problemas ambientais que pudessem vir a afetar as diferentes ilhas dos Açores.

Se a seleção da equipa da escola mariense, como representante de Portugal para participação no concurso europeu CanSat 2012 é, por si só, um fator de sucesso, o facto da mesma equipa ter alcançado o 3º lugar do pódio durante a mesma competição é, assim, um motivo de mui elevado orgulho e louvor, que deve ser realçado e saudado pelo sucesso que deteve.

Com a atribuição dessa classificação, fica demonstrado que é possível às nossas escolas, professores e alunos, com empenho, trabalho e dedicação, atingirem elevados níveis técnicos e científicos, promoverem a criatividade e espírito empreendedor, determinante para que se formem Homens e Mulheres motivados para os novos desafios da Humanidade.

Para além deste lugar alcançado pelos alunos de Santa Maria, gostaríamos aqui de relevar a experiencia única proporcionada pela participação no concurso, alicerçada num trabalho minucioso, meticoloso, dedicado e intenso, que

mereceu o empenho por parte de toda a equipa, que despendeu muitos dias e muitas horas de trabalho no desenvolvimento do projeto.

Assim sendo, pelo extraordinário desempenho alcançado, pela magnífica experiência que a participação no CanSat 2012 proporcionou aos jovens mariense que embarcaram nessa aventura, pela dedicação dos professores que foram incansáveis e um exemplo de profissionalismo, pela envolvimento que o desenvolvimento projeto proporcionou ao nível das famílias, comunidade e Estação da ESA em Santa Maria, pelo mérito que teve ao colocar a Escola, a ilha e a Região no centro das atenções e pelo exemplo dado a outras escolas do País demonstrando que somos bons também em termos tecnológicos;

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela participação do grupo de alunos da Escola Básica Integrada de Santa Maria e respetivos professores, no concurso europeu CanSat 2012, bem como pelo 3º lugar alcançado no mesmo.

Que deste Voto seja dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Santa Maria, alunos e professores envolvidos, Câmara Municipal de Vila do Porto e Estação de Santa Maria da Agência Espacial Europeia.

Sala das Sessões, Horta, 8 de Maio de 2012.

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, Hernâni Jorge, Bárbara Chaves e Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

Presidente: Não havendo intervenções, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um voto do Partido Socialista Democrata, creio que com o mesmo objeto ou objeto idêntico.

Sra. Deputada Aida Amaral tem a palavra.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Numa época onde a informação corre a uma velocidade extraordinária e onde as comunicações são cada vez mais avançadas, é com enorme satisfação que verificamos que mais uma vez a Ilha de Santa Maria, ilha de Gonçalo Velho está na linha da frente da tecnologia dos satélites, ao ter concorrido com um projeto para a construção de um satélite, concurso realizado na Noruega e onde os alunos da Escola Básica de Santa Maria, obtiveram um honroso terceiro lugar entre diversos projetos de diferentes países, alguns deles com uma maior capacidade de recursos humanos e financeiros.

Esta classificação deve orgulhar todos os portugueses, açorianos e em especial os marienses, porque veem-se assim recompensados, e, embora sendo uma ilha pequena perdida no meio do oceano, provamos aquilo que somos capazes apesar dos nossos meios financeiros limitados e de termos concorrido com 14 países europeus com maior capacidade do que a nossa pequena ilha.

É justo reconhecer todos aqueles que mais diretamente estiveram envolvidos no projeto, nomeadamente os professores Hélder Chaves e Juan Nolasco, e os alunos. Mariana Moreira, Melaida Costa, João Cunha, Jerry Cunha e Antero Moura.

Este voto de congratulação, reconhece não só o esforço e empenho que todos demonstraram, mas é também o reconhecimento de que Santa Maria é, mais uma vez, capaz de estar na linha da frente, sendo de destacar também a ESA de Santa Maria, pelo apoio e serviço que presta a esta ilha, colocando-a no mapa da mais alta tecnologia aeroespacial.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias apresenta um voto de congratulação, pelo excelente resultado do projeto para a construção de um satélite, dos alunos da Escola Básica de Santa Maria, ao obter um honroso terceiro lugar.

Mais propõe que o teor deste voto seja dado conhecimento ao Conselho Diretivo da Escola Bento Rodrigues, aos professores, alunos e ESA.

Horta e Sala de Sessões, 7 de Maio de 2012

Os Deputados: Duarte Freitas, Aida Amaral, António Marinho e Luís Garcia.

Deputados Duarte Freitas e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um Voto de Congratulação, do PS, relativo à passagem dos 25 anos da Rádio Lumena.

Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Passagem dos 25 anos da Rádio Lumena

A rádio foi o primeiro dos meios de comunicação de massa que deu imediatismo à possibilidade de divulgar os factos no exato momento em que estes ocorrem e é, de entre todos os meios de comunicação, o mais popular e o de maior alcance, pois, mesmo na era da globalização, é o único que permite levar a informação a populações de vastas regiões que por motivos geográficos, económicos e culturais não têm acesso a outros meios.

Numa realidade arquipelágica como a nossa, a rádio assumiu desde sempre um papel fundamental, esbatendo a distância que nos impõe a nossa descontinuidade territorial e ligando através da emoção das palavras todos os açorianos, inclusivamente aqueles que, em busca de melhores condições de vida e de novas oportunidades, partiram das suas pequenas ilhas para outras partes do mundo.

É no contexto desta nossa realidade que no ano de 1987 nasce, na ilha de São Jorge, a Rádio Lumena, embora funcionando sem instituição legal. É, apenas, no dia 1 de Novembro do ano seguinte que um grupo de apaixonados pela rádio reúne no então estúdio da Rádio Lumena, atual Auditório Municipal das Velas, e elege os órgãos sociais da Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense que viria a suportar a Rádio Lumena. É eleito como presidente da direção o Sr. José Eduardo de Melo Maciel que, juntamente com o seu irmão Albano Octávio de Melo Maciel, foram grandes impulsionadores deste projeto.

No dia 3 de Janeiro de 1989 sucede a primeira reunião da Assembleia Geral da Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense e a 6 de Março do mesmo ano é atribuído à Rádio Lumena o alvará para o exercício da atividade de radiodifusão. No dia 23 de Abril, dia de São Jorge, padroeiro do Concelho das Velas, dá-se a inauguração das emissões da Rádio Lumena na frequência atribuída de 107.1 Hz.

Ao longo dos seus 25 anos de existência a Rádio Lumena foi-se atualizando, estando hoje devidamente equipada com os meios tecnológicos e humanos necessários ao desempenho das suas funções.

Sempre ao serviço dos jorgenses e dos seus ouvintes a Rádio Lumena mantém 24 horas de emissão própria, inclusivamente através de emissão online, e cumpre o seu dever de informar, de entreter e de unir os que sintonizam a sua frequência. Mantém programas informativos e programas musicais, promove e transmite em direto os principais eventos e festividades da ilha de São Jorge, divulga a cultura e as tradições jorgenses e potencia o estreitamento de laços entre os nossos emigrantes e a sua terra, nomeadamente através de um programa emitido, de segunda a sexta-feira, em simultâneo com as rádios KLBS e KSQQ na Califórnia.

Ao completar 25 anos de existência, a Rádio Lumena orgulha todos os que assistiram ao seu nascimento, todos os que contribuíram e contribuem para o seu crescimento e todos os que diariamente escolhem esta rádio para sua companhia.

Assim, tendo em conta o papel que a Rádio Lumena desempenhou e continua a desempenhar no desenvolvimento e na promoção da ilha de São Jorge, bem como na união dos jorgenses, os residentes em São Jorge e os que, tendo escolhido outro lugar para viver, guardam no Coração a sua terra natal, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no período legislativo de maio, aprove este voto de Congratulação pela passagem do 25º Aniversário da Rádio Lumena e que dele seja dado conhecimento à Rádio Lumena, aos seus funcionários e colaboradores.

Horta, Sala das Sessões, 08 de maio de 2012

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, José Gaspar Lima, Paula Bettencourt e Rogério Veiros.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques tem a palavra.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD quer associar-se a este Voto de Congratulação à Rádio Lumena.

A própria Rádio Lumena tem um separador, ou *jingle*, que diz: “Rádio Lumena, a voz de São Jorge”.

De facto, ao longo destes 25 anos a Rádio Lumena tem sido a voz de São Jorge. É uma rádio que – e quero deixar aqui o meu testemunho, enquanto parlamentar, o parlamentar mais antigo desta casa – tem feito um trabalho excelente na cobertura dos trabalhos da Assembleia, não de forma tendenciosa, mas de uma forma muito clara, transmitindo tudo o que aqui se passa.

Como os Srs. Deputados sabem, há assuntos que são transversais à Região e há outros que são localizados, ou na Ilha Terceira, ou na Ilha de São Jorge, ou na Ilha do Pico. A Rádio Lumena tem sido uma rádio local com dimensão regional, e tem tido a preocupação, ao longo destes anos, de transmitir os debates nesta casa, sobretudo sobre a Ilha de São Jorge.

Lembro o então presidente da Assembleia, Dr. Fernando Menezes, que num dos debates em que se falava sobre São Jorge, ele dava a palavra a um dos Deputados e dizia “e estamos em direto na Rádio Lumena”.

Deputado José San-Bento (PS): Então veja lá o que é que vai dizer!

O Orador: Portanto, a Rádio Lumena, ao longo destes anos, tem feito o seu papel.

Foi além fronteiras, e eu próprio senti isso há 2 anos nos Estados Unidos, na Califórnia, nas estações da KLBS e KSQQ, onde os jorgenses se sentem...

Deputado José San-Bento (PS): Que cultura, Sr. Deputado!

O Orador: Não é só o Sr. Deputado San-Bento que viaja para esses lados.

A Rádio Lumena chega a esses lados e é um orgulho para nós.

Nós, em boa hora, congratulamo-nos e associamo-nos a este voto apresentado pelo PS.

O Grupo Parlamentar e esta Assembleia aproveita o facto de estar presente o seu presidente, o seu diretor, José Machado (que está presente nas cabines da comunicação social), para o saudar pelo trabalho que a Rádio Lumena, ao longo destes 25 anos, tem feito em prol de São Jorge e dos Açores.

Muito obrigado.

Deputados Duarte Freitas, Pedro Gomes e António Marinho (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com gosto que o Grupo Parlamentar do CDS-PP se quer associar a este Voto de Congratulação.

Congratula-se essencialmente pela forma como a Rádio Lumena, ao longo destes 25 anos de existência, tem, de uma forma isenta, gerido este órgão de comunicação social, tão importante para a Ilha de São Jorge e não só.

De salientar a forma como os atuais dirigentes e os seu antecessores souberam gerir as dificuldades desta rádio, fazendo hoje dela uma das rádios senão a mais ouvida das ilhas do triângulo.

Souberam, como já frisei, de uma forma isenta, sempre transmitir aquilo que se passa na nossa Região e em especial na Ilha de São Jorge.

Por tudo isso queremos deixar aqui uma grande saudação a esta rádio, aos seus dirigentes e aos seus colaboradores, por este importante serviço que prestam aos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Passemos à votação, Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro Voto de Congratulação, da autoria do PSD, relativo ao campeão nacional em mega sprint.

Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Assunto: Campeão Nacional em mega sprint

Temos vindo à tribuna para apresentar a esta Assembleia alguns votos de congratulação pelos excelentes resultados em provas desportivas de atletas açorianos. Hoje vimos destacar o caso de um atleta com apenas 10 anos, o Miguel Subica Rebelo Ventura, aluno da Escola Canto da Maia, de Ponta Delgada, que se sagrou campeão nacional de mega sprint na categoria de Infantis Masculino, com o tempo record de 5,94 segundos.

A prova, no âmbito das atividades do Desporto Escolar, realizou-se nos dias 13 e 14 de abril, no Estádio Municipal de Vagos, em Aveiro, incluída na Fase Nacional do mega sprinter 2012, evento que contou com a participação de alunos de todo o país.

A comitiva açoriana foi constituída pelos alunos Sofia Sousa, da Escola Básica Integrada Francisco Ferreira Drummond, da ilha Terceira, e Miguel Ventura, da Canto da Maia, de S. Miguel, que foram apurados a partir da fase regional, nos passados dias 2 e 3 de março.

Miguel Ventura iniciou a sua atividade desportiva aos 3 anos de idade, tendo já praticado ginástica de iniciação, judo, futebol e atletismo.

Na sua carreira desportiva, é de destacar o facto de na época desportiva de 2007/2008 ter vencido todos os combates que realizou na modalidade de judo, iniciando depois a prática de futebol em 2009, sendo atualmente atleta do Clube Desportivo de S. Roque.

O Miguel Ventura, após os treinos realizados no Benfica, foi convidado para participar num torneio internacional, que terá lugar no final deste ano.

Este atleta tem, assim, demonstrado grandes capacidades em várias modalidades, tendo ganho as provas de mega sprint, a nível da sua escola, da ilha de S. Miguel e a nível regional, apuramento que se realizou na ilha do Pico.

O Projeto Mega Sprinter 2012 atingiu um grande sucesso no atletismo escolar e contou com a parceria entre o Desporto Escolar e a Federação Portuguesa de Atletismo, evento em que participaram cerca de 880 atletas, em representação das cinco Direções Regionais Educativas do Continente e da Região Autónoma dos Açores.

A edição nos Açores contou com um total de 6.812 participações, em que 5.716 na Fase de Escola, 1.044 na Fase de Ilha, 50 na Fase Regional e 2 na Fase Nacional, tendo sido representadas 34 escolas da Região.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação pelo brilhante resultado alcançado pelo atleta Miguel Ventura, campeão nacional de mega sprint.

O presente voto deverá ser dado conhecimento à Escola Canto da Maia, bem como a seus familiares.

Horta e Sala de Sessões, 8 de Maio de 2012

Os Deputados: Duarte Freitas, Clélio Meneses, António Pedro Costa e António Marinho.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Mendonça tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, como é lógico, a este voto do PSD, atendendo a que um dos objetivos das políticas do desporto regional é promover e aumentar a prática do desporto escolar.

Dentro disto, além dos jogos desportivos escolares, existem as práticas regulares nas provas de corta-mato, mega sprint e mega salto.

Isto tem sido um sucesso na Região, comprovado com os resultados alcançados a nível nacional.

Em 2012, nos regionais, ocorreram 6.812 participações, como foi dito no voto, o que corresponde a 5.716 alunos de 34 escolas regionais.

Deste apuramento, que decorreu a 2 e 3 de março, no Pico, foram apurados 3 alunos açorianos para os nacionais.

Aqui importa realçar que no caso do mega sprint e mega salto o índice regional de participação é de 13%, enquanto no Continente é apenas de 1%.

A nível nacional, dos 3 açorianos apurados – duas participações no mega sprint e uma participação em estafeta –, Miguel Ventura, da EBI do Canto da Maria, São Miguel, sagrou-se campeão nacional em infantis masculinos de mega sprint, e Sofia Sousa, da EBI Francisco Ferreira Drummond, da Terceira, sagrou-se campeã nacional de estafetas, escalão infantil femininos.

O PS associa-se ao voto do PSD e acrescenta a mesma congratulação à participação de Sofia Sousa.

Tenho dito.

Presidente: Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, relativo à classificação de leite na Ilha das Flores.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Governo Regional incumpre com a classificação do leite na Ilha das Flores

Na Ilha das Flores o leite produzido e entregue na Cooperativa Ocidental nunca foi classificado pelo IAMA – SERCLA, à semelhança do que sucede nas demais ilhas onde há produção de leite.

Ao Serviço de Classificação de Leite (SERCLA) compete exercer todas as atividades relacionadas com a classificação de leite ao produtor com base na sua qualidade higiénica e composição.

Durante alguns meses de 2010 decorreu uma fase experimental do sistema de classificação de leite que parou, subitamente, em Dezembro do mesmo ano. Desde então, nem fase experimental, nem um sistema de classificação real e efetivo como ocorre nas demais Ilhas.

É incontornável lembrar que a legislação comunitária exerce uma acentuada pressão sobre o produtor de leite para que se obtenha uma matéria-prima em qualidade higio-sanitária que não ponha em risco a saúde pública.

No contexto legal de vários regulamentos comunitários, como o Regulamento 853/2004 e o Regulamento 1662/2006, estabelecem-se as regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal, nomeadamente as relativas à produção de leite cru.

Neste sentido, da exigência dos regulamentos comunitários nasceu a necessidade de criação da Portaria n.º 75/2009, de 17 de setembro, que aprova as regras a que deve obedecer a classificação do leite cru à produção na Região

Autónoma dos Açores e revoga a Portaria n.º 11/98, de 5 de março, e o Despacho Normativo n.º 193/98, de 30 de julho.

Ora, a ausência de classificação de leite na Ilha das Flores prova à sociedade que o Governo Regional não cumpre os regulamentos comunitários nem a legislação regional e permite que a saúde pública seja colocada em risco.

Além deste inaceitável incumprimento do quadro legal em vigor, também a imagem dos produtos lácteos, em especial o queijo das Flores, é negativamente afetada com o inevitável impacto nos mercados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Uma situação insustentável que tem merecido reclamações dos dirigentes cooperativos e continuadas promessas por parte do Governo Regional que, porém, nunca as cumpriu.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além do mais, o sistema de classificação de leite possibilita beneficiar financeiramente quem produz em qualidade e penalizar quem não produz. Uma disciplina essencial para a qualidade higio-sanitária do leite. Ou seja, o sistema possibilita uma maior justiça entre os produtores, reconhecendo e valorizando os que se esforçam por melhorar a qualidade higiénica e nutricional do leite e, acima de tudo, atuando na segurança alimentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Acresce que esta situação de incumprimento qualitativa para o leite cru na Ilha das Flores é de extrema gravidade, não só porque afeta potencialmente a saúde pública, mas também porque atinge a credibilidade dos produtos lácteos Açorianos e ilustra mais um falhanço das políticas de coesão, pois fragiliza ainda mais a já de si débil economia da Ilha das Flores.

E o único responsável é o Governo Regional, entidade que tutela o IAMA – SERCLA, que nunca se empenhou em resolver este quadro de ilegalidade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e de manifesto prejuízo para a Ilha mais Ocidental do arquipélago, desprezando e ferindo reiteradamente o principal pilar da sua economia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente pela ausência de classificação de leite na Ilha das Flores que configura, não só um total desrespeito pela legislação em vigor, mas também um quadro de claro prejuízo para a fileira do leite, desde os produtores à Cooperativa Ocidental, penalizando de forma inexplicável e inaceitável o tecido económico dessa ilha e podendo colocar em causa a saúde pública.

O Deputado Regional: Paulo Rosa

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não haver intervenções.

Deputado António Ventura (PSD): Tem!

Presidente: Sr. Presidente... é assim que se diz, Sr. Deputado! Tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado António Ventura fica logo entusiasmado!

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Estamos perante um caso de negligência e de irresponsabilidade do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): É o seu caso!

O Orador: Há claramente uma responsabilidade sobre a saúde pública. Isto é claramente um atentado sobre a qualidade e a imagem dos produtos regionais.

Mas vamos ver até onde vai a irresponsabilidade do Governo Regional nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Em agosto de 2010, o PSD questionou o Governo Regional sobre este assunto, em particular. Vejamos a resposta do Governo Regional.

Deputado José Lima (PS): O governo não se pode defender!

O Orador: “No caso concreto da ilha das Flores não tem sido adotado uma estratégia de valorização do leite de acordo com a sua classificação por falta da transformação, havendo por parte do Governo Regional total vontade e disponibilidade para que tal objetivo se concretize, ou seja, que o esforço do produtor em produzir com qualidade seja recompensado pelo comprador”.

O que é que isto significa? Que a culpa não é do Governo Regional!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): A fábrica é responsável!

O Orador: O Governo Regional diz que a culpa é da Cooperativa Ocidental!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): A fábrica não pagava!

O Orador: Que a culpa é da organização de produtores!

A culpa não é do Governo Regional, quando a legislação obriga a que isso seja assim. Vejamos até onde vai a irresponsabilidade.

Questionámos o Governo a 16/8 e oito meses depois obtivemos esta resposta.

Mas mais. Voltámos a questionar o Governo Regional em novembro de 2010. Vejamos outra vez a resposta do Governo, relativamente à sua irresponsabilidade.

Volta a dizer que “até há pouco tempo a entidade compradora/transformadora do leite, não valoriza o leite de acordo com a sua classificação”.

Torna a culpar a Cooperativa Ocidental, a organização de produtores.

“O processo de classificação de leite tem sofrido uma interrupção por renúncia de um contrato de trabalho. Será retomado logo que as partes interessadas o desejarem”.

Estamos a falar de uma resposta de dezembro de 2011.

Até agora, com tantos açorianos desempregados, não houve mais ninguém para ocupar esse sítio. A culpa é da Cooperativa Ocidental e porque não se encontram açorianos que queiram desempenhar essa função. Não acredito, meus amigos!

Parem de fazer esse tipo de jogo! Parem de pôr a responsabilidade nos outros!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores não passaram no teste da governação. Os senhores chumbaram nesse teste.

Os senhores são responsáveis pela imagem dos Açores e por aquilo que está a acontecer.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vejamos até onde vai a desorientação e a desorganização do Governo Regional.

Deputado José Lima (PS): O Governo não se pode defender, Sr. Deputado!

O Orador: O mês passado o Governo Regional enviou uma carta aos produtores da Ilha das Flores dizendo que não podiam beneficiar do aumento de quota leiteira da reserva, porque não cumpriam os critérios e os parâmetros de classificação da última campanha de leite.

Deputado José Lima (PS): Isso não é legal, Sr. Deputado!

O Orador: Mas como é que isso é possível, se não houve classificação de leite? Que desorganização! Que caos...

Deputado José Lima (PS): Qual caos? A sua cabecinha é que está um caos!

O Orador: ... interno é este?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E agora?

O Orador: Se têm esse caos interno, como é que os senhores querem governar os açorianos?

Deputado Berto Messias (PS): A sua intervenção é que é um caos!

Deputado José Lima (PS): A sua cabeça está toda baralhada!

O Orador: Mas este não é um caso único.

Também o ano transato houve um produtor da Ilha da Flores que recebeu uma carta dizendo: “o seu leite entregue, apresenta níveis de água elevados”.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Presidente.

O Orador: Vou terminar já.

E o produtor, num determinado mês do ano, todo preocupado, dirigiu-se ao Governo Regional: “como é que encontraram água no leite entregue nesse mês, se eu nem sequer entreguei leite nesse mês?”

(Risos do Deputado João Costa)

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É cómico!

O Orador: Parem com isto!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Não continuem com essa aflição. Peçam para sair já! Parem com esse caos interno! Parem com essa desorientação!

De facto, se os senhores não se entendem internamente, como é que querem governar os Açores?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra. Tem 3 minutos.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Voto de Protesto apresentado aqui pelo CDS-PP é mais um dos habituais exercícios de demagogia, com a agravante de dar um sinal e uma informação errada para o consumidor, para o público.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: De facto, não está em causa a saúde pública, em momento nenhum, pelo facto de não existir o sistema de classificação de leite na Ilha das Flores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está sim!

O Orador: O risco para a saúde pública é determinado na altura em que o produto é colocado no mercado e é nessa altura que ele deve ser devidamente avaliado. Uma coisa não está ligada à outra.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é uma imagem e uma mensagem errada que dão ao público e só podem pôr em causa o próprio queijo da Ilha das Flores.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): O Governo não tem nada a ver com isto!

O Orador: Por outro lado, é necessário dizer que na Ilha das Flores foi feito um processo experimental de classificação de leite que durou cerca de um ano e

meio e de facto – Sr. Deputado António Ventura peço desculpa – nas Flores não houve diferenciação positiva pelo leite, com maior qualidade.

E essa diferenciação positiva pelo leite de maior qualidade, ao contrário do que o senhor tentou aqui dizer, não é responsabilidade do Governo Regional.

Deputado António Ventura (PSD): A classificação é obrigatória!

O Orador: Compete às organizações valorizarem ou não a qualidade de acordo com a sua política de renumerações internas.

Deputado António Ventura (PSD): A classificação é obrigatória! Os senhores não cumprem a lei!

O Orador: Qualquer classificação de leite é, realmente, fundamental para que possa haver essa diferenciação, mas quem tem que a valorizar é o mercado e são as organizações de produtores que pagam de acordo com essa mesma classificação.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é outra coisa!

O Orador: Sr. Deputado, relativamente à questão das cartas com engano, quantos de nós já não recebemos cartas das finanças que não tinham nada a ver com o assunto ou com dívidas.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado António Ventura (PSD): Isso é uma boa tentativa!

Presidente: Srs. Deputados, assim não pode ser. Vamos deixar o Sr. Deputado Duarte Moreira terminar.

O Orador: Hoje em dia, todos sabemos que há uma grande dependência de todos os mecanismos dos sistemas informáticos.

Essa situação quando foi verificada foi logo corrigida e nenhum agricultor foi penalizado, ou prejudicado, na Ilha das Flores, pelo facto de não ter classificação de leite e agradeço que me desminta.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Tendo em conta estes considerandos; tendo em conta também o grande esforço que tem vindo a ser feito pelo Governo Regional, por todos os

Açores, também nesta área da classificação de leite, em que em todas as ilhas existe classificação de leite e vai existir também classificação de leite na Ilha das Flores, estando a decorrer um concurso para a incorporação de um técnico nesta área e a breve prazo esta situação estará também resolvida, por estes factos o Partido Socialista não aprovará este Voto de Protesto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário, o Governo não pode intervir em matéria de votos, lamento.

Sr. Deputado...

Deputado António Ventura (PSD): Para um protesto!

Presidente: Não vejo razão nenhuma para um protesto.

Deputado António Ventura (PSD): Mas eu vejo!

Presidente: Pois, mas o Presidente da Mesa sou eu.

Portanto, o senhor vai continuar a ver, mas eu não vejo.

Vamos continuar.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava exatamente pelo Sr. Deputado Duarte Moreira que fez aqui um exercício que eu considero lamentável.

Primeiro, porque acusa os outros de demagogia e depois mente descaradamente...

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... dizendo que nós damos informação errada.

Diz que o produto quando é colocado no mercado é que é avaliado.

Sr. Deputado, é avaliado onde? Por quem? Em que condições? Diga-me como é que o queijo das Flores é avaliado quando é colocado no mercado.

São os senhores que estão a pôr em causa o queijo das Flores...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e não o CDS-PP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade! São feitas análises!

O Orador: Não é demagogia, é denúncia do vosso incumprimento, é denúncia da vossa irresponsabilidade e é denúncia de um reiterado erro que este Governo Regional tem cometido.

A pergunta que se impõe, Sr. Deputado – sei que já não me pode responder, mas poderá fazê-lo por outras vias...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então por que fez o voto?

O Orador: ...e noutras formas, eu não gosto de colocar perguntas quando não me podem responder –, se dizem que a classificação poderá responder por outras vias, se dizem que a classificação de leite afinal não é assim tão importante, é por que é que existe o SERCLA nas outras ilhas e não na Ilha das Flores?

Culpar os outros, varrer as responsabilidades próprias para “debaixo do tapete”, é marca do Partido Socialista e do Governo Regional.

Tenho aqui uma carta,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É das finanças?

O Orador: ...Sras. e Srs. Deputados, enviada a um produtor de leite que se candidatou a quota à reserva nacional, e que essa quota lhe foi negada, porque alegadamente “na campanha 2010, 2011 e/ou 2011/2012, obteve uma classificação nos parâmetros higio-sanitários do leite, inferior ao leite padrão em pelo menos metade dos meses em que se registaram entregas do leite”.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): 2011!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É crime o que os senhores estão a fazer!

O Orador: Como disse o Sr. Deputado António Ventura, como é que se pode obter uma classificação quando não há classificação?

Muito claramente, Sras. e Srs. Deputados, além da ilegalidade este senhor Beato do IAMA revela uma incompetência inaceitável e uma prepotência intolerável.

Para onde é que foi, por exemplo, a restante quota de um produtor que recentemente nas Flores pediu um aumento de 150 mil litros e foi-lhe concedido, posteriormente, um aumento de 2 mil litros? Para onde foi a restante quota? Ninguém sabe?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Ó homem, não se dá tudo o que se pede. 110 mil litros!

O Orador: Esse senhor Beato devia ser corrido, porque tem que haver consequências para este tipo de coisas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E o Sr. Secretário devia também demitir-se, por pactuar com este cenário, por tentar varrê-lo para debaixo do tapete, por prejudicar a frágil economia da Ilha das Flores, por prejudicar o esforço de coesão e por prejudicar a imagem de marca dos produtos lácteos açorianos que se quer de qualidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores são os responsáveis!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Têm mais quotas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Moreira pede a palavra para?

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Para um protesto.

Presidente: Atendendo que o Sr. Deputado Paulo Rosa afirmou, a dada altura da sua intervenção, que o Sr. Deputado “mentia descaradamente” (fim de citação), eu vou dar-lhe 3 minutos.

Deputado António Ventura (PSD): Diga o mesmo de mim, que eu sou mentiroso, para eu poder defender-me!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à última intervenção do Sr. Deputado Paulo Rosa, que me acusou de mentir, quero saber qual foi a mentira que disse quando afirmei que não há uma relação direta entre o facto de não existir classificação de leite e o risco para a saúde pública. Foi isto que eu afirmei e mantenho.

Desafio o Sr. Deputado Paulo Rosa a contradizer aquilo que eu disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já disse!

O Orador: Os produtos quando vão para o mercado, as Atividades Económicas atuam. Fazem análises aleatórias,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que estão?

O Orador: ... obviamente, mas não está de forma nenhuma em risco a saúde pública pelo facto de não haver classificação de leite.

Deputado António Ventura (PSD): Está em risco!

O Orador: Esta afirmação do Sr. Deputado Paulo Rosa e do CDS-PP vem pôr em causa o próprio produto da Ilha das Flores. Assim, pode correr riscos de ter maiores dificuldades na colocação no mercado.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): A própria fábrica faz a recolha!

O Orador: Consideramos extremamente importante a classificação de leite, mas esta classificação de leite só tem importância se tiver consequências e a consequência é melhorar o rendimento dos bons produtores, daqueles que trabalham e apresentam leite de qualidade.

Deputado António Ventura (PSD): É obrigação! Isto é outra fase! É a fase obrigatória!

O Orador: Não havendo esta diferenciação, não há sequer um incentivo para os produtores recorrerem à classificação de leite.

Tenho dito. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu acusei o Sr. Deputado Duarte Moreira de mentir no calor do debate. Descaradamente, não me recordo de ter usado o termo, mas se o fiz penitencio-

me, porque não é meu timbre, como devem saber. Quem me conhece há quase 4 anos, sabe que eu normalmente não recorro a essa terminologia.

Sr. Deputado, à questão que me reitera eu já lhe respondi.

Os senhores é que estão a pôr em causa a classificação do leite ao dizer que ela não serve para nada, a não ser para premiar os bons produtores.

Das duas, uma, Sr. Deputado: ou se admite que a Ilha das Flores faz parte dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que os bons produtores da Ilha das Flores também merecem ser distinguidos, e os menos bons, ao receberem menos por litro, serão incentivados a produzir com maior qualidade, ou então acaba-se com o SERCLA em todas as ilhas. Começa-se a pagar o mesmo por litro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mediocridade!

O Orador: Exato!

... e começamos a promover a mediocridade em toda a Região.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso o que os senhores defendem, a mediocridade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Vamos passar para o voto seguinte, que se trata também de um Voto de Protesto, apresentado pelo Partido Socialista, referente à falta de apoio do Governo da República à extensão do cabo de fibra ótica às Flores e Corvo.

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo tem a palavra.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Falta de apoio do Governo da República à extensão do cabo de fibra ótica às Flores e Corvo

Todos sabemos que a sociedade da informação é fator de desenvolvimento socioeconómico e garante condições de bem-estar social, dado que permite uma plena difusão do conhecimento e o acesso de todos os cidadãos à informação, e tal conduz a novas oportunidades e melhores parâmetros de qualidade de vida.

Sabe-se, ainda – e se atendermos ao fato de estarmos numa região insular – afastada dos grandes centros e mercados, que as tecnologias de informação e conhecimento – TIC – poderão ser verdadeiramente um fator capaz de reduzir os custos da distância e de criar condições para uma maior coesão.

Os Açores e o Governo Regional têm tido o grande desafio de conseguir o desenvolvimento harmónico e equilibrado de cada uma das parcelas da nossa Região, tendo alcançado até hoje muitas vitórias em muitos assuntos, em alguns deles mesmo com o apoio do Governo da República para a sua concretização.

Hoje, neste caso concreto, tal apoio não acontece e, pior que isso, foi inicialmente assumido esse compromisso para, depois, dar o dito por não dito e voltar atrás com a palavra dada.

Trata-se do cumprimento do compromisso da ligação do cabo submarino de fibra ótica às ilhas das Flores e Corvo, tão sobejamente falado e distorcido, que até alguns já se esqueceram que foi pela mão e pelos atos da então Secretária Regional das Finanças e Administração Pública do Governo Regional do PSD que essas ilhas ficaram de fora,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

O Orador:... ou por omissão ou porque seria demasiado o custo para cobertura destas duas ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso já se passou há muito tempo, dirão uns, outros ainda são capazes de dizer que já poderia ter sido realizado esse investimento durante os governos socialistas,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... no entanto como diz o velho ditado chinês: “Há três coisas na vida que nunca voltam atrás: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida”.

E essa foi sem dúvida uma oportunidade perdida na altura e que muito tempo fez perder a todos os florentinos e corvinos que tem assistido a um contínuo esforço por parte dos Governos do Partido Socialista para repor tal anomalia que não permite às Flores e ao Corvo estarem ligadas às restantes ilhas da Região, à Madeira, ao Continente e ao Mundo através desta via de comunicação moderna, rápida e eficiente.

É sem dúvida, muito desolador, quando:

- Foi anunciado e assinado o contrato com a empresa Viatel, que se propôs à realização de um investimento total de 20 milhões de euros, sendo 12,4 correspondentes à ligação do cabo de fibra ótica;
- Se sabe que estes investimentos eram da inteira competência e responsabilidade do Governo da República;
- O Governo da Republica, apesar de ter o contrato assinado há um ano, nunca ter assegurado qualquer financiamento;
- Face ao atraso verificado e tendo sido disponibilizado por parte do Governo Regional 85% do financiamento necessário, ainda assim a empresa Viatel informou que o Governo da República não assumiria nenhum encargo, (continua a ser desolador!);

Afinal o que ficamos a saber é que o Governo da República não quer investir um cêntimo, como lhe compete, e apesar da Região ainda dar 85%, mesmo assim não querem avançar com o investimento.

Perante os fatos acima descritos, e por não querermos que esta seja mais uma oportunidade perdida, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento desta Assembleia, propõe que:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifeste o seu mais veemente protesto pela atitude do Governo da República...

Deputado António Ventura (PSD): Qual é a atitude?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso devia ser um voto de protesto ao Governo Regional!

O Orador: ... em discriminar os Açores, penalizando as populações das Ilhas das Flores e Corvo ao não proporcionar iguais condições de acesso às novas tecnologias da informação e conhecimento, negando o financiamento para a efetivação da ligação do anel de fibra ótica com o restante arquipélago.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Ministério da Economia.

Horta, Sala das Sessões, 8 de maio de 2012

Os Deputados Regionais do PS: Berto Messias, José Gabriel Eduardo e Joe Rego.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Podem falar de bancada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem 2 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar a favor deste Voto de Protesto e lembra às açorianas(os) que o histerismo pré-eleitoral do PSD, está a transformar este partido, com uma história importante na defesa da Autonomia, no seu principal inimigo interno.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: A Dra. Berta Cabral, ao assumir para a Região competências que são do Estado Português e que o Estado Português tem para com a Região, seja com os custos da diminuição das passagens aéreas, seja com a formação dos funcionários da Administração Central, seja agora com o caso vertente do cabo de fibra ótica, é a principal inimiga do processo de autonomia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Bela caixa-de-ressonância!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver se o PSD percebeu este Voto de Protesto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei que o Sr. Deputado tem alguma dificuldade em perceber este voto

O Orador: Os florentinos e os corvinos nesta hora protestam contra o desleixe, a negligência e a incompetência do Governo Regional...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que, passados 16 anos, não conseguiu fazer ligação do cabo de fibra ótica para as Flores e para o Corvo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Lima (PS): De facto, não percebeu!

O Orador: Como é dito neste voto, e bem, foi o PSD e a Dra. Berta Cabral que iniciaram o processo com o saldo dos fundos (na altura chamavam-se REGIS) que restavam dos programas comunitários.

Mas passados 16 anos o Governo Regional do Partido Socialista não conseguiu completar a obra começada pela Dra. Berta Cabral.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem! E tiveram dois Quadros Comunitários!

O Orador: Mas, se bem percebi o vosso voto, deviam protestar contra o facto do Governo Regional ter, há 5 meses (agora percebi que não é numa gaveta) uma candidatura de uma empresa que se chama VIATEL e não, como o Sr. Presidente do Governo disse e acusou a PT.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Muito bem!

O Orador: A PT não concorreu àquele concurso público. Portanto, não podia ter ganho. Quem ganhou foi a VIATEL.

Penso que o protesto que o Partido Socialista faz hoje, nesta câmara, devia ser contra o Governo Regional que passados 5 meses tem uma candidatura ao PROCONVERGENCIA e não consegue assinar o contrato de financiamento com a VIATEL.

Podem arranjar 50 desculpas, podem arranjar os argumentos que quiserem, o que é certo é que passados 5 meses de não conseguirem ter na sua posse uma candidatura e não conseguirem assinar um contrato, é muito, muito estranho vir acusar terceiros pelo facto do cabo de fibra ótica ou a sua construção ainda não se ter iniciado.

Se bem percebemos, na ânsia de encontrar (naquela velha tática militar) o inimigo externo, para tentar unir as vossas tropas, vale tudo. Vale acusar a República, vale acusar a PT, quando a vossa responsabilidade é total.

Passados 16 anos não conseguiram completar aquilo que o PSD iniciou; passados 5 meses não conseguem assinar um contrato com uma empresa que ganhou o concurso para o cabo de fibra ótica, chamada VIATEL.

É a VIATEL, Sr. Presidente do Governo, e não a Portugal Telecom.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: O Governo não intervém em matéria de votos, Sr. Vice-Presidente. Portanto, não pode intervir.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por fazer uma declaração de princípio desta bancada, que é: nós não somos procuradores do Governo da República, a quem não isentamos de responsabilidades. Somos procuradores dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores são procuradores do Governo da República!

O Orador: Nada, mas nada mesmo, justifica o silêncio do Governo da República, os esclarecimentos parciais que tem feito em relação a este processo, esclarecimentos feito às pinguinhas, e com isto não podemos pactuar.

Claro que não pactuamos com isto. Condenamos essa postura e se o Governo da República tem que avançar com 15%, sim senhor, terão o nosso apoio para defender isso.

Agora a questão é se o Governo Regional tem de facto negociado com o Governo da República para que isto aconteça, porque tem negociado tantas coisas, não se percebe como é que estes 15% não estão ainda negociados.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não é com 15 é com 100!

O Orador: Mas o voto que nos traz aqui o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo faz muito mais do que condenar a postura do Governo da República. Iliba e branqueia completamente o principal responsável a quem os florentinos e os corvinos devem o facto de não terem fibra ótica.

Branqueia o Governo Regional e a sua inoperância ao longo de 16 anos, 13 deles com governos socialistas na República...

Deputado José Lima (PS): Isto é que é demagogia!

O Orador: ... e é bom que não se esqueçam disto.

Branqueia o facto de ao longo desses 16 anos terem existido dois Quadros Comunitários de Apoio que não foram aproveitados para se estender o cabo de fibra ótica às Ilhas das Flores e do Corvo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Surge na altura em que surge. O PS descobriu agora a fibra ótica neste período pré-eleitoral e é um aproveitamento político deplorável...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e hipócrita, das expectativas dos florentinos e corvinos, que procuram agora capitalizar, depois desta casa ter aprovado em maio de 2009 um Projeto de Resolução do CDS-PP que nos vinculou a todos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que dois anos depois o Governo Regional ainda não conseguiu resolver este problema, com ou sem ajuda dos Governos da República de José Sócrates e do atual Governo da República.

Fala do compromisso assumido, do contrato assinado e dos investimentos de inteira competência e responsabilidade do Governo da República.

Ora bem, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, provem isto. Tragam aqui os documentos. Obviamente que os analisaremos e tomaremos uma posição, provavelmente em bloco, porque todas as forças políticas aqui representadas já afirmaram que o interesse dos açorianos está acima de todo e qualquer interesse político-partidário e no nosso caso assim é. Ainda hoje o afirmei reiteradamente.

Deputado José Rego (PS): Quem é que assinou o contrato?

O Orador: A distorção que refere no voto em relação à forma como este assunto tem sido abordado, tem um principal responsável.

O facto é que estes números que são agora invocados...

Deputado José Rego (PS): Quem é que assinou o contrato?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... em primeira mão pelo Sr. Presidente do Governo Regional na Ilha das Flores, são números que só agora é que vêm a lume, ironicamente, numa visita estatutária à Ilha das Flores.

Esses factos nunca foram tornados públicos e obviamente que isso contribuiu e muito para a distorção que gerou em torno deste *dossier*.

O contínuo esforço por parte dos Governos do PS só pode ser uma anedota de mau gosto, Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, e insulta a inteligência dos florentinos e corvinos.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: É um voto manco, prende argumentos que não são sustentáveis e iliba o principal responsável da sua inércia de década e meia.

As tais flexas que refere, as tais oportunidades perdidas... Contabilize lá, Sr. Deputado, ao longo de 16 anos, quantas flexas os senhores atiraram aos pés neste *dossier*.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Voto de Protesto do Partido Socialista, não porque considere que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista estão completamente isento de culpas, acumuladas ao longo de 16 anos, na inexistência de cabo fibra ótica nas Flores e no Corvo, mas por uma única razão:

A competência desta instalação pertence ao Governo da República. O compromisso pela sua instalação foi assumido pelo Governo da República.

Sras. e Srs. Deputados, não podemos continuar a desculpar as responsabilidades e os compromissos do Governo da República atirando para a nossa Região...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

A Oradora: ... (não é para o Governo Regional) e para o bolso de cada açoriano(a) as responsabilidades que são do Governo da República. Não podemos continuar abrir a porta a isto. É medida a medida, valência a valência, competência a competência. O jogo de pingue-pongue entre o Partido Socialista e o PSD resume-se sempre a isto: quem paga são os açorianos(as).

Este é o compromisso da República e é bom que o Governo da República comece a honrar os compromissos e as obrigações. Não é ajuda, Sras. e Srs. Deputados. O Governo da República não tem que ajudar os florentinos e os corvinos. Tem a obrigação de os considerar portugueses de primeira como qualquer outro no nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Deputado do PCP está na Assembleia Municipal de Ponta Delgada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estamos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores!

O Orador: Eu não posso associar-me a este Voto de Protesto, porque este voto fundamentalmente não tem em conta aquelas que são as responsabilidades do Partido Socialista ao longo destes 16 anos.

As responsabilidades do Partido Socialista ao longo de quatro legislaturas são muito grandes. Aliás, esta matéria dos cabos de fibra ótica vinha em grande parte dos vossos programas eleitorais e não cumpriram de forma reiterada esta promessa e esta questão em relação às populações do Corvo e das Flores.

Depois dizer-vos também que colocar esta questão no âmbito do Governo da República... Com certeza que terá as suas responsabilidades neste âmbito, mas também é preciso recordar que ao longo destes 16 anos em que o Partido Socialista governa na Região, também governou em grande parte deste período no Governo da República.

Portanto, o Partido Socialista, em grande parte destes 16 anos, em grande parte deste período, governou, quer na República, quer na Região.

Aqui, as maiores responsabilidades são do Partido Socialista e eu não vejo esta autocrítica neste Voto de Protesto.

Não vejo o reconhecimento dessa questão, não vejo o reconhecimento das responsabilidades próprias.

A verdade é que na conjuntura e da forma como o Partido Socialista está a trabalhar esta questão, o que passa claramente para a opinião pública e para as populações das Flores e do Corvo é que se trata novamente de gerir um *timing* eleitoral.

Estamos a poucos meses das eleições. Todos os partidos sabem que esta questão é muito relevante para as populações do Corvo e das Flores.

Nesse sentido considero que o que se tem vindo a saber e as ações que têm vindo a ser desenvolvidas por parte do Partido Socialista indiciam que existe aqui uma gestão meramente eleitoralista.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: O PPM não embarca nesse tipo de lógica eleitoral, o PPM não serve para branquear as responsabilidades do Partido Socialista nesta matéria.

Nesse sentido não vamos votar a favor deste Voto de Protesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Tínhamos um lugar para si. O senhor não quer embarcar, fica atrás!

Presidente: Sr. Deputado José Gabriel Eduardo tem a palavra.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos já reconhecemos aqui, e eu próprio, que o tempo foi passando e que até agora os problemas continuam.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Não está escrito no voto?!

O Orador: Não está escrito no voto. Estou eu agora a dizê-lo e já o disse várias vezes.

Sempre tentámos encontrar resolução para esta lacuna.

No entanto, deixe-me ler-lhe, Sr. Deputado Jorge Macedo, uma resposta da Comissão Europeia, de há muitos anos sobre o Programa REGIS II.

Não foi com o sobranço dos saldos que se fez. Vou citar uma coisa, mas depois posso dar-lhe o resto.

“As Ilhas das Flores e do Corvo possuem conjuntamente uma população de 4.400 habitantes e distam da Ilha do Faial, a ilha mais próxima, 140 milhas marítimas e cerca de 500 km da ilha mais povoada, São Miguel.

Devido aos custos da cobertura destas duas ilhas por fibra ótica decidiu-se efetuar a sua cobertura através de outros meios técnicos alternativos, feixe hertziano e satélite.” Foi esta a resposta da Comissão Europeia, na altura da Dra. Berta Cabral.

Então quem é que deixou de fora as ilhas das Flores e do Corvo?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que assina a resposta?

O Orador: Pasmese agora! Com a diminuição populacional e até com um erro, vai fazer às Flores uma declaração, incutida numa falácia, dizendo “segunda fase”. Nunca houve primeira e segunda fase. Nunca houve!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que diz isso?

O Orador: Aliás só havia uma ligação de cabo de fibra ótica. Portanto, nunca houve segunda fase.

Foi agora fazer essa falácia.

Então, agora com a redução da população, queria ver quando é que a Dra. Berta Cabral – Quando? Nunca! Porque ela não será eleita – ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... conseguiria efetivar essa ligação.

Mais uma vez, há aqui partidos que fazem o pingue-pongue: ora estão de um lado, ora estão do outro.

O PSD, quando houve o aval do Tribunal de Contas, veio glorificar o Governo Central do PSD que ajudava a concretizar um projeto tão importante.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PSD e do CDS-PP!

O Orador: Mas nas declarações deles, Sr. Deputado, só falaram no PSD. Esqueceram o apêndice. Certo?

Conclusão: sinceramente, aquilo que eu menos gosto é destas guerrilhas de quem é que tem o cabo.

Agora também lhe digo: se há falsidade, Sr. Deputado Paulo Rosa, quando o Ministro da Economia respondeu ao “padrinho” e aos outros “enteados” da Região, já nessa altura...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há “enteados” na região!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já.

... sabia, conforme a data do dito contrato, e não respondeu corretamente. Não foi sério! Foi inimigo dos Açores!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E quando estivemos a analisar, a última vez, a petição aqui, os Srs. Deputados não foram sérios. Os Deputados do CDS e do PSD, na última vez, não foram sérios, porque essa data está lá: 5 de dezembro!

Em janeiro e em fevereiro estivemos cá, depois da resposta do Ministro da Economia, e os Srs. Deputados não o fizeram. Também têm andado a enganar os açorianos, desculpem lá.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Essa ilação é um bocadinho forçada!

O Orador: Vamos usar até o termo *também*, já que nos acusou de andar também.

Muito obrigado.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Srs. Deputados, não pode ser. Não podemos votar, nem estar a anunciar votações com este barulho. Desculpem, mas não pode ser.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Vamos passar ao Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativo ao falecimento do Prof. Doutor Walter Medeiros. Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Assunto: Falecimento do Prof Doutor Walter Medeiros

Faleceu, no passado dia 29 de março, o açoriano Professor Doutor Walter de Sousa Medeiros, que era professor jubulado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Walter Medeiros concluiu o curso de Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tornando-se ao longo dos tempos uma das suas mais respeitadas e conceituadas personalidades e de reconhecida autoridade em estudos clássicos.

Natural de Ponta Delgada, Walter Medeiros era irmão do jornalista Cícero de Medeiros, fundador do jornal diário “Açores”, transformado em revista da Açormédia, tendo sido igualmente diretor e proprietário jornal “Correio dos Açores”.

O Prof Doutor Walter Medeiros, para além de Presidente do Conselho Pedagógico e responsável pelas publicações do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, foi Secretário da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.

Rumou a Lisboa para prosseguir os seus estudos superiores, cursando Filologia Clássica, atraído pelo Renascimento português. Doutorou-se em 1961 em Coimbra, tendo ascendido depois a Professor Catedrático.

Dedicou ao poeta grego Hiponax de Éfeso vários anos da sua vida, em incessantes pesquisas, tanto em Portugal, como em Itália, sob direção dos mais distintos classicistas italianos. Itália viria a ser a sua segunda pátria onde se deslocava frequentemente, atraído pelo fascínio da cultura clássica.

Ele tinha as ilhas agarradas à pele e à ilha se veio despedir antes da morte. Sem hesitação se dirá dele ter sido o melhor de todos os especialistas de literatura latina no século XX português. O único capaz de ombrear, no conhecimento da literatura de Roma, com os mais distintos nomes de universidades estrangeiras – disse no elogio fúnebre o diretor da Faculdade de Letras e seu antigo discípulo.

O professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra, Walter Sousa Medeiros, era considerado um grande humanista, de extraordinária simpatia e querido por todos os alunos. No próximo dia 12 de Junho, completaria 90 anos. Trata-se de uma distinta personalidade açoriana que desaparece, mas cuja obra fica nos anais da universidade de Coimbra, como um homem destas ilhas que levou o nomes dos Açores e de Portugal para os areópagos dos padrões emergentes da antiguidade greco-latina, pelo que merece o nosso preito e profundo respeito.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Walter Medeiros, manifestando aos familiares e à Reitoria da Universidade de Coimbra o pesar pelo desaparecimento de um dos seus maiores mestres.

Horta e Sala das Sessões, 8 de Maio de 2012

Os Deputados: Duarte Freitas, António Pedro Costa, António Marinho.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não haver intervenções.

Assim sendo passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer agora o nosso intervalo de 30 minutos.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 55 minutos.

Até já.

Eram 11 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas 06 minutos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com as declarações políticas.

De acordo com o combinado em conferência de líderes cabe agora ao PCP fazer uma declaração política, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Foram recentemente aprovadas na Assembleia da República mais um conjunto de alterações à legislação laboral que são um verdadeiro desastre para os trabalhadores. Mais um, diga-se.

As novas limitações aos direitos e compensações dos trabalhadores são muitas, mas vale a pena enumerar algumas:

- O banco individual de horas, que pode elevar o horário de trabalho às 50 horas semanais, à moda do que tínhamos nos anos setenta do século passado, para serem usadas de acordo com a arbitrariedade do empregador, destruindo qualquer conciliação entre trabalho e vida familiar;
- Redução do valor das horas extraordinárias e eliminação do dia descanso compensatório;

- Redução das férias, através da eliminação da majoração de três dias pela assiduidade;
- Facilitação dos mecanismos de lay-off;
- Redução da fiscalização, limitando a informação que as empresas têm de enviar à inspeção do trabalho, uma medida que é um verdadeiro convite à ilegalidade impune por parte dos empregadores;
- Simplificação, ou mesmo incentivo, aos despedimentos. Por exemplo, pode-se agora despedir por inadaptação, com os critérios definidos pela própria entidade patronal. Juntemos isto à significativa redução das indemnizações por despedimento e ficamos a perceber que o objetivo do Governo era tornar fácil e barato para as empresas livrarem-se dos seus trabalhadores. Mas como se fosse pouco, prepara-se para reduzir as indemnizações ainda mais, fazendo com que, em troca de 30 anos de trabalho, se receba a miséria de 5 meses de salário e, ao que parece, para todos os contratos!

E, como se tudo isto não bastasse, ainda se vai, à socapa, nas costas dos trabalhadores, cortar com as reformas antecipadas, gorando as suas expetativas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): “Um rouuubo!!!”

O Orador: O radicalismo neoliberal de Passos Coelho vai ainda mais longe em relação aos funcionários públicos: veio, por isso, apresentar aos parceiros uma proposta para acabar com qualquer compensação por não-renovação de contrato na Administração Pública e para permitir transferir arbitrariamente os funcionários públicos de uma ponta do país para a outra, como se não fossem pessoas, mas meras peças de equipamento.

Mais papistas que o Papa, os líderes do PSD e do CDS-PP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! A boca vai fugindo para a verdade!

O Orador: ... vão repetindo as lições infantis da sua cartilha, incapazes de perceber que, ao reduzir o poder de compra dos portugueses, reduzem as vendas da maior parte das empresas nacionais, que operam no mercado interno, e cavam ainda mais fundo o buraco de dívida, desemprego e recessão em que Portugal se afunda.

Esta política de ir reduzindo sistematicamente a parte dos trabalhadores no rendimento nacional é a causa profunda dos problemas que enfrentamos.

Esta política não é só desumana, não é só injusta, é uma política ineficaz, é uma política estúpida!

O Governo do PSD e do CDS-PP, com um fundamentalismo inaudito, converteu-se num ayahtola dos direitos do patronato, cilindrando sem subtilezas todos os direitos e conquistas de quem trabalha.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: A direita com a sua velha face exploradora e repressiva está bem viva e a causar estragos no Portugal do século XXI!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Interessa reter que, neste processo, o PSD não está sozinho.

Para além da sua pequena mascote de extrema-direita, o PSD encontrou sempre no PS um aliado fiel, quando se tratava de desmantelar os direitos de quem trabalha.

A UGT, central sindical afeta ao PS, validou estas medidas e o próprio PS, com as suas abstenções violentas, legitimou também esta escalada de ruína e de destruição de Portugal!

Deputado José San-Bento (PS): E o senhor apoiou com a abstenção!

O Orador: O PS subscreveu o pacto de ruína e empobrecimento dos portugueses, ao lado do PSD e do CDS.

Deputado José San-Bento (PS): É mentira!

O Orador: As birras e ameaças vãs com que, demagógicamente, se pretendem distanciar do que assinaram não disfarçam o facto que, no momento que importava,...

Deputado João Costa (PSD): Parece que estou ouvindo o Mário Soares!

O Orador: ... a UGT e o PS estiveram ao lado de Passos Coelho e de Paulo Portas, unidos ao PSD e ao CDS-PP, contra os trabalhadores e o povo português.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já sabemos que PS, PSD e CDS-Açores virão agora aqui encolher os ombros e assobiar para o lado, dizendo que, enfim, são imposições da República com as quais nada têm a ver.

Os senhores têm tudo a ver com isto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que não têm a ver com nada!

O Orador: Os senhores têm tudo a ver com isto, porque permanecem num silêncio hipócrita quando se vai sacrificar ainda mais os trabalhadores açorianos, os seus direitos e rendimentos.

Os senhores têm tudo a ver com isto porque subscreveram o pacto com a troika que serve de argumento a estas mudanças.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Aliás, estamos fartos de ouvir que estes partidos nos Açores nada têm a ver com o que se passa na República, como se não fossem no fim de contas a mesma estrutura, como se não seguissem a mesma política e como se não obedecessem, afinal, ao mesmo chefe. Por favor parem de insultar a inteligência dos açorianos!

Os efeitos terríveis destas alterações à lei laboral serão duplamente sentidos pelos açorianos.

Neste contexto de despedimentos e encerramentos de empresas, de brutal aumento do desemprego na nossa Região, aumenta enormemente a pressão sobre os rendimentos e sobre os direitos dos nossos trabalhadores.

É tempo de tomar uma atitude para os proteger. É preciso que usemos os mecanismos da nossa Autonomia para rejeitar as regras que, se são muito más na República, serão péssimas para os Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Temos feito isso, Sr. Deputado!

O Orador: O PCP irá, por isso, apresentar uma proposta de adaptação do Código de Trabalho à Região para travar mais esta iniquidade que PS, PSD e CDS-PP querem cometer sobre os que trabalham para ganhar a vida. Essa, sim, será uma verdadeira “via açoriana” para melhorar a vida do nosso Povo!

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Vejo que o senhor se inspira no PS!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Conhecem as regras: intervenções por uma só vez e até 5 minutos para os grupos parlamentares, e 3 minutos para as representações; encerra o declarante, tendo tempo, por 5 minutos.

(Pausa)

Bom, se não há declarações...

Deputado Aníbal Piões (PCP): O incómodo... O incómodo é bom!

Presidente: Passamos para o ponto seguinte...

Deputado Aníbal Piões (PCP): O tal silêncio hipócrita!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Aníbal Piões, ao contrário do que o senhor disse, o PS está particularmente à vontade neste debate. Negociámos um acordo com a troika, é verdade, mas é bom que se recorde, em nome da verdade, que este acordo garantia o essencial do Estado social e não previa afetar o rendimento nem dos trabalhadores, nem dos pensionistas. Esta é que é a verdade e quem está a ir além da troika não é o PS, é o Governo de Passos Coelho.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O PS reafirma também que a nossa visão sobre a reforma da competitividade portuguesa é completamente diferente daquilo que o Governo da República está a fazer.

O Governo da República faz uma reforma em que prevê que se ganhe menos e se trabalhe mais; o PS tem uma visão diferente,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): A visão do Sócrates!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em que se trabalhe menos e se ganhe mais!

O Orador: ... uma visão de uma reforma para a competitividade,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É a visão que entalou o país, Sr. Deputado!

O Orador: ... em que não se esteja a agir apenas sobre cerca de 20% das estruturas de custo de produção das empresas, que é o custo salarial, mas que tenha em conta aspetos como a energia, a burocracia, a logística, os transportes, a integração tecnológica e a fiscalidade.

Esta é a visão do PS! Uma visão que apesar das dificuldades não prescinde de uma visão de justiça social e de políticas progressistas, que é sempre aquele que foi o património do Partido Socialista.

É bom que se recorde que não fomos nós que vencemos eleições dizendo que não era possível pedir mais sacrifícios aos portugueses e, depois, no Governo, aquilo que fazem é desmentir tudo o que disseram na campanha eleitoral.

Esta é uma lição que os açorianos têm que reter.

O PSD promete em campanha eleitoral aquilo que depois nega no Governo...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e isso tem que ser compreendido pelas pessoas.

Um Governo insensível!

O Governo de Passos Coelho está a criar uma espiral recessiva que vai dar cabo da nossa economia.

Deputado João Costa (PSD): Eles é que assinaram o acordo que vai poupar 500 milhões da Segurança Social!

O Orador: Por isso o PS afirma, aqui, dos Açores, que mais importante do que salvar um plano falhado, é salvar a economia portuguesa.

Deputado João Costa (PSD): Plano falhado é o vosso!

O Orador: O país precisa de uma viragem e o país já sabe. Se é verdade que há um ano algumas pessoas estavam convencidas que o país seguia um bom caminho, é altura de afirmarmos que, 10 meses depois, já há resultados dessas políticas desastrosas...

Deputado João Costa (PSD): 500 milhões de poupança no estado social!

O Orador: ... do Governo de Passos Coelho que é preciso avaliar e denunciar.

Os senhores estão a levar o país à devastação económica e à destruição do nosso tecido social.

O PS não é responsável por isso. Nós não seguimos este caminho.

O Partido Socialista vai continuar a lutar por um país diferente, por uma economia e por um plano de ajustamento que tenha uma visão de crescimento e emprego. É isso que o PS tem defendido. Tem defendido na Europa, tem defendido em Lisboa e tem feito nos Açores. É preciso que isso seja recordado. Por isso, Sr. Deputado Aníbal Pires, ao contrário do que o senhor tentou dizer, nos Açores, estamos a aplicar medidas anticíclicas, estamos a atenuar os efeitos da crise,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: ... estamos a apoiar as empresas, estamos a defender os trabalhadores e estamos a ajudar as famílias.

Esta é a via do PS e é isso que vamos continuar a fazer.

Também é necessário, numa altura em que o PSD/Açores claudicou, em que começa a criar um “suspensezinho” de que a partir de outubro vai resolver os problemas do cabo submarino, da RTP e dos transportes, afirmar de uma forma muito clara que...

Deputado João Costa (PSD): Agora é que é! Depois de 16 anos!

O Orador: ... não é claudicando, nem é criando uma embaixada do Governo da República nos Açores que se irá resolver esses problemas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esses problemas resolvem-se afirmando a autonomia e defendendo os Açores. É isso que o PS-Açores tem feito e é isso que o PS-Açores fará depois de vencer as próximas eleições.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É nos primeiros 100 dias!

O Orador: Sabemos que para termos as medidas e a capacidade que temos tido nos Açores é essencial que seja eleito no próximo mês de outubro um Governo que saiba defender a autonomia contra tudo e contra todos.

Um governo que tem dado provas e um governo que com uma nova maioria do PS e liderado pelo Dr. Vasco Cordeiro terá condições para continuar a fazer isto.

Queria deixar aqui, para terminar, Sr. Presidente, este testemunho:

É absolutamente verdade aquilo que o nosso candidato tem afirmado: as próximas eleições regionais serão essenciais para defender a via açoriana, para defender a autonomia dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: É bom que os açorianos percebam isso. É bom que voltem a dar a sua confiança ao PS, porque o PS merece essa confiança.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não estava para intervir neste debate, porque ele foi iniciado por uma intervenção que estava apenas e só carregada de preconceitos de outros tempos, no fundo, dos velhos preconceitos e de uma velha forma de fazer política que todos os cidadãos estão genericamente fartos.

Esse preconceito parte de um pressuposto que achamos incorreto, que é da divisão da sociedade, da separação da sociedade, das velhas lutas de classes, dos bons e dos maus, dos brancos e dos amarelos. O PSD entende que esta divisão, esta forma setária de ver e de intervir na vida pública, não nos leva a lado nenhum, sobretudo não é esse o bom caminho.

Entendemos que este tempo é, deveria ser, ou melhor ainda, tem de ser, o tempo da unidade, da partilha de responsabilidades, no fundo, o tempo da corresponsabilização de todos em encontrarmos as melhores soluções, os melhores caminhos para sairmos das dificuldades. De facto, este é um outro

tempo. Não é o tempo daquela intervenção que ficou aqui marcada pelo preconceito passadista que teve os resultados que teve em muitas partes do mundo, em muitos espaços do mundo. Isto é, se este não é o tempo, este também não é o espaço, não é o espaço em que o Partido Comunista infligiu um tipo de intervenção pública que não tem nada a ver com a pretensa defesa de interesses e direitos dos trabalhadores que vimos aqui explanada na intervenção que iniciou este debate.

Por tudo isto, não me parece que seja necessário perder muito tempo com isto.

Deputado José San-Bento (PS): Pois, imagino!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Incomoda! Incomoda, não é?

O Orador: Esta intervenção apenas realça a nossa perspetiva sobre essa forma de fazer política, distinguindo-nos dela.

Mas o que nos traz a este debate é, mais uma vez, ficarmos estupefactos com a forma como o Partido Socialista parece que esqueceu o tempo.

Deputado José San-Bento (PS): Não, não! Os senhores é que têm um passado incómodo!

O Orador: Se há uns que estão presos ao tempo passado de uma forma tão intensa, tão intensa, da qual não conseguem fugir, que é o Partido Comunista, há outros que fogem do passado a correr, como se não tivessem nada a ver com ele.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: De facto, nesta coligação estratégica do Partido Comunista com o Partido Socialista nos Açores, que está evidente, neste momento os açorianos têm que ter consciência de que o Partido Socialista e o Partido Comunista estão numa coligação de interesse de defesa das respetivas posições políticas. Nesta coligação de interesse há algo que os distingue: há uns que estão muito presos ao passado e há outros que fogem do passado.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores é que não têm futuro!

O Orador: O país chegou ao ponto que chegou (todos sabem!) pela completa e absoluta desgovernação do Partido Socialista de José Sócrates na República.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Está é a verdade.

É tão absurda a posição do Partido Socialista dos Açores que são os primeiros a estar de dia e de noite a lembrar os governos do PSD do Dr. Mota Amaral, que foram há 16 anos.

Mas quando se lembra o Partido Socialista de José Sócrates, há 6 meses, fogem, não têm nada a ver com isso. É incoerência absoluta!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Neste caso, o Partido Socialista de José Sócrates:

1- Colocou o país em total estado de desgovernação;

Deputado Berto Messias (PS): Itália, Espanha, Grécia...

O Orador: 2- O Partido Socialista teve de mendigar ajuda externa à troika;

Deputado Berto Messias (PS): A culpa foi do José Sócrates!

O Orador: José Sócrates, Governo Socialista!

3- O Partido Socialista negociou com a troika o acordo que teve o resultado que teve;

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: O Partido Socialista assinou, com o PSD e com o PP, o acordo da troika;

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: É mentira, é mentira!

Deputado José San-Bento (PS): Já passaram 10 meses!

O Orador: 10 meses?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): Contrariam tudo o que disseram na campanha eleitoral!

O Orador: O Partido Socialista é responsável por tudo isto. A sua referência, a grande referência ideológica do Partido Socialista, José Sócrates, que está em Paris,...

Deputado António Ventura (PSD): Estudando!

O Orador: ... fez tudo isto. A velha referência Mário Soares vem dizer que é para rasgar o acordo.

Homessa! Ao ponto que chegou a falta de responsabilidade política.

Ao ponto a que chegou aquilo que deve gerar a confiança dos cidadãos!

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A confiança dos cidadãos, a credibilidade política, devem estar nas responsabilidades dos políticos.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: O Partido Socialista faz lembrar aquela criança habilidosazinha, espertinha, mas maldosa. Faz a maldade e foge! Faz beicinho e diz que a culpa é do irmão!

É este o Partido Socialista! Faz a maldadezinha, faz beicinho e diz que não tem nada a ver com isso. A culpa é do meu irmão!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Mas a política é uma coisa mais séria do que isto tudo. A política não é um jogo! A política é uma coisa muito séria.

Terminando, Sr. Presidente, só para clarificar a questão das indemnizações que foi aqui trazida e que o Partido Socialista falou.

As indemnizações por rescisão é um documento indicativo que vai ser objeto de concertação social, conforme foi afirmado pelo Governo da República.

Mas mais importante do que isso, a média da Zona Euro...

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores governam à socapa, nas costas dos portugueses!

O Orador: ... é entre 7 e 13 dias de indemnização. É esta a média da Zona Euro.

Deputado José San-Bento (PS): O cancelamento das reformas antecipadas, é uma vergonha!

O Orador: Mas mais importante do que isso ainda, é que o acordo da troika que os senhores também assinaram dizia que era entre 8 e 12 dias. É isso que está a ser negociado. Apenas está a ser concretizado aquilo que os senhores também assinaram. Isto é que é importante.

Finalizando, Sr. Presidente, já que falei aqui em tempo e em espaço, há uma nota que fica deste debate. Há uma convicção muito clara: há pessoas que têm muita dificuldade em assumir a responsabilidade do espaço que devem governar...

Deputado José San-Bento (PS): É o que o senhor devia fazer agora!

O Orador: ... e que devem ter competência e a atribuição de assumir.

Então, porque não conseguem assumir o seu espaço e o seu tempo, passam o tempo a fazer de contas que estão ora na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, ora na Assembleia da República e esquecem que são Deputados à Assembleia Legislativa dos Açores.

Têm a competência, a responsabilidade de assumir a sua responsabilidade nos Açores, de fiscalizar o Governo Regional.

O Governo Regional e o Partido Socialista têm a responsabilidade de governar até ao fim, não se cansem, não se preocupem, falta muito pouco, é até setembro. Governem!

Assumam as suas responsabilidades! Não atirem as suas desculpas e culpas para Lisboa, para Ponta Delgada, para a Madeira, para aqui e para acolá.

Estamos nos Açores! Assumam a responsabilidade de governar nos Açores...

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e todos temos a responsabilidade de dar contributos positivos para este tempo exigente que vivemos.

É esse o contributo que o PSD dá e sobretudo é esse o desafio que o PSD assume.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não sei se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente o CDS também não pretendia intervir nesta declaração política, porque a declaração política do Sr. Deputado Aníbal Pires é uma cassette, mas daquelas de bobina, antiga, que roda, roda e roda. Diz sempre a mesma coisa e não diz nada, além dos termos que ali utilizou que não são, acho eu, próprios para um Deputado...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... como o Sr. Deputado Aníbal Pires, que é uma pessoa educada. Os termos que usou são pura e simplesmente de insulto.

Devo dizer, Sr. Deputado, que, mesmo com os termos que utilizou, a natureza não chora em Portugal. V. Exa. para pôr a natureza a chorar tem que ir para um país mais democrático,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a chover!

O Orador: ... onde V. Exa. se sente bem que é a Coreia do Norte ou aquele país democrático.

Mas não posso de deixar de responder ao Sr. Deputado José San-Bento. Dizer-lhe o seguinte:

O Sr. Deputado e o Partido Socialista um dia vão ter que responder a uma questão, que é a questão de fundo: por que é que veio a troika a Portugal? Esta é que é a questão.

Por que é que eles vieram?

Deputado José San-Bento (PS): Porque os senhores abriram uma crise!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por que é que a troika veio a Portugal?

Deputado José San-Bento (PS): Ou há eleições no País ou há eleições no PSD! Os senhores não se lembram?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: A pergunta que se faz, Sr. Deputado, é por que é que se chamou a troika a Portugal? Quem chamou a troika? Porquê? É essa a pergunta que os senhores têm que responder e explicar bem aos portugueses e aos açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Já está explicado! Surpreende-me que o senhor não saiba!

Deputado José Lima (PS): Porque os senhores chumbaram o PEC IV!

O Orador: Depois, Sr. Deputado, recomendo-lhe que leia com atenção o acordo do seu governo, chefiado por José Sócrates e Teixeira dos Santos, que aliás queria a troika bem mais cedo do que José Sócrates. José Sócrates até piorou a situação ao retardar a vinda da troika, ao contrário do Sr. Ministro das Finanças que queria mais cedo.

Os senhores são os verdadeiros responsáveis pela situação desastrosa a que chegou Portugal.

Vou dar-lhe só dois exemplos, Sr. Deputado, que revelam bem por que é que se teve que retirar, infelizmente, o subsídio de férias e o subsídio de Natal, ao contrário de uma promessa eleitoral (é verdade!) que tinha sido feita.

Deputado José San-Bento (PS): Não é só essa! Há mais!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o aumento dos impostos!

O Orador: Vou dar dois exemplos para lhe servir: a Parque Escolar, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Pensei que o Sr. Deputado ia falar na dívida da Madeira!

O Orador: Espere, Sr. Deputado.

A Parque Escolar, Sr. Deputado, nem a troika conseguiu detetar todo aquele esquema que ali havia.

Mais um exemplo que dava para pagar os subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos durante os 12 anos: as Parcerias Público-Privadas das Estradas de Portugal, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): E as gorduras do Estado, Sr. Deputado?

O Orador: Quanto é que vamos pagar este ano? 1.500 milhões de euros que vamos pagar por negócios mal feitos, do Governo de José Sócrates e do Partido Socialista,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que os senhores nunca criticaram, nunca abriram a boca neste Parlamento a criticar o mau negócio de José Sócrates, só para me referir às Parcerias Público-Privadas da Estradas de Portugal, Sr. Deputado (1.500 milhões de euros!).

Por isso é que se calhar os funcionários públicos estão sem o subsídio de férias e de Natal, Sr. Deputado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): 1.500 milhões de euros!

O Orador: Mais, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado vem para aqui no seu tom comicieiro, mas não se cingiu ao verdadeiro problema.

Deputado José San-Bento (PS): Desculpe!...

O Orador: Por culpa vossa (essa não é só vossa!) também milhares de milhões de euros no caso do BPN, por culpa do Governo do Partido Socialista. É vossa culpa o BPN, Sr. Deputado e Sr. Vice-Presidente.

É culpa do Governo de Sócrates e o CDS aí está muito à vontade, Sr. Vice-Presidente.

Deputado José Lima (PS): A gente sabe quem é que ganhou dinheiro com isso!

O Orador: Porque foi o CDS que propôs a Comissão de Inquérito ao BPN, Sr. Vice-Presidente, como o senhor muito bem sabe.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E é que vendeu por 40 milhões!

O Orador: Portanto, só o BPN e as PPP davam para pagar os subsídios de férias, as tais prestações sociais que os senhores tanto se queixam, mas o verdadeiro culpado chama-se José Sócrates e o Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): É sempre José Sócrates!

O Orador: Essa culpa do BPN os senhores hão de levá-la e hão de carregar essa cruz porque foram os senhores que a arranjaram.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores é que estão com a cruz às costas!

O Orador: Se não a arranjaram, pelo menos tentaram-na branquear e isso é que é de facto condenável.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Tendo em conta as afirmações que me antecederam, quer por parte da bancada do PSD, quer por parte da bancada do CDS-PP, sinto-me na obrigação de entregar à Mesa, para que seja distribuída a todas as bancadas neste Parlamento, as afirmações do Dr. Eduardo Catroga em que afirma, e estou a citar:...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, mas o que é isto? Isto é uma intervenção!

O Orador: ... “Negociação do Memorando de Entendimento da Troika foi essencialmente...”

Presidente: Muito bem! Sim senhor...

O Orador: “... influenciada pelo PSD”.

Depois diz...

Presidente: Não! Então faça favor de entregar...

O Orador: “O economista Eduardo Catroga afirmou hoje que a negociação...

Presidente: Eu farei distribuir, Sr. Deputado.

O Orador: ... do Programa...”

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: É uma intervenção!

O Orador: Eu estou apenas a citar aquilo...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É uma intervenção, Sr. Presidente!

Presidente: Eu farei distribuir. Não pode fazer uma intervenção.

O Orador: “A ajuda externa a Portugal foi essencialmente influenciada pelo PSD...”

Presidente: Não pode fazer uma intervenção, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, estou apenas a dizer aquilo...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não pode ser!

Presidente: Mas eu farei entregar!

O Orador: De qualquer modo vou entregar à Mesa para que seja distribuído e para que conste.

Muito obrigado.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para aqui não precisa!

Deputado Berto Messias (PS): Precisa, precisa! Basta ouvir o que o senhor disse!

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. Obrigado.

Vamos continuar. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que aqui nos trouxe o Partido Comunista Português, é evidente que a situação que estamos a viver tem a ver muito com aquela que é a herança do Partido Socialista, a governação que o Partido Socialista deixou ao país.

Entrámos numa situação de quase bancarrota, em que na minha perspetiva existem dois fatores que devem ser apontados.

Primeiro: uma conjuntura internacional muito difícil em que Portugal é um país com uma economia frágil, uma economia bastante pendente. Portanto, foi atingido pela crise internacional, como foram os restantes países da Europa.

Segundo: tem a ver com aquele que era o comportamento do Partido Socialista e do Governo da República da altura, com uma espiral de despesas no âmbito

do setor público e no âmbito da governação, que estava a desequilibrar bastante aquele que era o orçamento nacional e a endividar o país, para além daquilo que era suportável e para além daquilo que os mercados internacionais deixaram de considerar racional.

Nesse sentido, entrámos numa crise gravíssima. O Memorando da Troika foi assinado pelos três partidos com responsabilidades no arco da governação. O Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o CDS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi assinado, Sr. Deputado!

O Orador: ... foram os três partidos que se responsabilizaram.

Na minha perspetiva e como líder nacional do partido (até porque estava a participar numa campanha eleitoral na altura), tive oportunidade de dizer que considerava que o período de recuperação e o período em que se queria estabilizar a economia e a despesa pública era demasiado curto e que as medidas seriam implementadas com muita violência e teriam consequências graves no âmbito do equilíbrio da sociedade portuguesa.

Foi isso que aconteceu. Vivemos hoje uma gravíssima situação social que está a provocar evidentemente o desespero em muitas famílias portuguesas e isto é apenas o início. Esta situação social vai continuar a acentuar-se com muitos casos de rotura e com uma cada vez maior fragilidade da economia portuguesa.

Dito isto, que penso que corresponde à verdade dos factos, cabe dizer que o que é fundamental para a Região Autónoma dos Açores e para o conjunto do país é que este Memorando seja renegociado, que as medidas que estão a ser implementadas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sempre foi contra!

O Orador: ... venham a ser aplicadas com muito menor violência, porque esta situação, a situação social a que estamos a chegar, é uma situação explosiva. É necessário também implementar medidas que o Governo da República não está a conseguir fazer pela área do crescimento económico, para estas matérias do crescimento económico.

Acho que essa é também uma vertente que o Governo da República tem falhado, não tem conseguido implementar políticas para o crescimento económico e as medidas sociais são de uma brutalidade sem precedentes.

As consequências, e termino Sr. Presidente, estão à vista de todos. Basta olhar para o que está a acontecer na Grécia, que vive uma situação mais grave do que a nossa, é certo, mas também uma situação que tem muitos pontos de semelhança. O que temos na Grécia é o crescimento de forças extremistas, da extrema-esquerda e também da extrema-direita, com a entrada de 21 deputados fascistas no Parlamento Grego.

Isso deve preocupar-nos a todos, este tipo de resposta...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... da parte da sociedade.

É evidente que a União Europeia não pode continuar a implementar estas políticas porque o resultado é o crescimento do extremismo. O resultado é o crescimento dos nacionalismos na Europa e o resultado, a partir do momento em que temos esta exclusão social e temos estas alterações políticas tão significativas, não será nada bom para a União Europeia, inclusivamente irá colocar em causa o projeto europeu.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É recorrente no debate sobre a situação política nacional e no enquadramento económico e financeiro que o nosso país vive, por vezes, este jogo de atribuir responsabilidades e tentar tirar dividendos políticos ou desresponsabilizações políticas em relação à atual situação, o que é muitas vezes lamentável. Lamentável, porque não focamos na essência do problema, lamentável ao não compreendermos o problema, não conseguimos perspetivar as soluções, e importa enquadrar estas questões com todo o rigor que assim o merece.

Evidentemente que o problema que Portugal viveu e vive não é culpa de um Governo da República como a solução não está noutra Governo da República.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah, bom! Estamos conversados!

O Orador: O problema extravasa a dimensão nacional e as condições para ultrapassar este enquadramento vai para além da capacidade de um país.

Não perceber isto é não ter a capacidade de resolver o problema.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Vamos à responsabilização passada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ninguém tem culpa!

O Orador: Foi aqui referido que foi o Governo de José Sócrates que tinha colocado o país em bancarrota.

Pergunto aos Srs. Deputados que o afirmaram:

Sabem qual era a dívida pública, média, dos 17 países do Euro, quando no final do governo de José Sócrates era sensivelmente igual à dívida pública portuguesa?

Portugal não tinha um problema de dívida pública superior àquela que tinha a média da União da Europeia.

Senão vejamos os dados publicados a 23 de abril pelo EUROSTAT:

A dívida pública portuguesa era, no final de 2010, 93% do PIB português.

A dívida do conjunto dos 17 países da Zona Euro era 85% do PIB desses mesmos países: ou seja, Portugal tinha, no final do Governo de José Sócrates, uma dívida pública sensivelmente idêntica, em relação à sua produção, à média dos 17 países.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que chamou a troika? É a pergunta que o senhor tem que responder!

O Orador: Segundo aspeto:

Não é verdade que a dívida pública em Portugal, no período de Sócrates, tenha crescido mais do que cresceu a dívida pública da média da União Europeia.

Do conjunto dos 27 países, em 2 anos a dívida pública cresceu 18 pontos percentuais. Em Portugal cresceu 20. Ou seja, o problema não estava no governo. O problema estava e está na não existência de uma verdadeira união financeira...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Sr. Deputado José San-Bento oiça!

Deputado José San-Bento (PS): Já disse isso!

O Orador: ... que proteja os ataques especulativos de cada país, como a solução para o problema não está nas medidas de austeridade que são impostas pelo Governo da República.

Deputado José San-Bento (PS): Ouviu agora?

O Orador: Aquilo que se passou, domingo, na França, é um sinal que poderá potenciar uma nova capacidade de resposta europeia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Grécia?

O Orador: ... a um problema que é europeu e do qual não se deve, nem se pode assumir responsabilizações individuais de cada país...

Deputado Clélio Meneses (CDS-PP): O problema é esse!

Deputado João Costa (PSD): E os Açores?

O Orador: ... para uma questão cuja dimensão de intervenção vai para além da realidade e da capacidade de cada país.

Sendo esse o problema, a resposta também não está, nem poderá estar num aumento progressivo da austeridade imposta às pessoas e às empresas, porque o problema, como demonstrei, em Portugal, não está no défice público do país, não está na dívida pública de Portugal, que é idêntica à média da União Europeia.

Este país foi vítima de uma conjugação de interesses que implicou o fim do acesso aos mercados financeiros, como vimos a seguir, que se repetiu na Espanha, se repetiu em França, se repetiu na Bélgica, se repetiu na Grécia.

O problema é europeu e tenhamos a capacidade de ao nível europeu resolver este problema e não tentar andar aqui com jogos de atribuir culpas aos Governos anteriores, quando todos nós sabemos que o Governo atual não tem capacidade para resolver esse problema e que as medidas de austeridade impostas...

Deputado João Costa (PSD): Impostas, por quem?

O Orador: ... não irão contribuir para a resolução do problema, mas irão somente agravar ainda mais o problema.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Creio que não há mais intervenções. Assim sendo, para encerrar o debate dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem 2 minutos e 10 segundos, Sr. Deputado.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a essência do problema que Portugal está a passar não se reduz apenas a um governo. Tem um histórico. É um histórico de algumas dezenas de anos.

O principal problema foi o facto de Portugal ter vendido os seus direitos de produção à União Europeia. Isso levou ao desmantelamento do setor produtivo nacional, da indústria nacional, da indústria extrativa, portanto, tudo aquilo que produzia riqueza. Isso, sim, é que é o grande problema.

O resto, a conjuntura internacional, certamente que tem importância, mas esse é que é o grande problema.

O problema resolve-se pelo crescimento económico e pela produção nacional, coisa que infelizmente, o pacto de agressão que foi feito e que o PS subscreveu com a troika, mas que o CDS-PP e o PSD avalizaram, esse pacto não leva efetivamente ao problema, que é um problema de crescimento económico, antes pelo contrário. Aquilo que foi contratualizado com o protetorado estrangeiro, vai levar a que o serviço da dívida aumente para valores perfeitamente incomportáveis.

Entretanto, aquilo que V. Exas. são, efetiva e atualmente, responsáveis é por 1 milhão e 200 mil desempregados, é pela pobreza, é por razões laborais de servidão, é, ao fim e ao cabo, pelo retrocesso de mais de um século.

Se há alguém aqui que é passadista é o PSD e o CDS/PP. Isso, sim, V. Exas. representam o passado, representam relações de trabalho, de escravidão e de servidão.

V. Exas. é que alimentam a diferenciação entre os cidadãos, porque uma coisa é o pacto de agressão que foi subscrito pelo PS, ao qual V. Exas. deram o aval. Outra coisa, são todas as outras medidas que têm vindo a ser tomadas, que vão

muito para além do pacto de agressão e que estão a conduzir o país para a situação em que nos encontramos.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A natureza vai chorar!

O Orador: ... eu percebo que o senhor não tenha gostado da minha intervenção.

Aliás, ninguém referiu, no conjunto das intervenções, aquela que era a essência da intervenção, que é assumirmos as competências autonómicas para minimizar e para contrariar o efeito das políticas que estão a ser feitas na República. Essa, sim, a tal e verdadeira via açoriana para o desenvolvimento, para a qualidade e o bem-estar de vida das açorianas(os), para a coesão territorial, social e económica, para construirmos nos Açores uma sociedade mais justa, social e economicamente.

Isso nenhuma bancada referiu, porque essa é que era a essência.

Para terminar, como é que o Sr. Deputado me explica que o Governo da República, designadamente os seus Ministros, os Ministros do CDS-PP, tenham aprovado e autorizado a Segurança Social para comprar dívida à banca nacional, sem nenhuma limitação?

Isto é, à Segurança Social, cujo orçamento resulta do dinheiro das participações do trabalho e dos trabalhadores, o Governo da República autorizou compra à banca nacional e a dívida que tanto pode estar titulada...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Era por isso que o senhor devia chorar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os Fundos de Coesão?

O Orador: O senhor devia chorar, porque autorizaram a comprar produtos tóxicos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fundos de coesão!

O Orador: ... dívida titulada a empresas internacionais. Foi o seu Ministro, os vossos Ministros, o vosso Governo. Isso é que é destruir Portugal.

V. Exas. estão a colocar este país, ou melhor, estão a destruir aquilo que é a alma deste país. V. Exas. estão a fazer isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fundos de Coesão da Europa!

O Orador: E o povo português, o povo açoriano, em outubro, há de dizer não a qualquer tipo de clonagem de um Governo PSD/CDS-PP na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos passar para a declaração política seguinte.

Para apresentá-la dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero iniciar esta Declaração Política por uma referência (ainda que breve) às eleições realizadas na França e na Grécia.

Estas eleições foram um autêntico referendo às políticas austeritárias que estão a penalizar a Europa e, em particular, o povo Grego.

O Povo optou, através da sua participação massiva, pela rejeição desta política e a imposição do pensamento único, ancorado na inevitabilidade, sofreu uma derrota clamorosa.

Pelo papel central da França, na Europa, cabe a Hollande ser fiel a este clamor de mudança, que o povo francês deixou expresso nas urnas, a bem da Democracia.

Poucos/as negarão que o enterro da Democracia - e o conseqüente divórcio do povo da participação política - têm, como razão fundamental, o antagonismo entre as promessas e as práticas, após as eleições.

E esta situação - onde abunda o equívoco, o malabarismo das palavras, as sombras que dissimulam realidades -, infelizmente, não ocorre só no centro da Europa; é antes uma realidade bem viva, no nosso País, com o actual Governo da República e, nos Açores, também ocorre, com pouca parcimónia.

Ainda há poucos meses, o Governo Regional declarava, alto e bom som, que iniciara, com o Governo da República, uma discussão sobre aquilo a que, pomposamente, chamou “ Acordo de Cooperação e Entendimento”.

Após mais de cinco meses desse anúncio, o silêncio sobre tais negociações - vitais para os Açores e por demais importantes para a vida dos/as Açorianos/as - , é de chumbo.

Nada tem a dizer o Governo Regional, sobre o decorrer dessas negociações? Qual o estado da arte? É segredo?

Não acha o Governo Regional que seria um inegável exercício de democracia vir a este Parlamento - e, através dele, a todos os/as Açorianos/as - prestar contas?

Nestes últimos meses, da parte do Governo da República, nunca se ouviu uma palavra sobre as negociações desse tal Acordo. Ouvimos, isso sim, falar da revisão da Lei de Finanças Regionais.

Não seria mais uma razão - e esta de peso - para que o Governo Regional viesse a este Parlamento explicar o que se passa?

É que sobre esta matéria, muito mais se exige.

É - e muito justamente -, considerado, por todas as forças políticas representadas neste Parlamento e também por vastos sectores da opinião pública, na Região, que um dos pilares fundamentais da Autonomia é a Lei de Finanças Regionais.

Quando o Governo da República ameaça fazer duros cortes nos direitos da Região, expressos na actual lei, nada tem o Governo Regional a dizer?

Mas, se o Governo Regional enquanto tal, nada quer dizer, que, no mínimo, se pronunciem os dois candidatos dos dois maiores partidos, os mesmos que todos os dias falam, falam, falam mas, sobre o que verdadeiramente interessa à vida do povo, nada dizem.

Perante uma questão tão essencial à Região, o Dr. Vasco Cordeiro e a Dra. Berta Cabral nada têm a dizer?

Ou será que se preparam para se apresentarem às eleições e, sobre esta questão, fazerem voto de silêncio?

A Democracia não é, não pode ser, a arte de distrair e de enganar o povo. Pois não, Senhoras e Senhores Deputados?

E esta última semana que, lamentavelmente, foi tão fértil em malabarismos discursivos.

Por incompetência do último Governo do PSD, nos Açores, em 1996, as Flores e o Corvo ficaram fora da ligação por cabo de fibra óptica.

Desde logo, os Florentinos e os Corvinos ficaram privados de direitos essenciais ao mundo moderno, como seja o direito à informação e à comunicação.

Passados dezasseis anos de governação do Partido Socialista, esta privação de direitos mantem-se.

Ao longo de todos estes anos – mas, com mais incidência, nos últimos dois -, as populações lesadas tomaram as mais diversas iniciativas, para terem acesso a este direito.

Além de que são indecentemente penalizadas, em termos monetários, pois sempre pagaram um serviço que nunca tiveram, com o mínimo de condições.

Portanto, falemos claro: Florentinos e Corvinos têm sido usados para as mais variadas manobras de propaganda partidária.

Em 2004, o programa eleitoral do Partido Socialista anunciava que iria recorrer a fundos europeus para financiar a extensão da fibra óptica àquelas duas ilhas.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Mas já no programa de governo, saído daquelas eleições, não houve qualquer referência ao referido projecto.

Entretanto, muitas e contraditórias declarações se fizeram.

A 15 de Maio de 2011, é assinado, entre o ministro das Obras Públicas e o Governo Regional, um acordo para cumprir este objectivo.

Na pompa do acto, Carlos César fez um discurso de enaltecimento do Governo Sócrates, pois a fibra óptica iria chegar às Flores e ao Corvo, sem exigência de contribuição da Região.

Mas a fibra óptica não chegou.

Mais uma vez, a luta de Florentinos e Corvinos, em nova Petição à Assembleia Legislativa, faz andar o processo.

Em recente visita institucional, do Governo Regional, às Flores e ao Corvo, o Presidente Carlos César anuncia que o Governo Regional vai avançar com fundos europeus ao seu dispor, para pagar 85% da obra.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, afinal como é?

A culpa é do Governo Regional que, por desleixo ou incompetência, tinha uma assinatura por fazer, num documento esquecido numa gaveta?

A culpa é do Governo da República, que não cumpre com os acordos que assina?

A Democracia exige a verdade e, acima de tudo, Florentinos e Corvinos não podem ser pretexto para jogos partidários.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: As últimas declarações de Carlos César querem ou não querem dizer que o problema está resolvido? E à custa de quê? Quem perde e quem ganha, com o tipo de resolução proposto? Não teremos todos/as o direito de saber?

Pelo sim, pelo não, daqui exorto os Florentinos e os Corvinos a não descansarem, enquanto não virem o cabo de fibra óptica, nas suas respectivas ilhas.

Porque, nesta história, alguém está a faltar à verdade e alguém pretende branquear compromissos assumidos e não cumpridos.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: É com este estilo de prática política, onde os equívocos, os malabarismos e as sombras sobram, que pretendem mobilizar os/as Açorianos/as para as escolhas políticas que se impõem e de que a Região carece, para aliviar as graves dificuldades com que tantos/as se confrontam?

Parafraseando o poeta Aleixo, tenham cuidado, porque pode o povo querer um mundo novo, a sério, ou, pelo menos, verdade, decoro e democracia, já.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Pela respetiva ordem tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecer a oportunidade do tema colocado pela Sra. Deputada Zuraida Soares e aproveitar para poder responder a uma afirmação feita, num enquadramento que se sabia que o Governo não podia intervir, pelo Sr. Deputado Jorge Macedo.

Vamos à questão essencial que tem a ver com o cabo de fibra ótica.

O Sr. Deputado Jorge Macedo acusou o Governo de política rasteira, incompetência por não ter apoiado, nem assinado, uma candidatura de uma empresa privada.

Segundo o Sr. Deputado e o PSD essa candidatura deveria ter sido aprovada.

Tenho aqui essa candidatura.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Então dê os papéis!

O Orador: A candidatura de uma empresa chamada VIATEL, através de uma empresa subsidiária, propõe que a Região assumia 100% (repito 100%), de um investimento privado de 12,9 milhões de euros, numa candidatura que, ao contrário do que é dito, é uma candidatura, primeiro...

Presidente: Sr. Vice-presidente, peço-lhe que abrevie, porque está a afastar-se do objeto da declaração política.

O Orador: Estamos a falar do cabo de fibra ótica.

Presidente: Estamos a falar da declaração política que também falou do cabo de fibra ótica.

O Orador: Eu estou a falar do cabo de fibra ótica.

... para a rede de novas gerações rurais dos Açores; segundo, propunha que de fundos regionais, do Orçamento da Região, dos recursos da região, se afetasse 100% do investimento de 12,9 milhões de euros.

Essa mesma candidatura assumia uma receita privada desse investimento de 6 milhões de euros, durante três anos.

Veja Sr. Deputado, 4.10 da candidatura “Fontes de financiamento”, Quadro 15 “Sustentabilidade do projeto”.

Não esteve parado 6 meses. Foi linearmente rejeitado pelo Governo dos Açores aceitar, numa clara violação da regulamentação comunitária, numa clara violação do Programa Operacional PROCONVERGENCIA e o FEDER, que a Região assumisse, através dos seus fundos comunitários, e do seu Orçamento da Região, 100% do investimento candidatado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não é verdade!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Ah, não! Isso não convém!

O Orador: Como sabem, isso viola qualquer regra de fundos comunitários, ainda mais quando a empresa assume, no seu Quadro 15, que desse investimento teria uma receita adicional de 6 milhões em três anos.

Mas o cerne da questão é mais importante do que isso.

Conforme foi oportunamente dito pela autoridade de gestão de PROCONVERGENCIA no esclarecimento, sábado, essa candidatura não foi, nem poderia ter sido aceite, porque violava qualquer regra regulamentar.

Tendo em conta a gravidade das afirmações do Sr. Deputado Jorge Macedo sobre a gestão do programa, ainda que sem qualquer fundo de verdade, merecerão todavia que, na próxima reunião da comissão de acompanhamento do PROCONVERGENCIA, já em junho, na presença dos representantes da Comissão Europeia, da administração central e dos parceiros regionais, sejam devidamente esclarecidas e desmentidas com os registos e as evidências adequadas.

Dada a gravidade das declarações do Sr. Deputado Jorge Macedo, comunicámos às entidades nacionais e comunitárias, de enquadramento do programa PROCONVERGENCIA, não só essas declarações como os nossos procedimentos.

Queremos ver, na próxima reunião, em junho, com estas entidades, isto devidamente esclarecido, porque essa candidatura não passou de um embuste. Não esteve 5 meses parada, é uma candidatura que não poderia ser aceite.

Mais importante do que isso é saber que o PSD era o partido que, se estivesse no Governo, aprovaria uma candidatura onde a Região assumiria dos seus recursos, dos seus fundos comunitários regionais e do orçamento da Região, 100% daquilo que o Governo da República assumiu pagar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não é verdade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é verdade! Mas mesmo que fosse verdade, por que é que andaram durante todo este tempo a esconder?

O Orador: Mais, assumiria o financiamento de 12,9 milhões de euros, quando o cabo de fibra ótica, na totalidade, custa apenas 12,5 milhões de euros, e era capaz de aprovar uma candidatura que, violando grosseiramente a regulamentação do FEDER, se essa candidatura fosse aprovada, no mesmo dia seriam imediatamente suspensos todos os fundos comunitários para a Região, por violação grosseira da regulamentação comunitária.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É essa a incompetência que o Sr. Deputado Jorge Macedo nos coloca.

Por outro lado, o cerne da questão nesta matéria é muito simples.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Vice-Presidente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já passaram 5 minutos!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Já vai em 7 minutos!

O Orador: Com certeza.

De acordo com o Anexo IV do contrato assinado, em 18 de maio, entre o Governo da República e a empresa Fibroglobal, está definido, assumido e contratado, apenas pelo Governo da República, o financiamento dessa componente de 64,4% do investimento, ou seja, 12,9 milhões de euros.

Em nada do contrato é referido, nem podia, porque o Governo da República não podia dispor de fundos da Região (não há aqui qualquer corresponsabilização), ser os fundos comunitários da Região a pagar um contrato assinado e assumido pela República.

O que está aqui em causa é uma questão muito simples: cada cêntimo que a região assumir de fundos comunitários, como este investimento, está a

substituir-se à República, mas cada cêntimo que assumir com investimentos que são da responsabilidade da República, que são competência da República, automaticamente está a dizer que é menos um cêntimo, é menos um euro e neste caso é menos 12,9 milhões de euros que estará disponível para financiar os investimentos da sua competências, em escolas, centros de saúde, estradas, portos e aeroportos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não precisa mais!

O Orador: Os fundos comunitários são fixos e, nesse contexto, todos os recursos, como na RTP, na ANA, no IRS das autarquias e como em todas essas matérias, o que assistimos, com o apoio do PSD, é que a República diz que não paga, que pague a Região.

O PSD-Açores acha que a Região deve pagar aquilo que é da competência da República.

Para terminar, isto se fosse aplicado na prática, era efetivamente uma alteração da própria Lei de Finanças Regionais, porque nós estaríamos a financiar, com os nossos recursos, para as nossas competências, aquilo que é competência da República e cada cêntimo que afetarmos a essas responsabilidades da República...

Presidente: Tem que terminar.

O Orador: ... é menos que fica para cumprir aquilo que são as competências e os compromissos da Região.

Penso que ficou esclarecido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo pede a palavra para?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Um protesto.

Presidente: Um protesto porquê Sr. Deputado?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Relativamente aos valores apresentados, que o Sr. Vice-Presidente referiu na sua intervenção!

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD protesta relativamente às palavras do Sr. Vice-Presidente, porque o Sr. Vice-Presidente faltou à verdade.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que o governo de Sócrates, em maio, assinou com a empresa Fibroglobal/VIATEL, foi um investimento de 20 milhões de euros e não como o Sr. Vice-Presidente acabou de referir de 12 milhões, 890 mil euros, que é o que consta da candidatura da VIATEL.

O restante, Sr. Vice-Presidente, sabe para que é que servia?

Para já, eram investimentos privados da VIATEL, porque vai explorar o cabo durante 30 anos, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E então?

O Orador: ... e o restante serviria, sabe para quê? Para o cabo de fibra ótica terrestre, os acessos terrestres, para a internet de alta velocidade, em 12 dos 19 concelhos.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor acabou de dar razão ao Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Porque é que os senhores deixaram de fora 7 concelhos no contrato assinado entre o Governo de Sócrates e a VIATEL?

Ficaram caladinhos e o vosso protesto é apenas e só porque o Sr. Vice-Presidente afirma que o investimento era de 12 milhões de euros e, como tal, os fundos comunitários iriam pagar 100% do investimento, o que não é verdade. O investimento era de 20 milhões de euros.

Os açorianos têm que saber os números direitinhos e tudo tem que estar em pratos limpos. Não vale malabarismos, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Todos sabem! Todos conhecem!

O Orador: É preciso que os açorianos saibam.

O investimento era de 20 milhões de euros e a candidatura seria de 12,8 milhões de euros, sendo que os outros 7, eram da responsabilidade da VIATEL.

Esta é que é a verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo para um contraprotesto tem 3 minutos.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo acabou de se enterrar completamente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado veio fazer uma conferência de imprensa, com uma candidatura ao PROCONVERGENCIA, acusando o Governo de incompetência por não aprovar e não resolver o problema.

Pergunto-lhe: nessa candidatura (foi o que eu disse), que investimento é que propõe ser participado?

Tenho aqui, exatamente aquilo que o Sr. Deputado Jorge Macedo apresentou: “componente do projeto – custo total: 12 milhões, 890 mil euros”, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Dessa parte!

O Orador: ... ou seja, investimento candidatado ao PROCONVERGENCIA, 12 milhões, 890 mil euros. Foi o que eu disse, repito e é verdade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E os 20 milhões?

O Orador: Segundo: quanto é que para esse investimento de 12 milhões, 890 mil, a empresa propõe que a região pague? Quadro seguinte: 12 milhões, 890 mil.

Nas minhas contas de matemática, 12 milhões, 890 mil, sobre 12 milhões, 890 mil, é 100%.

Essa candidatura foi rejeitada linearmente porque propunha que a Região financiasse um investimento privado em 100%, de acordo com os números 9 e 10 da próxima candidatura, com a agravante, conforme diz o ponto 15, de uma receita de 6 milhões de euros, em três anos.

Foi isto que eu estive a falar. Foi isto que o senhor falou na sexta-feira e é isto que eu hoje desminto, com a prova efetuada e documentada, que demonstra que, se aprovássemos esta candidatura, o Governo não seria incompetente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores são uns trapalhões!

O Orador: O Governo estaria a pôr em causa imediatamente a suspensão total de todos os fundos comunitários da Região, ou seja, esta candidatura foi imediatamente rejeitada, conforme demonstra a correspondência trocada com a empresa Fibroglobal.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por que é que esconderam essa candidatura tanto tempo?

O Orador: Isto é a realidade. O senhor acabou agora de se enterrar completamente nesta matéria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para uma interpelação.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós gostávamos de solicitar ao Sr. Vice-Presidente a facultação da documentação que tem na sua posse,...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... pois penso que é um contributo inestimável para pôr um ponto final nesta história e finalmente começarmos a trabalhar para que o cabo de fibra ótica chegue definitivamente às Flores e ao Corvo.

Era apenas isto.

Deputado José Cascalho (BE), Luís Silveira (CDS-PP) e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito bem. O Sr. Vice-Presidente fará chegar o documento e eu fá-lo-ei distribuir.

Ultrapassámos a nossa hora regimental. Continuaremos esta matéria amanhã, no PTAP.

Depois do almoço, continuaremos com agenda.

Bom almoço. Até logo.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a agenda.

Eram 15 horas e 08 minutos.

O primeiro ponto é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2012 – “primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março, que estabelece o regime jurídico de inertes na faixa costeira e no mar territorial”**.

Para apresentar o diploma dou naturalmente a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma cuja discussão agora iniciamos visa resolver duas questões no âmbito das pescas que surgiram ou que foram detetadas após a entrada em vigor de dois diplomas: um que regula a extração de inertes e outro que tem a ver com a própria regulamentação na área das pescas.

A primeira das questões tem a ver com o uso tradicional que é feito pelas comunidades piscatórias, do chamado rolo, para fazer poitas e para outras utilizações no âmbito da preparação de artes de pesca.

Acontece que essa matéria não ficou prevista no diploma que regula a extração de inertes e, após a sua entrada em vigor, têm surgido múltiplos casos em que as autoridades, com competência na matéria inspetiva, têm levantado essa questão. É uma questão que é de uso tradicional, é um uso que não tem nenhum impacto ambiental significativo e que, de facto, deveria estar contemplada no diploma para que, com toda a segurança jurídica, quem exerce a sua atividade na pesca possa continuar a utilizar esse tipo de material na preparação de artes de pesca.

A segunda questão tem a ver com uma lacuna que entretanto se detetou no diploma regulador da pesca e que tem a ver com as situações de ausência do role de tripulantes ou da existência de um role de tripulantes que está incompleto.

São duas questões relativamente pequenas mas de grande relevância para a atividade pesqueira.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Apenas para um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional e que tem a ver com o seguinte:

O diploma que temos em apreciação é uma proposta de DLR que altera o DLR 9/2010/A, de 8 de março.

Efetivamente aquilo que se verifica neste DLR é que ele não só se limita a alterar o aludido DLR como altera também o DLR 29/2010, que é o Quadro Legal das Pescas.

Gostaria que o Sr. Secretário pudesse esclarecer a câmara, porque o título não corresponde ao conteúdo e porquê? Há alteração de dois diplomas no mesmo diploma, sendo que nem sequer faz aqui menção à republicação do 29/2010.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Lima (PS): Tem que haver republicação!

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, em relação a essa questão, de facto, o que acontece é que o diploma foi preparado pelo setor das pescas e foi preparado no sentido de resolver duas questões que têm a ver com as pescas.

Portanto, o nexu entre as duas matérias são questões da pesca: uma acaba por ter a ver com os recursos geológicos, outra com assunto específico das pescas.

Concordo com o Sr. Deputado, que poderiam ter sido feitas duas propostas separadas de diploma. Por razões que creio que têm a ver com a economia da elaboração das propostas, acabou por ser assim.

Não vem mal ao mundo! Não é a primeira vez que temos um diploma, nem é facto inédito termos um diploma que altera dois diplomas. Neste caso são duas pequenas alterações a dois diplomas que versam matéria de pescas.

É esse o nexu causal entre os dois. A comissão de redacção poderá alterar o título do diploma, se assim o entender, e fará sentido fazê-lo, porque de facto ele altera dois diplomas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pesca é um dos setores de actividade da RAA que tem merecido, por parte do Governo Regional, uma atenção especial a todos os níveis, desde o apoio à reconversão da frota de pesca, à reabilitação e construção de portos de pesca em todas as ilhas, passando pela formação e apoio dado diretamente aos profissionais de pesca, como os combustíveis mais baratos ou acionando o fundo de pesca, sempre que necessário.

A alteração que estamos agora a analisar é apenas mais um exemplo dessa atenção e desse trabalho que tem sido conferido a esse setor de actividade nos Açores, tão importante para a nossa Região.

O diploma aqui em análise propõe que a recolha de calhau rolado, ou rolo existente na orla costeira, possa ser realizado sem necessidade de obtenção de licença prévia, desde que se destine exclusivamente à utilização em artes de pesca profissional, sendo recolhida por profissionais de pesca que integrem companhias ou embarcações regionais e desde que não excedam os 10 metros cúbicos diários.

O diploma salvaguarda ainda os locais que não podem ser alvo dessa recolha, nomeadamente as zonas protegidas e zonas balneares, aspeto que queremos realçar.

De facto, desde há muitos anos a utilização do calhau rolado nas artes de pesca tradicional dos Açores é uma realidade. Desde sempre esse material é usado na pesca do palangre, por exemplo, bem como na pesca de linha de mão e nas artes de pesca associadas às pescarias do goraz, do cherne ou do congro.

Apesar de atualmente a utilização desse material geológico ser utilizado em menor escala, é ainda um recurso que a pesca profissional utiliza e que é fundamental para a sua atividade.

As questões ambientais associadas ao recuo da linha de costa que podem ser levantadas pelas Organizações Não Governamentais do Ambiente, são legítimas e importantes, tendo de ser salvaguardadas.

Por isso existem restrições legais, previstas a nível regional, que determinam a necessidade de requerer licença, sempre que pessoas individuais pretendam recolher calhau rolado na orla costeira açoriana para fins de natureza diversa.

O que o Governo Regional aqui propõe, e ao qual o Grupo Parlamentar do PS dará o seu apoio, é uma situação de exceção, já que os profissionais de pesca carecem desse recurso geológico para a sua faina.

Paralelamente, o diploma aqui em análise procede a um aditamento ao Quadro Legal da Pesca açoriana, explicitando alguns aspetos associados ao role da tripulação.

Como todos saberão, o role de tripulação é a relação nominal dos marítimos que constituem a tripulação de uma embarcação, do qual deve constar pelo menos os tripulantes específicos no Certificado de Lotação de Segurança, ou seja, o role de tripulação tem que incluir pelo menos a tripulação mínima de segurança, não podendo embarcar marítimos que não estejam incluídos no role dessa embarcação.

O que se pretende com este aditamento é que seja possível uma embarcação poder desenvolver a sua faina sem que estejam presentes todos os tripulantes inscritos no role de tripulação. Por exemplo, no caso de uma embarcação em

que estejam inscritos 20 tripulantes, num role de tripulação, no caso da embarcação querer ir para o mar apenas com a tripulação mínima de segurança, poderá fazê-lo sem que tenha que solicitar autorização para esse fim, ou seja, sem que se tenha que dirigir à Capitania para proceder a essa alteração.

Esta é uma alteração que permitirá uma otimização dos recursos humanos, já que não inviabilizará qualquer pescaria por falta de tripulantes constantes no role da tripulação.

É assim uma adenda que, em nosso entender, vem clarificar aspetos de regularização relacionados com o role de tripulação, enquadrados no regime jurídico da pesca açoriana e que queremos enaltecer.

Relativamente à dúvida colocada pelo Deputado do PCP, em sede de redação final iremos colmatar essa situação.

Obrigada Sr. Presidente.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP nada tem a opor, quer à alteração do diploma da extração dos inertes, quer à alteração que também está prevista relativamente ao Quadro Legal de Pescas.

Agora, gostaria de obter esta garantia, que ao menos no título do diploma fosse garantido que de facto houvesse essa alteração em termos da publicação.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Deputado, eu já disse!

Deputado José Lima (PS): A Sra. Deputada acabou de dizer isso aqui!

O Orador: Regimentalmente, é possível a técnica que foi utilizada, mas julgo que para uma maior transparência ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Foi lapso!

O Orador: Muito bem. Estou esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP congratula-se com esta proposta hoje apresentada nesta casa, especialmente aquela que consiste e que permite que os pescadores possam utilizar calhau rolado para as suas atividades piscatórias.

De facto, o diploma diz que não traz grandes prejuízos em termos ambientais o recolher pedra de calhau rolado na costa dos Açores.

Na opinião do CDS-PP não traz nenhum prejuízo ambiental, até porque em bom rigor, na maioria dos casos, essa pedra que é utilizada pelos pescadores volta à sua origem. Portanto não tem qualquer prejuízo.

Era uma grande contradição não poder fazê-lo, quando o próprio Governo Regional anda a decorar rotundas pelos Açores com pedra de calhau rolado.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Está sempre ao seu lado!

O Orador: Essa sim, é retirada em definitivo e eu acho que pela quantidade que é retirada também não faz qualquer mal ao ambiente dos Açores.

Parece-nos que é uma boa proposta que vem trazer um contributo, em termos de custos, muito positivo aos pescadores dos Açores, que é uma reivindicação destes, desde há muito a esta parte, e, como tal, o CDS-PP congratula-se com esta proposta do Governo hoje trazida a esta casa e irá votar a favor da mesma.

Presidente: Creio que não há mais inscrições.

Vamos passar então à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a proposta foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE

Presidente: Passamos à especialidade.

Já que estamos em presença apenas de quatro artigos e nenhum deles é objeto de qualquer proposta de alteração, pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

O artigo 2º. separado?

Vamos votar então o artigo 1º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação em conjunto os artigos 3º. e 4º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Chamo então a atenção da comissão de redação final no sentido de a epígrafe do diploma refletir as alterações aos dois diplomas que efetivamente são feitas.

Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012 – “regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial”**.

Mais uma vez para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de diploma cuja apreciação agora iniciamos reveste-se de grande importância para a boa gestão do nosso território.

De facto, as questões do ordenamento do território e da gestão do território são fundamentais para a qualidade de vida, para o respeito pelos valores ambientais e até para um crescimento sustentado da nossa economia.

O dispositivo legal atualmente em vigor é extremamente disperso, tem muitos aspetos contraditórios e, de facto, não se adequa bem às necessidades de planeamento num território insular e fragmentado como é o da RAA.

É nesse contexto e com esse objetivo que com o presente diploma pretende-se fazer uma unificação do dispositivo da gestão territorial, fazendo a regulamentação direta da respetiva Lei de Bases.

Não se trata de compilar legislação, nem se trata de alguma forma de alterar o dispositivo legislativo em vigor, trata-se, sim, de criar de novo, obviamente, no respeito pela respetiva e no contexto da Lei de Bases, um dispositivo jurídico que permita pensar o planeamento e a gestão do território dos Açores de forma integrada no contexto de cada uma das ilhas.

Pretende-se com isto eliminar um conjunto de planos que neste momento se sobrepõem e que em muitos casos dificultam a vida aos cidadãos, em particular a quem queira fazer investimentos em algumas parcelas do nosso território, e também eliminar um conjunto de dificuldades que se colocam às próprias autarquias que são obrigadas a, periodicamente, rever os seus planos e acabam por ter, por essa via, um conjunto de despesas e de dificuldades que é desnecessário e que deve ser avaliado, caso a caso, em função daquilo que sejam as estratégias de gestão autárquica em presença.

Cria-se aqui uma figura nova, o Plano do Ordenamento do Território de Ilha, com diversas áreas temáticas em que unifica todos os planos que atualmente existem, Planos de Gestão do Território, ou seja, em cada ilha passa a existir apenas um Plano de Ordenamento do Território que congrega todas as áreas temáticas que vão desde as questões que têm a ver com a orla costeira, as que têm a ver com a carta de risco e com a gestão dos riscos naturais, as que têm a ver com o desenvolvimento industrial e com o desenvolvimento viário e as que têm a ver com a conservação da natureza, já que inclui também aqui as questões de gestão dos parques naturais de ilha e das áreas protegidas.

A nível municipal são mantidas duas figuras: a possibilidade de existirem planos intermunicipais em que municípios territorialmente contíguos se possam aliar e fazer um plano que faça a gestão dos respetivos territórios e a manutenção dos Planos Diretores Municipais na forma que os conhecemos, como forma de adequar às políticas e às necessidades autárquicas aquilo que é o Plano de Ordenamento do Território de Ilha.

Acima destes planos mantém-se apenas um único plano de natureza regional, que no caso dos Açores já está em vigor e a possibilidade de se fazerem, quando se entenda necessário, planos setoriais que tenham uma expressão territorial e que permitam fazer o ordenamento de determinadas atividades em função dos interesses regionais e que depois obviamente vão ser refletidos, quer no Plano de Ordenamento do Território de Ilha, quer nos planos de nível municipal.

Também se faz aqui a aplicação à Região de um conjunto de normas que têm a ver com a área de urbanização, as questões do plano de pormenor e dos planos de gestão de determinados espaços em concreto e a possibilidade também de se melhorar e racionalizar as questões de servidão administrativa e de clarificar quem a faz, no caso concreto por exemplo dos aeroportos, ou de outras estruturas do mesmo tipo, quais são os seus efeitos e de que forma é que devem ser integrados no Plano.

Também se cria uma estrutura de nível regional, que fica disponível na internet, em que obrigatoriamente todos esses documentos são publicados, sendo

condição para a sua vigência estarem disponíveis e publicados neste portal, para que, com toda a transparência, qualquer cidadão, qualquer entidade, em qualquer momento, possa consultar quais os instrumentos de gestão territorial que têm aplicação num determinado território.

São estas as inovações que são introduzidas. É essencialmente um documento clarificador das questões de gestão territorial e unificador dos diversos regimes existentes que irá permitir dar uma maior eficácia e uma maior eficiência à gestão do nosso território.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições para se debater na generalidade este diploma.

Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE saúda esta iniciativa, porque traz à Região, como já disse o Sr. Secretário, importantes instrumentos de gestão.

Esta questão de termos um plano de ilha é uma forma inovadora de gestão que nos parece bem, porque vem salvaguardar aspetos importantes, como a questão da precaução do risco, as bacias hidrográficas ou a ordenação da orla costeira, aliás como já foi aqui afirmado.

Gostaria de colocar duas questões ao Sr. Secretário: uma delas é relativamente ao plano de ilha. Pela importância que este plano toma, e parece-nos que é de facto importante no contexto do diploma que aqui está a ser discutido, se o plano de ilha não deve ser discutido na Assembleia Regional e, como está no diploma neste momento, apenas ser aprovado como um Decreto Regulamentar Regional?

Portanto a pergunta que eu lhe faço é se não entende que ele deveria ser discutido aqui nessa casa, na Assembleia Regional?

A segunda pergunta que lhe faço tem a ver também com a importância que se dá aos diferentes planos. No quadro dos planos municipais temos os intermunicipais, depois temos os municipais de ordenamento de território, que é

o caso do PDM, e temos também quer o plano de urbanização, quer o plano de pormenor.

A pergunta que lhe faço é se não entende que são ambos importantes, quer o PDM, quer o plano de urbanização e o plano de pormenor?

No meu entendimento, no entendimento do BE, eles são importantes na mesma medida. Porquê? Porque o Plano Diretor Municipal tem uma área abrangente maior, enquanto os planos de pormenor e os planos de urbanização têm áreas abrangentes mais definidas, mais restritas, mas são dedicados a uma área específica e obviamente a participação e a intervenção das pessoas nesses planos deve ser tida em conta, pensamos nós, da mesma maneira que o PDM.

Portanto, é nesse sentido que lhe faço a pergunta, se considera que ambos os planos, quer o PDM, quer estes dois que referi (o de urbanização e o de pormenor), têm graus de importância idênticos?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um dos diplomas mais importantes desta legislatura.

Foi desta forma que o Sr. Secretário em sede de Comissão classificou ou apresentou a Proposta de Decreto Legislativo Regional, que estamos agora a apreciar.

De facto, este é um diploma muito importante quer pelas suas implicações na vida de todos nós, quer pelas suas implicações no planeamento e na gestão do território.

No entanto uma coisa é proclamarmos a importância do diploma, outra coisa é fazer dele realmente um instrumento importante.

Para o Governo Regional, a importância deste diploma é proclamada aquando da sua discussão e será na sua publicação, obviamente.

No entanto, se para o Governo Regional este diploma fosse assim tão importante, ele já teria sido apresentado há muito tempo.

Este diploma vem na sequência da Lei 48/98, portanto uma lei de 1998, e vem regulamentar aquilo que já está neste momento em vigor, aquilo que já está neste momento aplicado. Os Planos de Ordenamento do Território já existem praticamente todos e já estão em vigor.

Este diploma arrisca-se a ser mais um dos diplomas da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a juntar a todos os outros que têm sido aqui apresentados de forma frenética e que irão para as bibliotecas e para as prateleiras da Secretaria Regional e que provavelmente nunca serão aplicados ou serão aplicados só em parte.

Já chega por isso de andarmos aqui a definir regras, a apresentar planos e já era tempo, mesmo estando no fim da Legislatura, do Governo Regional começar a aplicar estes diplomas todos, estes planos todos, colocá-los em prática e não só fazer deles mera letra em papel.

Obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP entende também ser este um documento positivo, um documento que vem regulamentar legislação em vigor na Região e nos próprios municípios, que impõe regras.

Como dizia e bem, concordamos com o Sr. Secretário, um documento que vem trazer mais eficácia e mais eficiência à diversa legislação, em termos de gestão do território, e como tal o CDS/PP dará o seu voto favorável ao diploma.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que concordar com o Sr. Secretário Regional quando diz que esta é uma das iniciativas mais importantes que vieram a esta Assembleia, nesta legislatura.

Mas para perceber o alcance desta iniciativa é necessário ter visão, coisa que certamente falta ao PSD e só assim se entende a apreciação feita pelo Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Mas eu passo a explicar.

O ordenamento do território é, e penso que todos concordarão, uma das questões mais sensíveis para a governação pública.

Uma boa gestão do território é determinante para o sucesso da governação e para o desenvolvimento de uma Região.

Até ao momento, aquilo que sucedia era que o ordenamento do território na Região se regia pelo Decreto-Lei 380, de 99, que desenvolveu para o território nacional as bases da política de Ordenamento do Território e Urbanismo e não tínhamos um instrumento específico na Região.

Mas fizemos muito bem, porque, no enquadramento dado por essa legislação nacional, fomos fazendo os planos que eram necessários fazer, quer a nível desta Assembleia Legislativa que aprovou o PROTA, quer a nível do Governo, essencialmente planos especiais de ordenamento do território, e das autarquias locais.

Esta iniciativa resulta necessariamente duma análise detalhada que se fez, de uma avaliação do trabalho realizado e das conclusões que daí resultaram e percebeu-se que, no que toca aos planos de ordenamento do território de natureza especial, havia muitas vezes uma sobreposição de planos, porque tínhamos Planos de Ordenamento para a Orla Costeira, tínhamos Planos de Ordenamento para Bacias Hidrográficas, etc, etc.

De facto, aquilo que se faz com esta iniciativa é criar um único plano de natureza especial para cada uma das ilhas dos Açores, agregar nesse plano todas as áreas temáticas que antes estariam dispersas por uma infinidade de planos, permitindo assim uma organização do nosso território estruturada, abrangente e que atenda às diversas realidades, o que tem logo duas consequências: a primeira é compatibilizar num único instrumento todos os interesses, usos e particularidades que estão em jogo, quando se trata desta matéria; a segunda, é a economia de tempo e a economia de recursos, porque de facto em territórios

com a dimensão das nossas ilhas, com a vulnerabilidade e a fragilidade que o nosso território tem, estas questões assumem uma importância ainda maior.

Naturalmente que aquilo que há-de resultar deste novo instrumento que aqui temos é uma tarefa de uma enorme grandeza, porque será a elaboração de novos planos de ordenamento do território de natureza especial e que não de agregar todo este conjunto de áreas temáticas que aqui estão indicadas.

Não se pode, com certeza, ter a expectativa que daqui a seis meses estarão elaborados, e será irresponsável Sr. Deputado. Se é essa a vossa ideia, isso será irresponsável.

O que aqui se apresenta é uma visão de futuro para o ordenamento do território da Região, tendo de assumir que essa é uma tarefa que para ser bem-feita, carece de ponderação e carece de tempo.

Eu penso que este é um diploma inovador que atende às necessidades da nossa Região, que tem a ousadia de não se colar às soluções que foram encontradas na República e de construir as soluções que melhor não de servir as nossas realidades.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder às questões que foram aqui colocadas, começaria pelas do Sr. Deputado José Cascalho e começaria do fim para o princípio, por uma questão de economia de exposição.

De facto, os Planos de Urbanização, os Planos de Pormenor e os Planos Diretores Municipais, têm todos o mesmo grau de dignidade e de importância. A única diferença está na abrangência territorial.

Enquanto que o Plano Diretor Municipal tem como área de abrangência todo o território do município, as outras tipologias de plano têm a ver com parcelas específicas do município, como partes do território e são planos que devem ser feitos para responder a desafios e a questões concretas de gestão territorial.

Enquanto que o Plano Director Municipal é um plano de abrangência global, que tem a ver com a gestão de todo o território do município, que é necessário em todos os municípios, os de urbanização e os planos de pormenor poderão não ser necessários em todos os municípios e seguramente não o são em todo o território.

São planos que apenas se destinam de alguma forma a orientar o desenvolvimento urbano e devem ser utilizados apenas nas zonas em que o crescimento do uso urbano do território a isso o obrigue.

Portanto, são planos que têm um objetivo específico, que se destinam a parcelas específicas do território, que apenas devem ser elaborados quando essa necessidade existir e para a parcela do território municipal em que essa necessidade se verificar.

De qualquer forma, são os dois com a mesma dignidade, a mesma importância, com a mesma natureza. A única questão é que visam objetivos diferentes.

Quanto à questão do Plano de Ordenamento do Território de Ilha ser aprovado pelo Parlamento, ou ser aprovado como Decreto Regulamentar, eu creio que quer a Lei de Bases, quer as soluções que já estão consagradas pelo uso, indicam claramente que a tipologia de diploma que melhor se adequa à aprovação deste tipo de instrumentos é o Decreto Regulamentar Regional, por duas razões:

Por um lado, porque se trata de facto de uma questão de natureza regulamentar, já que à Assembleia cabe aprovar o outro nível acima.

Os planos sectoriais e o Plano de Ordenamento do Território da Região inteira são aprovados por Decreto Legislativo Regional.

Portanto, o nível superior e enquadrador do planeamento regional é feito por Decreto Legislativo, prerrogativa desta câmara.

A sua regulamentação ao nível do território, ou seja, a sua adequação às necessidades específicas do território, dentro das regras que estão estabelecidas, quer neste diploma que está aqui em discussão, quer nos planos setoriais e no PROTA, deve ser feita através de um instrumento de natureza regulamentar, pois é de um regulamento que se trata.

Estamos a regulamentar os planos que estão aprovados e que têm aplicação global no território regional.

Por outro lado, também a própria mecânica, ou seja, as normas de aprovação com as diversas fases, com o envolvimento autárquico e com a discussão pública, obrigam a uma presença regulamentar que não é muito razoável que seja feita por esta câmara, mas sim que seja feita pelo Governo, como aliás tem-no sido em relação a todos os planos desse natureza que atualmente existem.

Lembro que os POOC, os Planos de Bacia Hidrográfica, ou os diversos outros planos desta natureza, todos eles são aprovados por diploma regulamentar.

Passando à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Paulo Ribeiro, já é a segunda vez que o Sr. Deputado traz este tipo de intervenção, que se faz leis, que as leis são para isto ou para aquilo.

Sr. Deputado, as leis são feitas e as leis que são aqui trazidas são feitas obviamente para estabelecer a orientação política nas diversas áreas.

A generalidade das leis que aqui têm sido trazidas pela Secretaria do Ambiente tem a ver com áreas que já estão em execução. São práticas correntes, que é preciso codificá-las e é preciso de alguma forma estabelecê-las.

Deixe-me dizer-lhe que não há nenhum diploma, que seja do meu conhecimento, na área do ambiente que não esteja em aplicação.

A Secretaria do Ambiente pauta-se por executar as diversas políticas, por fazê-las, por realizá-las e esta é também uma delas que, obviamente, é intenção da Secretaria do Ambiente fazer.

Obviamente, e isto já foi-lhe dito pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues, que estamos a falar de um horizonte de planeamento relativamente alargado, estamos a estabelecer um prazo de dez anos para adequação dos diversos instrumentos de planeamento, prazo esse que se alguma coisa se pode dizer em relação a ele é que é ambicioso.

É ambicioso, porque se trata de uma tarefa complexa e em particular porque este diploma vem abrir um conjunto de áreas que tradicionalmente não eram consideradas nos planos.

Lembro, por exemplo, as questões do risco, que são questões fundamentais e são questões que não eram tradicionalmente consideradas. As Cartas de Risco já foram elaboradas, são documentos que já estão prontos para serem integrados, obviamente agora no âmbito dos planos que estão a ser feitos.

Também gostaria de lhe dizer que em relação ao tempo que decorreu, não decorreu assim tanto.

Este diploma é feito ao abrigo de competências legislativas que nós temos desde a última revisão constitucional.

Gostava de chamar a atenção ao Sr. Deputado que os diplomas que atualmente estão em vigor foram objeto de adaptação desta câmara e em 1992, 1996 e 1998, creio eu, fez-se a aplicação da legislação nacional, obviamente dentro do âmbito e da estrutura que tipicamente se fazia naquela altura. Uma adaptação essencialmente de natureza orgânica e que pouco mais alterou em relação a isso.

Portanto, estamos aqui a entrar numa fase de produção legislativa que tem outra profundidade e outra abrangência.

Esta é uma matéria que não é de facto aquilo que anteriormente era uma adaptação legislativa, é sim a produção de legislação de base, de raiz, que difere daquela que era a legislação que se fez em legislaturas anteriores.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o apoio a esta iniciativa do Governo e considera que com a aprovação deste diploma completa-se aqui um edifício legislativo de instrumentos de planeamento e salvaguarda do território que são efetivamente muito importantes para a Região.

Gostaria de destacar ainda que neste diploma são contemplados vários níveis de planeamento, designadamente ao nível de ilha que se podem constituir como ferramentas eficazes para a gestão do território.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP dará o seu apoio a esta iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o Grupo Parlamentar do BE não concorda com esta ideia de não trazer para a Assembleia os planos de ilha, porque também entendemos que os planos de ilha, sendo uma junção de um conjunto de aspetos importantes e fundamentais na organização e gestão do território, no seu conjunto são um plano de ilha.

Portanto, são mais que a soma das partes. É um conjunto integrado de aspetos que são analisados e interpretados a nível de ilha. Claro que todos eles têm implicações uns nos outros.

Na nossa visão faria sentido, e era importante aqui para a Região, trazermos esse novo plano, essa nova forma inovadora de planear aqui para a casa, para ser discutido e ser analisado, aliás pelos aspetos novos que traz, como aqui referiu a questão dos riscos que é fundamental.

Faz sentido discutirmos abertamente estas questões aqui nesta casa? Parece-me que sim.

Continuamos a manter a nossa ideia que deveriam ser discutidos aqui na Assembleia Regional e não ser aprovados por Decreto Regulamentar Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Ambiente e do Mar, o senhor iniciou a sua intervenção dizendo: o Sr. Deputado (referindo-se a mim), insiste neste tipo de intervenção.

Pois, é neste tipo de intervenção que insisto e é o tipo de intervenção que visa que aquilo que é produzido nesta casa não seja só mais papel para guardar em prateleiras.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Não é!

O Orador: O Sr. Secretário está, se calhar, a precisar de sair mais da Secretaria e falar com quem tem que implementar todos estes planos, todos estes programas, não só ao nível da gestão do território, mas dos resíduos e outros.

O que os técnicos nos transmitem é que a dificuldade é muita e a maior parte das vezes serve de pouco, porque depois a fiscalização não funciona.

Sra. Deputada Isabel Rodrigues, a senhora refere que isto é uma solução de futuro para o ordenamento do território da Região.

De facto, é uma solução de futuro e é isso que nós queremos. Que tudo o que aqui se faça sejam soluções para o futuro.

Já há alguns anos que este diploma poderia ter sido criado, poderia ter sido efetivamente adaptado. Foram feitas ao longo dos anos algumas adaptações orgânicas à legislação nacional e só agora é que este regime é criado especificamente para Região.

Mas voltando ao Sr. Secretário, e já agora porque é de ordenamento de território de que falamos, gostaria de saber o que é que tem sido feito do Observatório do Território e da Sustentabilidade, um organismo criado em 2008, que vem referenciado na última orgânica da Secretaria Regional. Se formos consultar a internet, o *site* do Sistema de Monitorização do Ordenamento do Território, o último relatório que lá tem é de 2003 e depois encaminha para os relatórios do estado do ambiente e o último que existe disponível é de 2007.

O que é que tem sido feito por parte do Observatório do Território e da Sustentabilidade?

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por me referir à questão colocada pelo BE, relativamente ao plano de ilha, para manifestar a nossa discordância.

Desde logo, porque são planos que pela sua natureza têm sido até agora aprovados pelo poder executivo.

Não vemos que o facto de passarem a agregar todas as áreas temáticas de uma determinada unidade territorial, seja motivo suficiente para trazer a esta Assembleia Legislativa a tomada de decisões sobre um determinado território, quando são as pessoas que exercem o poder executivo, a nível regional e a nível local, que estão muito melhor habilitadas a essa tomada de decisões. E sobretudo porque a esta Assembleia já cabe definir um conjunto de orientações globais, às quais aliás os planos de ilha estão depois vinculados.

Portanto, acho que é introduzir (se me permite a expressão) ruído desnecessário e fazer demorar mais um processo, sem que isso traga qualquer mais-valia para a decisão final.

Acrescem ainda que há depois um conjunto de mecanismos, como são os planos de natureza especial, que tem associado um conjunto de garantias dos particulares.

Portanto, não vejo qual é a mais-valia de fazer subir este plano a esta Assembleia, submetê-los a um processo legislativo, criando dificuldades e tornando o processo mais moroso e mais complexo.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Paulo Ribeiro que diz que as pessoas, os serviços e os técnicos dizem que têm que implementar estes planos todos, deixe-me que lhe diga que, no que respeita ao ordenamento do território, já os tem que aplicar há muito tempo.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Eles não os conseguem implementar!

A Oradora: Os planos tiveram que ser criados há muito tempo, felizmente, por força de legislação nacional. Não os conseguem aplicar.

Depois fala nos planos dos resíduos, por exemplo. Parece-me ver aí uma pontinha daquele fenómeno que é conhecido por resistência à mudança, não sei se será ou não.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): É mais isso!

Deputado João Costa (PSD): Vocês a falar, não têm nada de arrogância!

A Oradora: Repare, Sr. Deputado, que aquilo que é muito caro ao PSD e à sua líder é a desregulação e, sobretudo, em matéria ambiental, aquilo que os

senhores querem é que não haja regras e que todos possam fazer o que quiserem, onde quiserem e quando quiserem.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

A Oradora: É isso que tem sido defendido, aliás, pela vossa líder quando se mete a falar de ambiente.

É uma espécie de *laissez faire, laissez passer*, levado ao extremo. É uma visão extremada.

Nós não poderíamos estar mais em desacordo.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já chegámos à Assembleia Municipal de Ponta Delgada!

A Oradora: Não, não é Assembleia Municipal! Mas incomoda-o? Incomoda-o que ela seja sua líder? Se incomoda, isso é um problema que o senhor tem que resolver.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não nos incomoda! Incomoda é aos senhores e muito! Como eu vos percebo!

A Oradora: A Sra. Berta Cabral é líder do PSD.

No vosso lugar, isso também me causaria um embaraço tremendo. Eu percebo o embaraço que isso vos causa, mas a verdade é que aquilo que os senhores têm defendido em matéria de ambiente é a desregulação total. É o fim dos planos, é o fim das regras.

Eu gostaria de saber como é que os senhores depois conciliariam essa visão, com uma visão duma Região ambientalmente sustentável.

Deputado Francisco César (PS): É como na Madeira!

A Oradora: Não conciliariam com certeza.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto às questões de dificuldade e de aplicabilidade gostaria só, muito rapidamente, dizer ao Sr. Deputado Paulo Ribeiro o seguinte: os diplomas que têm vindo a ser aprovados nesta câmara são diplomas que se alguma coisa fazem é simplificar, tornar mais fácil e eficaz a aplicação dessas normas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Simplificar? Isso é anedota!

O Orador: Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que estão em vigor cerca de 300 diplomas sobre matéria ambiental, em aplicação a nível nacional, diplomas esses que, em muitos casos, são bem mais difíceis do que aqueles que têm sido produzidos por esta câmara.

Mas essa é obviamente uma questão de opinião. O Sr. Deputado terá a sua. Não é minha, nem é aquela das pessoas com quem costumo lidar.

Gostava de dizer uma coisa ao Sr. Deputado: eu gosto muito de ir aos sítios em que as coisas se fazem. Gosto muito de contactar com quem faz as coisas.

Se há alguma coisa que o Sr. Deputado terá que acreditar é que eu costumo, quer no que diz respeito a falar com os técnicos, quer em visitar os sítios em que as coisas acontecem, fazer isso com grande regularidade, aliás, diariamente. Tenho a obrigação de saber o que é que se passa. E, mais do que isso, eu vejo o que é que se passa, porque costumo ir aos sítios e aos locais.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa parte é verdade!

O Orador: Passando à questão do Observatório do Território da Sustentabilidade ele foi criado não em 2008, mas sim em 2011, pela última revisão da Orgânica da Secretaria, que criou esse organismo.

Quanto aos relatórios, os relatórios são trienais. O relatório correspondente a 2008, 2009, 2010, ou seja, que tem como data de referência 31 de dezembro de 2012, foi aprovado na reunião do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que decorreu há cerca de um mês ou dois. Está disponível e terei muito gosto em fazê-lo chegar ao Sr. Deputado. Portanto esse relatório corresponde ao período que vai até 31 de Dezembro.

O próximo relatório, de acordo com o que está legislado, será feito em 2013, com data de 31 de Dezembro de 2013. É o próximo que deve existir. Portanto, estamos perfeitamente em dia no que diz respeito à produção de relatórios do estado do ambiente, em que essas matérias se incluem.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que eu não quero transformar isto na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, porque se fosse para transformar isto na Assembleia Municipal de Ponta Delgada os senhores teriam que sair da sala ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Se isto fosse a Assembleia Municipal de Ponta Delgada não lhe davam a palavra!

O Orador: ... porque o vosso sentido democrático é de abandonar a sala quando não conseguem fazer valer as suas posições.

Quanto ao fim dos planos e das regras, é óbvio, Sra. Deputada, que a senhora está aqui a usar uma figura de retórica do mais demagógico que é possível fazer aqui, ...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): A demagogia foi da Dra. Berta Cabral!

O Orador: ... porque isso não faz qualquer sentido, porque ninguém disse que queria acabar com planos e regras.

O que se disse é que era importante implementar, fiscalizar e criar regras para se cumprirem, porque senão corríamos o risco de se fazer o que muitas vezes se faz, de suspender em PDM's e outros planos, por isto ou por aquilo, para simplesmente satisfazer interesse desta ou daquela autarquia, deste ou daquele interesse partidário.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Faz parte da regra parlamentar!

Presidente: Creio que agora não há mais inscrições.

Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O diploma é objeto de algumas propostas de alteração, umas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, outras pelo Grupo Parlamentar do BE.

Vamos entrar na especialidade.

Vou colocar à votação o artigo 1º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS para o artigo. 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 3º. ao artigo 8º., inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo. 9º. do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e Sr. Deputado que se discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS para o artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 11°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS para o artigo 12°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 12°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 13° ao artigo 20°, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS para o artigo 21°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 21°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 22° ao artigo 33°, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados., Srs. Membros do Governo:

Uma vez que não tinha referido todas as propostas, na especialidade, do BE, parece-me que tenho oportunidade agora de o fazer.

No caso deste artigo 34º., temos no nº. 3, uma pequena alteração. Na redação do nº. 3 descreve aquilo que é o Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores.

Diz que ele é acompanhado por um relatório ambiental, elaborado nos termos do Decreto Legislativo Regional 30/2010/A, de 15 de novembro, no qual se identificam, descrevem e avaliam os “eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis”.

Entendemos que os “razoáveis” não fazem aqui sentido. Ficaria “as suas alternativas que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respectivo”.

Portanto, a palavra “razoável” parece-nos que poderá levar a uma interpretação incorreta daquilo que é ou não razoável e dificulta a atuação de quem pretende legislar.

Já agora, se o Sr. Presidente me der autorização, posso fazer também uma descrição sumária das outras alterações.

O artigo 47º. refere-se explicitamente à necessidade de vermos o plano de ilha ser discutido na Assembleia Regional, que foi apelidado pela Deputada Isabel Rodrigues como ruído desnecessário.

Nós não entendemos assim. Entendemos que deve ser discutida aqui na Assembleia Regional.

Os artigos que estão para a frente, as outras alterações, têm a ver com um aspeto particular que identificámos.

Quer para o PDM, quer para outros que lá estão referidos neste diploma, há a Comissão de Acompanhamento e há a discussão pública. No caso do PDM isso é óbvio, há a Comissão de Acompanhamento e há a discussão pública e muito bem. Entendemos que é assim que deve ser.

No caso do Plano de Pormenor e no Plano de Urbanização que o Secretário Regional até referiu que ambos têm a mesma importância, são planos que têm uma abrangência mais fina. O PDM tem uma abrangência mais global, relativamente ao município. Estes têm uma Comissão de Acompanhamento, que é apenas optativa. Nós entendemos que ela deve existir, deve deixar de ser optativa.

Portanto, as propostas que fazemos de alteração é nesse sentido, é no sentido de exigir que essa Comissão de Acompanhamento exista para o Plano de pormenor e para o Plano de Urbanização.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados., Srs. Membros do Governo:

Em relação às propostas apresentadas pelo BE, iremos aprovar a proposta que apresentam para o artigo 34º., que nos parece que faz todo o sentido, mas não iremos aprovar as restantes.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Ribeiro).

A Oradora: Não percebi.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Percebeu, sei que percebeu!

A Oradora: Por acaso não percebi, mas também era um aparte. Portanto se for alguma coisa a que eu deva responder, o senhor fará o favor de se inscrever e usar da palavra.

Relativamente aos Planos de Ordenamento de Ilha, posso não ter usado a expressão mais feliz, porque ela não caracteriza provavelmente aquilo que eu queria dizer.

Quem melhor pode decidir nesta matéria, estando definidos pela Assembleia Legislativa, os critérios e as grandes linhas de orientação é o poder executivo regional e local.

Relativamente aos particulares, tratando-se um plano de natureza especial, estão salvaguardadas as possibilidades de agir relativamente a esse plano.

O mesmo se diga relativamente aos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor. Não se impede que haja acompanhamento, agora deixa-se ao critério da autarquia a possibilidade de fazer uma ponderação, caso a caso. Nós acreditamos que as autarquias são pessoas de bem e, portanto, decidirão de acordo com a natureza da situação em concreto e existem também aí os mecanismos de reação para os particulares.

Portanto, não vemos que seja necessário impor esse procedimento. Ele é possível e a autarquia saberá decidir em cada momento o que é que é mais favorável e mais importante para o sucesso do plano que está em causa.

Aproveitava esta oportunidade apenas para referir que o PS apresentou também algumas propostas de alteração.

Relativamente ao plano de ilha, na proposta, as áreas temáticas eram facultativas.

A nossa proposta inverte o mecanismo, as áreas passam a ter que constar, a não ser que de modo fundamentado o Governo decida contrariamente, mas pensamos que esta solução obriga a uma ponderação ainda mais cuidada da solução concreta.

Alargamos também os mecanismos de divulgação da abertura do período de discussão pública dos diversos planos pela importância que ele tem e achamos que com as soluções que o PS propõe se garante uma melhor acessibilidade da generalidade da população a uma informação tão importante, o que se constituirá também um incentivo à participação pública no período de discussão destes instrumentos.

Relativamente às vigências dos planos, o que fizemos foi consagrar um período de vigência mínimo de forma a dar alguma estabilidade a estes instrumentos e

também aos particulares que estão vinculados pelas orientações que resultam destes planos.

De forma sintética estas serão talvez as alterações mais relevantes apresentadas pelo PS.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Cascalho, explicar as razões da opção da facultatividade da Comissão de Acompanhamento em relação aos Planos de Pormenor e aos Planos de Urbanização.

Não se trata de uma menorização desses planos. Trata-se, sim, de reconhecer a autonomia do poder municipal, que poderá entender que quer ou não essa comissão e também acomodar a realidade destes planos.

Estes planos poderão ser planos que abranjam uma área urbana toda, mas também podem ser planos que tenham a ver com uma simples urbanização, com um simples quarteirão, pode ter a ver com três ou quatro casas e não faz muito sentido que nessas circunstâncias se crie uma comissão com todas as despesas e todas as complicações inerentes para fazer algo tão simples.

Portanto, deixa-se aqui autonomia ao poder municipal para, em função da dimensão do plano e da complexidade subjacente ao plano, decidir se quer ou não ter uma Comissão de Acompanhamento.

É por essa razão e é por essa heterogeneidade dos planos que estão abrangidos por estas categorias que se deixa essa liberdade às Câmaras de agirem conforme entenderem melhor.

Muito obrigado

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 34º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 34°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 35° ao artigo 37°, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 38°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 38°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 39° ao artigo 44°, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 45°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 45°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 46°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 46º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 47º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e Sr. Deputado que se discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Ficou assim prejudicada a proposta de alteração do BE para o mesmo n.º. 1 do artigo 47º.

Vamos votar o artigo 47º. do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e Sr. Deputado que se discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 48º. ao artigo 53º., inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 54º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 54º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 55º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 55º. do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 56º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 56º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 57º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o proémio do artigo 58°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 58°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 59°. ao artigo 92°, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o proémio do artigo 93°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 93°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o proémio do artigo 94°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 94°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o proémio do artigo 95°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 95°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 96°. ao artigo 99°. inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o proémio do artigo 100°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 100°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 101°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 101°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 102º. ao artigo 104º., inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 105º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 105º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 106º. ao artigo 109º., inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 110º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e Sr. Deputado que se discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o mesmo artigo que não ficou prejudicada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos a contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 110º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 111º. ao artigo 114º., inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 115º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o mesmo artigo que não ficou prejudicada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 115º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que se discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 116º. ao artigo 134º., inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 135º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 135º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 136º. ao artigo 148º., inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 149º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 149°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 150° ao artigo 172°, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 173°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 173°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, do artigo 174° ao artigo 185°, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 186°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 186°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocaria agora à votação, se não houvesse oposição da câmara, os artigos 187º. e 188º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Petição n.º 7/2011 – “contra a construção do campo de golfe de Santa Maria”, apresentada por Daniel da Silva Gonçalves**, na qualidade de primeiro subscritor.

Conforme manda o nosso Regimento peço à Sra. Relatora o favor de apresentar o respetivo relatório.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 7/2011 – “CONTRA A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DE SANTA MARIA”

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 10 de fevereiro de 2012, na Delegação do Pico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Vila da Madalena.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição nº 7/2011 – “Contra a Construção do Campo de Golfe de Santa Maria”.

A mencionada Petição, contendo 363 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 2 de junho de 2011, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de janeiro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, na sua reunião de 18 de agosto

de 2011, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objeto da petição e caracterização da situação atual

Os peticionários manifestam-se contra a construção de um campo de golfe na ilha de Santa Maria e invocam os seguintes argumentos:

- O golfe não é um investimento rentável nos Açores;
- O investimento no golfe não garante o sucesso de políticas de desenvolvimento sustentável;
- A construção de um campo de golfe em Santa Maria contraria as medidas de contenção do investimento público, estando orçada em 15 milhões de euros e esgotando-se dois terços desse valor na aquisição de terrenos e indemnizações;
- A Sociedade Ilhas de Valor, S.A. (responsável pelo investimento) não apresentou um estudo de impacte ambiental, exigido por lei para projetos de golfe de 18 buracos;
- O projeto em questão é um atentado ambiental a um conjunto de terrenos com os solos mais férteis da ilha;
- Não há um estudo que garanta a autossustentabilidade do campo no que se refere às necessidades de água, o que representa um perigo latente por se tratar de uma ilha onde a água escasseia.

c) Diligências efetuadas

Admitida a Petição, e ainda na reunião de 18 de Agosto de 2011, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor;
- Visita ao local onde está prevista a construção do campo de golfe;
- Audição do Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto;
- Audição do Presidente da Junta de Freguesia da Almagreira, onde se localizam os terrenos em causa;

- Audição dos proprietários dos terrenos adquiridos para construção do empreendimento em causa;
- Audição dos empresários de hotelaria na ilha de Santa de Maria;
- Audição da Associação Agrícola de Santa Maria;
- Audição dos Secretários Regionais do Ambiente e do Mar e da Agricultura e Florestas;
- Solicitação de parecer às organizações não-governamentais de ambiente e associações com intervenção em matéria de ambiente;
- Solicitação de parecer ao Conselho de Ilha.

A Comissão não logrou ouvir os proprietários dos terrenos pois, à hora apazada, nenhum compareceu.

1. VISITA AO LOCAL OBJETO DA PETIÇÃO

A Comissão visitou os terrenos mencionados na Petição, no passado dia 13 de janeiro onde pode constatar que os mesmos estão a ser utilizados exclusivamente para a produção pecuária.

2. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

A Comissão procedeu à audição do primeiro subscritor da petição, Senhor Daniel Gonçalves, na sua reunião do passado dia 13 de janeiro.

O **Presidente da Comissão** enquadrou a audição e relevou a participação dos cidadãos, usando dos recursos para tanto disponíveis. Seguidamente, deu a palavra ao peticionário para expor a sua pretensão e respetivas motivações.

Usando da palavra, o **Peticionário** começou por afirmar que a petição é um ato de cidadania. Referiu que entre a entrega da petição e o dia da sua audição houve alterações devido à suspensão, pelo Governo regional, da construção do campo de golfe, pelo que há um desfasamento em relação aos fins da petição.

Considerou que se trata de um investimento avultado para uma altura complicada, não pondo em causa que o investimento, enquanto tal, seria benéfico para a ilha, pelo que o que estão contra é o investimento em concreto,

direcionado para a construção de um campo de golfe. Considerou que em boa hora o Governo anunciou o adiamento da obra e que a sua pretensão é, agora, o cancelamento da mesma.

Prosseguindo a sua intervenção, o Peticionário considerou existirem questões que nunca foram devidamente esclarecidas, como é o caso do abastecimento de água à população, designadamente se seria afetado, bem como a riqueza hidrológica da ilha. Tratando-se de um solo com elevada permeabilidade, muito importante para o abastecimento dos lençóis freáticos, disse que esta é uma questão fundamental numa ilha com poucas fontes e acrescentou não ter conhecimento do estudo feito pela empresa Ilhas de Valor, S.A..

Para o Peticionário, um campo de golfe consome muita água na sua manutenção e lembrou os problemas no abastecimento que se verifiquem no Verão, tendo considerado que a situação poderá melhorar com a entrega dos furos pela ANA, S.A. à Câmara Municipal.

Quanto ao solo, disse ser bastante fértil e que a construção do campo de golfe iria subtrair essa riqueza à ilha.

Ao concluir a sua intervenção inicial, o Peticionário considerou que um avultado investimento em equipamento precisa de uma estratégia maior e considerou que, sobretudo em S. Miguel, o golfe é um investimento falhado, que está a custar muito dinheiro à Região.

A Deputada **Bárbara Chaves**, do **PS**, agradeceu a presença do peticionário da reunião da Comissão e louvou a iniciativa e a mobilização da sociedade. A Deputada pretendeu saber se o peticionário considera que o campo de golfe, no conjunto de outros investimentos privados, seria complementar e fonte da vinda de mais pessoas à ilha de Santa Maria no Inverno. Solicitou, ainda, ao peticionário, que identificasse melhor os diversos estudos referidos na petição.

Respondendo à Deputada, o **Peticionário** disse que não considera que a aposta no golfe seja adequada e que as potencialidades da ilha deveriam ser exploradas ao nível do ecoturismo, oferecendo um produto que não existe noutros locais. Considerou que, com os recursos naturais de que dispõe, a ilha de Santa Maria

não necessita de novos equipamentos. Quanto aos estudos, referiu o Plano Regional da Água, publicado pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

O Deputado **Duarte Moreira**, do **PS**, pediu ao Peticionário que esclarecesse se a posição dos peticionários é contra a construção do campo de golfe em Santa Maria ou contra a sua localização.

Respondendo ao Deputado, o **Peticionário** disse serem contra o golfe nos Açores, pois não é necessário acrescentar equipamentos artificiais na Região, onde a oferta de equipamentos naturais é valiosa. Avançando a construção de um campo de golfe em Santa Maria, a sua construção deve ser noutra local.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, considerando que a localização parece ser determinante na apreciação da matéria, pediu ao Peticionário que informasse sobre o que tem de distinto o espaço, em relação aos que foram estudados na fase de anteprojecto. O Deputado disse ter constatado, na visita ao local dos terrenos, que muito próximo da zona residencial existem terrenos de qualidade e com valor produtivo, mas ocupados apenas por pastagem e que os terrenos que se localizam mais perto do Pico do Facho não têm essa aptidão.

O **Peticionário** referiu que muitas das pessoas que assinaram a petição não eram contra o investimento, mas sim contra a sua localização. Segundo o peticionário, essas pessoas indicavam como localização alternativa a zona árida junto ao aeroporto, que poderia ser, assim, reabilitada.

Para o Peticionário, existe atualmente uma monocultura instalada de exploração pecuária, mas pela história sabe-se que Santa Maria era um “celeiro” e que produziu laranja de qualidade. Pensa que o terreno em causa teria viabilidade para outro tipo de exploração como, por exemplo, os cereais.

O Deputado **Hernâni Jorge** pediu ao Peticionário que esclarecesse se a objecção tem como fundamento a aptidão cerealífera do terreno.

Respondendo ao Deputado, o **Peticionário** considerou que o terreno é bom demais para se construir uma infraestrutura que não seja agrícola.

O Deputado **Paulo Ribeiro**, do **PSD**, considerando que a petição é contra o campo de golfe em Santa Maria e que o peticionário referiu ser contra o golfe enquanto estratégia turística da Região, quis ser esclarecido sobre aquela que é

a questão essencial para os peticionários: se contra a construção de um campo de golfe, contra o local, ou contra o momento.

O **Peticionário** referiu ser contra a construção de um campo de golfe em Santa Maria, qualquer que fosse a localização e acrescentou que a celeuma em relação ao campo de golfe é menor do que a que se verifica em relação à localização, que tem poucas pessoas a favor. Segundo o peticionário, houve pessoas que manifestaram desagrado pela perda dos terrenos, porque teriam que adquirir outros para manter as suas explorações pecuárias. Concluiu dizendo que a petição é contra o campo de golfe, qualquer que seja a localização.

O Deputado **Carlos Mendonça**, do **PS**, considerando que as assinaturas foram recolhidas porta a porta, pretendeu saber se todas as pessoas contactadas estavam contra o campo de golfe.

O **Peticionário** esclareceu que houve pessoas que recusaram assinar por, apesar de serem contra, não quererem revelar a sua posição, mas que outras recusaram por serem a favor de investimento na ilha, independentemente de ser um campo de golfe.

O Peticionário considera que não pode dizer que houve, em Santa Maria, um sentimento generalizado contra a construção do campo de golfe.

Referiu um estudo segundo o qual a viabilidade de um campo de golfe depende de ter uma média de 100 a 200 utilizadores diários. Disse que gostava que o investimento fosse cancelado por não ser viável, independentemente do momento económico atual.

Ao terminar a sua audição, o Peticionário considerou que a aposta do Governo deveria ser no sentido de aproveitar os recursos naturais e potencia-los turisticamente e que esse deveria ser o caminho da sustentabilidade turística de Santa Maria e dos Açores.

3. AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

A Comissão procedeu à audição do Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto sua reunião do passado dia 13 de janeiro.

O **Presidente da Comissão** enquadrou a audição e agradeceu a disponibilidade do autarca.

O **Presidente da Câmara** começou por referir que, a título pessoal, contestou a localização da infraestrutura e a inexistência de Estudo de Impacte Ambiental, acrescentando que, desde que esse estudo garanta que não haverá problemas de água a médio ou a longo prazo, nada tem a obstar em relação à construção do campo de golfe.

Para o autarca, o campo deve ser construído uma vez que se gastarão já 2 milhões de euros. Ao concluir esta sua intervenção referiu que a Declaração de Impacte Ambiental aprovou o projeto a título condicional e demonstra que não havia, na altura, estudo de impacte ambiental.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, invocando a audição prévia do Presidente da Junta de Freguesia da Almagreira, referiu que este se manifestou de forma inequívoca, invocando o impacte negativo na economia da ilha, dúvidas quanto à questão da água e às características dos terrenos.

Comentando a intervenção do Deputado, o **Presidente da Câmara** disse respeitar a posição do Presidente da Junta de Freguesia, que considerou ser um homem da agricultura. Para o Presidente, a opinião em relação aos terrenos é generalizada.

A sua grande preocupação é a água, pois serão necessários 150.000 l diários, quando não chover, pelo que vai depender muito da captação. A sua opinião é de que, estando garantida a questão da água, a obra deve ser feita. Considerou ainda que, apesar de que o ótimo seria fazer o campo noutra local, tal ficaria muito caro.

O deputado **Duarte Moreira**, do **PS**, considerou que a história dos terrenos e a produção dos cereais deve ser analisada à luz dos constrangimentos da época e que essa é uma cultura que leva à perda dos terrenos, acrescentando que, em condições normais, não é viável produzir cereais nas nossas parcelas. Para o Deputado, nem todos os terrenos abrangidos pelo campo de golfe são aptos para a agricultura e lembrou que o processo começou na anterior legislatura, tendo sido realizado, em 2007, um estudo das incidências ambientais.

O Deputado considerou que a questão da água é uma preocupação de todos os marienses e disse entender que haverá autonomia do campo de golfe. Lembrou que a Câmara Municipal recebeu este Verão os dois mais importantes furos da ilha e quis saber se poderá estar em causa o abastecimento à população.

Respondendo do Deputado, o **Presidente da Câmara** considerou que os furos cedidos pela ANA, S.A., têm grande potência e, se trabalharem no máximo, deixam de puxar água ao fim de 24 horas. Esclareceu que foram feitos 5 furos e que, desses, apenas 2 têm caudal razoável. Para o autarca a questão poderá ser minorizada se houver bacias de retenção a acompanhar os furos.

O Deputado **Luís Silveira**, do **PP**, referindo-se às posições assumidas pelo Peticionário e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, e ao facto de haver pessoas que desejariam outra localização, pretendeu saber a posição do autarca sobre uma localização do empreendimento junto ao aeroporto. O Deputado questionou, ainda, o autarca, sobre a construção de uma unidade hoteleira no âmbito projeto em causa, querendo saber se a mesma constituirá uma mais-valia ou um constrangimento para as unidades hoteleiras existentes.

Respondendo ao Deputado, o Presidente da Câmara disse não saber se a localização junto ao aeroporto seria adequada e considerou-se não técnico para poder avaliar a qualidade dos terrenos. Referiu que ao longo dos tempos foram estudadas várias localizações e que houve quem investisse na zona dos Anjos. Quanto à unidade hoteleira, manifestou a opinião de que a sua construção não ocorrerá numa primeira fase e manifestou a sua concordância com a mesma, uma vez que os jogadores de golfe gostam de hotéis de excelência.

Prosseguindo a sua intervenção, informou que o Plano de Pormenor da zona da Praia, reserva localizações para investimentos turísticos e considerou que se o campo de golfe avançar agora com uma unidade hoteleira, tal constituirá um problema dado o panorama regional.

O Deputado **Paulo Ribeiro**, do **PSD**, questionou o autarca sobre as implicações, para o desenvolvimento do concelho, da construção ou não do campo de golfe e sobre o que é necessário fazer em paralelo para que o

equipamento seja viável e quais os impactes que advirão, se nada for feito para acompanhar o campo de golfe.

O **Presidente da Câmara** Municipal considerou com obra com a dimensão da obra em causa seria muito bem-vinda em qualquer ilha dos Açores, pelo valor que traria para a economia local. Por outro lado, o autarca considerou que o adiamento da construção não vai alterar muito o quadro atual da ilha e entende que os tempos implicam cautela. Considerou, também, que Santa Maria já tem muitas estruturas de apoio e que outras virão com a construção do campo de golfe. Acrescentou que o momento atual não é favorável e que, segundo sabe, o único campo de golfe que está bem é o da Terceira e que nos de S. Miguel é a sociedade Ilhas de Valor que paga os ordenados. Para o autarca, enquanto não se criarem condições para trazer turistas aos Açores, nada se resolve e considera que o dinheiro da promoção devia ser injetado nas passagens, pois o mercado faria o resto.

O Deputado **Mário Moniz**, do **BE**, considerando a posição manifestada pelo autarca relativamente ao projeto objeto da petição, pretendeu saber se aquele considera mais rentável, no futuro, ter um investimento diferente nos terrenos em causa.

Respondendo ao Deputado, o Presidente da Câmara considerou que Santa Maria já tem um pouco do resto que é procurado nos Açores e que o campo de golfe seria um complemento. Ao terminar a sua audição considerando que, não tendo sido colocada a hipótese de as verbas serem aplicadas em Santa Maria noutros investimentos, há que trabalhar no cenário atual.

4. AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMAGREIRA

A comissão procedeu à audição do Presidente da Junta de Freguesia da Almagreira na sua reunião de 13 de janeiro de 2012.

O **Presidente da Comissão** fez o enquadramento da audição no âmbito da petição em análise e deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia**, o qual começou por se manifestar contra a construção do campo golfe, com o

argumento de os terrenos em questão serem os melhores da ilha. Revelou que enviou um ofício para saber se o empreendimento não iria estragar os lençóis de água, sabendo que a melhor água de Santa Maria é dali. Preocupa-o que o lençol de água tenha ligações com outro e que isso estrague a água, como aconteceu em Espanha.

O autarca acrescentou à sua argumentação o facto de os campos de golfe em S. Miguel estarem na falência e, não havendo turistas em Santa Maria, de não saber quem viria jogar golfe. Para o autarca, os lavradores também estão contra porque os terrenos são bons.

O Deputado **Cláudio Almeida**, do **PSD**, pretendeu saber se a Junta de Freguesia foi ouvida sobre a construção do campo de golfe.

O **Presidente da Junta de Freguesia** respondeu que não foi contactado pelo Governo sobre esta matéria, tendo sabido do projeto pela comunicação social, altura em que pediu informação sobre o lençol de água, tendo sido informado de que não haveria danos.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, referiu a manifesta qualidade agrícola dos terrenos junto à zona urbana, ao contrário dos que estão junto do Pico do Facho. O Deputado constatou que todos os terrenos estão a ser utilizados para outros fins e pretendeu saber se a questão da aptidão dos terrenos é de facto fundamental.

Respondendo ao Deputado, o **Presidente da Junta de Freguesia** considerou que a ocupação atual dos terrenos se deve aos subsídios que cativam os lavradores para a pastagem, mas reiterou a qualidade dos terrenos, os quais considerou que serão bons para a agricultura quando acabar a época das vacas.

O Deputado **Paulo Ribeiro**, do **PSD**, quis saber se o autarca considera mais importante para a freguesia o campo de golfe ou os terrenos cultivados.

O **Presidente da Junta de Freguesia** disse não saber e que concordará com o campo de golfe se este der lucro, trazer fluxos de turistas na época baixa e não for um elefante branco.

A Deputada **Bárbara Chaves**, do **PS**, pretendeu saber se o autarca considera que o campo de golfe, enquanto complemento turístico de outras atividades,

será uma mais-valia para Santa Maria e para a freguesia e se o autarca manterá a sua posição se o estudo de impacte ambiental for favorável e não indicar problemas com a água. Por último, quis saber qual a posição do autarca caso o campo de golfe se localizasse noutra freguesia.

Respondendo à Deputada, o **Presidente da Junta de Freguesia** disse que a localização do empreendimento não invalida a sua posição é a atividade poder dar prejuízo.

O Deputado **Mário Moniz**, do **BE**, saudou o autarca pela sua disponibilidade e forma como defendeu a sua posição. Considerou válidos os argumentos apresentados por considerarem a economia da ilha, a necessidade de diversificação agrícola e o perigo que pode acarretar para o abastecimento de água na ilha.

O Deputado **Luís Silveira**, do **CDS-PP**, considerando que os praticantes de golfe são apreciadores da excelência, quis saber se, na opinião do autarca, a hotelaria de Santa Maria oferece excelência.

O **Presidente da Junta de Freguesia** constatou que Santa Maria não tem nenhum hotel de 5 estrelas, que é o que pretende este mercado. Na sua opinião, este turista faz tudo dentro do campo de golfe pelo que, estando prevista a construção de um hotel e de todas as infraestruturas dentro do recinto, não irá beneficiar as outras unidades.

O Deputado **Carlos Mendonça**, do **PS**, considerando a posição do autarca de que o campo de golfe não trará benefícios para a ilha, mas que algo terá que ser feito para atrair o turismo, quis saber o que considera mais benéfico a esse fim.

O **Presidente da Junta de Freguesia** referiu as restrições às viagens do turismo da saudade imposta pela SATA e a necessidade de viagens mais baratas.

O Deputado **Duarte Moreira**, do **PS**, agradeceu a presença do autarca junto da Comissão e perguntou-lhe se, na sua opinião, Santa Maria não necessita de mais nenhum investimento para atrair o turismo.

Respondendo ao Deputado, o **Presidente da Junta de Freguesia** respondeu não ser necessário mais nenhum investimento, uma vez que a ilha tem praias de qualidade e que o arranjo da Baía de S. Lourenço ficou muito bom.

O Deputado **Cláudio Almeida**, do **PSD**, pretendeu saber se os terrenos destinados ao campo de golfe são essenciais para o abastecimento de água a Santa Maria e se a construção do empreendimento iria prejudicar os lençóis.

O **Presidente da Junta de Freguesia** disse não saber se prejudicará e que o seu receio é que a água chegue a um nível que seja salgada.

Ao concluir a audição a Deputada **Bárbara Chaves**, do **PS**, informou que o Estudo de Incidências Ambientais, realizado em 2007, esclareceu que o furo autónomo não afetaria o abastecimento à população.

5. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

A Comissão ouviu o Secretário Regional do Ambiente e do Mar na sua reunião de 14 de Outubro de 2011.

O **Presidente da Comissão**, Deputado Hernâni Jorge, do **PS**, procedeu ao enquadramento da audição e pediu ao Secretário Regional para se pronunciar sobre os impactes ambientais da construção do campo de golfe em questão.

Usando da palavra, o **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** referiu as duas questões citadas na petição que revestem algum peso, designadamente a gestão da água e a poluição por utilização de fertilizantes.

Para o governante, os campos de golfe são tipicamente exigentes do ponto de vista da água, quer devido à intensidade da rega, quer pela utilização de fertilizantes, mas a tecnologia tem evoluído muito no sentido da reciclagem da água. Assim, entende que, inserindo-se esta tecnologia, a ilha terá capacidade para sustentar o campo de golfe.

O Secretário Regional referiu, ainda, que o Estudo de Impacte Ambiental apenas é exigível nas situações abrangidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, e, uma vez que a audição não foi previamente agendada e não

tem consigo a necessária documentação, disponibilizou-se para responder a eventuais questões mais tarde.

6. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas na sua reunião de 14 de Outubro de 2011, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada. Ao iniciar a audição, o **Presidente da Comissão**, Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, procedeu ao enquadramento da audição e à explicitação do objeto da petição, dando a palavra ao Secretário Regional para uma primeira intervenção sobre a matéria.

O **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** começou por saudar a Comissão e reafirmar a sua disponibilidade para prestar esclarecimentos. Referindo-se à matéria objeto da audição, considerou que a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas pode ter alguma ligação ao assunto porque a área afetada estava incluída na reserva agrícola de Santa Maria.

A posição da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas está plasmada no despacho conjunto com a Secretaria Regional da Economia, que desafetou uma área para o campo de golfe, e que, caso não aconteça a construção desta infraestrutura, será reafectada de novo à reserva agrícola.

O Deputado **Clélio Meneses**, do **PSD**, iniciou a sua intervenção questionando o governante sobre a aparente contradição entre o que foi durante muito tempo considerado um investimento estratégico e o impasse aparente do momento e se tem conhecimento dos valores já investidos.

Respondendo ao Deputado, o **Secretário Regional** disse não ter conhecimento dos valores, reiterando que a intervenção da SRAF tem a ver com o cumprimento de um Decreto Legislativo Regional que impõe regras sobre a reserva agrícola e que a sua intervenção consubstanciou-se na assinatura do despacho de desafetação dos terrenos em causa.

O Deputado **Clélio Meneses** disse entender o esclarecimento prestado e questionou o governante sobre a avaliação do impacto da construção do campo de golfe no desenvolvimento agrícola de Santa Maria.

O **Secretário Regional** esclareceu que a reserva agrícola é fixada de acordo com a carta de capacidades e usos dos solos, tendo em conta um conjunto de fatores. Assim, o governante considera que, se o espaço em causa fosse usado para edifícios que não pudessem ser removidos, podia haver impacto na reserva estratégica, mas sendo para o fim em causa, a potencialidade de uso do solo mantém-se intacta. Da perspetiva estratégica da reserva agrícola, esta mantém-se inalterada.

O Deputado **Luís Silveira**, do **CDS-PP**, pretendeu saber se há impacto negativo no uso do espaço que vai ser retirado à reserva agrícola e utilizado no campo de golfe.

O **Secretário Regional** lembrou o facto de se ter referido às potencialidades do solo, que é classificado segundo parâmetros que o colocam ou não na reserva agrícola regional. Para o governante, esses parâmetros não serão alterados pela construção do campo de golfe e lembrou que em todas as ilhas se assiste à afetação de solos para construção de infraestruturas e que isso não diminui a produção agrícola regional. O governante acrescentou que sempre que se constrói qualquer coisa está a ocupar-se áreas que podem ser agrícolas e não é por isso que há diminuição substancial da capacidade produtiva.

7. PARECERES SOLICITADOS

Foram solicitados pareceres às associações não-governamentais de ambiente, às associações cívicas com intervenção nessa área e ao Conselho de Ilha de Santa Maria. A Associação Agrícola da Ilha de Santa Maria e o Hotel de Santa Maria também se pronunciaram por escrito, dada a impossibilidade de os respetivos representantes serem ouvidos presencialmente.

Os pareceres recebidos são juntos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.

Capítulo IV

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição e efectuada a respectiva apreciação, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. Os terrenos destinados à construção do campo de golfe de Santa Maria são, no presente, utilizados exclusivamente para a produção pecuária;
2. A construção do campo de golfe é um investimento importante e estruturante para a ilha de Santa Maria e para o seu desenvolvimento;
3. As circunstâncias sócio-económicas que o País atravessa atualmente e que têm reflexos na Região, podem aconselhar a recalendarização da concretização do referido investimento.

Considerando que a Petição foi subscrita por 363 cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos previstos na alínea *a*) do nº 1 do artigo 192º do Regimento.

Madalena, 10 de fevereiro de 2012

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Relatora.

Rege esta matéria, como todos sabem, o artigo 192º. do nosso Regimento. Cada grupo parlamentar pode falar de uma só vez até dez minutos; cada Representação Parlamentar até cinco.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais felicitar os peticionários por nos trazerem aqui esta petição da possível construção de um campo de golfe e da pretensão que tem o atual Governo Regional em construir um campo de golfe na ilha de Santa Maria, campo de golfe este que prevê um investimento na ordem dos 15 milhões de euros.

Neste momento o Governo Regional veio dizer que na atual conjuntura não tem condições de construir o campo de golfe, protelando esse investimento para uma posterior legislatura.

Se por um lado podemos concordar com o Governo Regional em não construir na atual conjuntura, na nossa opinião, nem na atual, nem na posterior conjuntura.

Não, por várias razões.

Começando por dizer que no nosso entender, bem como destes peticionários e de algumas das entidades que tivemos oportunidade de ouvir no âmbito da Comissão, bem como dos pareceres que recebemos, em que uns concordam e outros não, nós, CDS, claramente não concordamos que se invista quinze milhões de euros num campo de golfe em Santa Maria, quando nós temos dois campos de golfe na ilha vizinha, que é S. Miguel, que dão prejuízos sucessivos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e que já por diversas vezes entraram em falência técnica. Neste momento são gastos milhões de euros para os sustentar e para os manter através das Ilhas de Valor com dinheiros públicos desta Região.

Nós temos um único campo de golfe nesta Região que é sustentável e sabemos porquê. É na ilha Terceira, mas isso tem a ver com um conceito diferente, porque tem uma base americana, que está associado indiretamente a ela e permite a sua sustentabilidade, porque todos os outros campos de golfe, que são os dois de S. Miguel, claramente, dão prejuízo.

Custa-nos a crer que este Governo queira construir uma obra que vai dar prejuízo e que não é sustentável, quando já se tem e não se consegue sustentar aqueles que se tem com as receitas próprias.

Se nós temos investido (e quando digo nós, Região e Governo Regional) em potenciar a nossa Região como destino de natureza, parece-me que o destino campo de golfe não faz parte desse destino natureza. É outro tipo de turismo e nós não somos competitivos, nem nunca vamos ser no turismo de golfe. É essa a verdade.

Mais ainda, é investir numa ilha em que nós sabemos que tem problemas de abastecimento de água às populações, porque o seu solo é deficitário, porque os lençóis freáticos de lá são deficitários. Construir um campo de golfe vai gastar, em média, segundo o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, 150 mil litros de água diários, embora o Sr. Secretário do Ambiente nos tenha dito no âmbito da audição que isso é só nos dias em que não chove e que boa parte da água vai ser reciclada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que em Santa Maria são muitos! Se fosse nas Flores! ...

O Orador: Depois é preciso dizer-se que tivemos a oportunidade de analisar alguns dos pareceres das unidades hoteleiras de Santa Maria que são três, em termos de hotéis, e que se está a construir um quarto que é um hotel de charme, que temos, parte destes hotéis, na época baixa, que é oito meses dos doze do ano, fechados, porque não têm clientes.

A sua opinião é que este campo de golfe traria mais turistas à ilha, e daria mais rentabilidade a estes hotéis. É preciso dizer-se que este campo de golfe, prevê construir no mesmo campo de golfe um hotel de luxo, dentro desse campo de golfe, ou seja, os golfistas que irão a Santa Maria, irão ficar no hotel do próprio campo de golfe.

Portanto, não nos parece, na nossa opinião e é opinião de algumas pessoas que foram ouvidas no âmbito da Comissão, que vá trazer nenhuma mais-valia, nem sequer aos hotéis já existentes, nem à sua rentabilidade, porque o próprio investimento prevê a construção de um hotel.

Isto para não falar que vamos ter que abdicar em Santa Maria da melhor zona de terrenos agrícolas da ilha, que como todos sabemos é deficitária em termos de terrenos agrícolas e da sua qualidade.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Para não ir mais longe a própria Associação Agrícola de Santa Maria, ou por distração, ou por propósito, nem quis ser ouvida, estava marcada uma audição, não tivemos oportunidade de ouvir os elementos da Associação Agrícola, porque não tiveram disponibilidade para nos receber e ficou posteriormente assumido pelo Sr. Presidente da Associação Agrícola e Deputado nesta casa, se não me falha a memória, que viria um parecer por escrito da Associação. Nunca chegou até hoje. Hoje gostaria de o ouvir pronunciar-se sobre qual a posição da Associação Agrícola, que nós não ouvimos.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, é preciso ter lata!

O Orador: Portanto, isso só prova que há aqui algum desconforto da própria Associação Agrícola em dar o seu parecer, porque ela nem quis ser ouvida, nem o quis dar por escrito.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso fica-lhe muito mal!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É relevante!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É muito mais grave do que isso!

O Orador: Não, não fica mal Sr. Deputado. É a verdade!

Custa-me a crer que um Deputado desta casa que é Presidente da Associação não tenha conseguido prestar um depoimento, porque eles são ambíguos, porque é difícil ao mesmo tempo ser Deputado do PS, defender a construção do campo de golfe e ser presidente da Associação Agrícola em que se vai retirar a maioria dos terrenos agrícolas daquela ilha com mais qualidade. Isso é difícil, eu percebo e é incómodo. Por isso não chegou esse parecer certamente.

Mas temos aqui ainda oportunidade de o ouvir se assim se entender e se justificar, enquanto Deputado, como é óbvio, porque aqui não é Presidente da Associação Agrícola.

Depois, dizer aqui mais duas ou três questões em relação a esta matéria.

Primeiro, dizer que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, de Santa Maria, diz que concorda com a construção deste campo de golfe.

Gostaria de deixar aqui uma questão muito concreta já que estamos em pré campanha eleitoral se assim se pode dizer, embora se tenha começado em dezembro do ano passado, todos temos tido oportunidade de ouvir a futura, eventual presidente do Governo Regional dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Candidata!

O Orador: ... ou candidata a isso, prometer muitas coisa aos açorianos.

Gostaria de deixar aqui uma questão muito concreta ao PSD: se o PSD for Governo se pretende ou não construir o campo de golfe em Santa Maria?

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Em Santa Maria, no Faial...

Deputado João Costa (PSD): E o CDS?

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): O CDS é contra!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem 5 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer começar por saudar esta iniciativa dos cidadãos que de uma forma muito oportuna, muito fundamentada, entregaram esta petição, manifestando a sua discordância contra a construção de um campo de golfe em Santa Maria.

Aliás, o PCP interpretando este sentimento dos cidadãos de Santa Maria propôs um Projeto de Resolução com uma recomendação ao Governo que para além da questão do campo de golfe, digamos, o anular esta pretensão ou este objetivo do Governo Regional, da construção do campo de golfe, propõe um outro conjunto de questões designadamente ao nível do turismo sustentável e das acessibilidades a Santa Maria, mas que discutiremos em momento próprio.

Neste processo, quer a auscultação, quer a movimentação que houve relativamente à petição e outras forças de bloqueio em Santa Maria, uma coisa ficou para a Representação Parlamentar do PCP perfeitamente clara.

O grande problema dos marienses, mas também das organizações em Santa Maria, é que lhe seja garantido um volume de investimento público idêntico àquele que está previsto para o campo de golfe.

Essa reivindicação, a Representação Parlamentar do PCP, também a assume, isto é, Santa Maria precisa de investimento público e precisa de investimento público desde logo ao nível da melhoria das acessibilidades, precisa de investimento público algum até anunciado e que quero saudar relativamente a alguns investimentos que estão a ser feitos na área da aviação civil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conversa!

O Orador: Não é conversa, Sr. Deputado. É para valorizar uma infraestrutura que continua a ser muito importante para aquela ilha.

Portanto, os investimentos que estão anunciados, no âmbito da aviação civil, são efetivamente importantes porque aproveitam não só a infraestrutura, mas sobretudo valorizam uma componente que está e faz parte da identidade e da memória coletiva de Santa Maria e que tem a ver com a aviação civil.

Mas esta iniciativa dos peticionários teve um mérito desde logo. O mérito de promover um debate alargado sobre este projeto das Ilhas de Valor.

Esse debate foi importante porque do debate conseguiram-se construir e desenvolver algumas ideias para o futuro de Santa Maria, designadamente naquilo que deve ser a estratégia de desenvolvimento de Santa Maria.

Aliás, eu queria referir, porque há poucos dias foi tornado público um estudo encomendado pela Câmara Municipal de Vila do Porto ao gabinete do Prof. Augusto Mateus e dá algumas indicações precisas sobre aquilo que deve ser um projeto de desenvolvimento para Santa Maria, um projeto sustentável para o desenvolvimento de Santa Maria e tanto quanto é do meu conhecimento não está lá como uma infraestrutura importante para o desenvolvimento e para o futuro de Santa Maria, a construção do campo de golfe.

Gostaria ainda de referir, relativamente a esta questão que estamos aqui a apreciar (o Deputado Luís Silveira já o referiu, não quero estar aqui a repetir a argumentação) que efetivamente não me custa nada subscrever a intervenção do Deputado Luís Silveira, até porque nós temos o exemplo do que é o golfe na região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois não!!!

O Orador: Se não tivesse sido a intervenção do Governo Regional nos campos de golfe em S. Miguel, na empresa que explorava, e que o fez em boa hora, assegurando o funcionamento dos campos, sobretudo a manutenção dos postos de trabalho, o golfe em S. Miguel estava completamente falido, digamos, a exploração privada daquela infraestrutura.

Também, como foi aqui dito, há apenas uma ilha onde o golfe tem alguma tradição e faz parte da cultura dos terceirenses. Daí o facto de naquela ilha o golfe ter alguma expressão.

Não tenhamos dúvidas: por muito que se vencem alguns dos constrangimentos que levam a que o setor do turismo possa ganhar mais pujança...

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

... no conjunto da região, mas também em Santa Maria, quer em termos das acessibilidades, quer a outros níveis, a verdade é esta: não será a infraestrutura que se pretendia construir que levará mais turistas a Santa Maria. O que pode eventualmente levar mais turistas a Santa Maria são as atividades marítimo-turísticas, designadamente o mergulho, é o turismo ambiental, é o turismo rural, isso sim. Agora uma infraestrutura como um campo de golfe, mesmo que as passagens aéreas fossem oferecidas, parece-me que quem tem passagens aéreas de baixo custo, não costuma jogar golfe, portanto não viriam a Santa Maria para jogar golfe.

Quero terminar saudando mais uma vez os signatários ...

Deputado Berto Messias (PS): E os camaradas!

O Orador: ... e sobretudo discordar das conclusões do relatório da Comissão, designadamente dos seus pontos 2 e 3, nos quais a Representação Parlamentar do PCP, não se revê. Nem aquela infraestrutura é estruturante, nem a construção do campo de golfe trará nenhuma mais valia para Santa Maria.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE também quer saudar esta iniciativa dos peticionários que vêm defender os interesses desta ilha e levantar questões legítimas sobre opções para o seu desenvolvimento.

Nós estamos de acordo com aquilo que foi dito pelo PCP. Esta iniciativa tem também um mérito de lançar discussão (nós dizemos, alguma discussão) sobre este tema, porque também entendemos que ela não foi suficientemente aprofundada, porque, na verdade, o que se começou a discutir aqui foi o desenvolvimento sustentável da ilha de Santa Maria e quais as opções que se devem tomar num futuro próximo.

Portanto, valorizamos esse mérito que esta iniciativa trouxe a esta casa.

O que entendemos é que de facto há falta de discussão relativamente àquilo que são as opções de médio e longo prazo, relativamente ao desenvolvimento de cada uma das ilhas e é importante que essa discussão se comece a fazer o mais rápido possível.

Relativamente ao processo que se desenvolveu em redor desta petição, a primeira coisa que reparamos e estranhámos é, por exemplo, o desconhecimento do estudo de impacto ambiental, por parte de algumas pessoas que foram ouvidas em comissão, como é o caso do Presidente da Junta, onde iria ser construído o campo de golfe.

É extraordinário que o Presidente da Junta não tenha sido informado ou pelo menos não tenha participado ativamente, não só colaborando com quem é o promotor, neste caso o Governo Regional, como também na discussão que tinha que haver localmente sobre o desenvolvimento desta infraestrutura na ilha de Santa Maria.

Para vos dar uma ideia de como o processo decorreu temporalmente, porque podemos ter a ideia de que a petição surgiu antes de haver algum estudo de impacto ambiental, faço notar que o estudo de impacto ambiental foi realizado no campo entre maio e setembro de 2010 e a petição surgiu em 2 de junho de

2011. A discussão pública do estudo de impacto ambiental foi realizada em 17 de outubro desse mesmo ano, de 17 a 14 de novembro de 2011.

Portanto, o que acontece é que a petição surge depois do estudo de impacto ambiental ter sido realizado no terreno e naturalmente não houve nenhuma discussão na ilha, concreta e eficaz, sobre como é que este campo de golfe seria realizado, qual era o investimento, porquê o investimento e porquê naquele local.

Em 13 de janeiro temos finalmente a audição do Presidente da Junta que nos diz isso mesmo. Diz-nos que nunca foi ouvido oficialmente sobre esta iniciativa.

Portanto, parece-nos lamentável este percurso e mostra que há, de facto, neste processo do estudo de impacto ambiental, falhas muito graves que precisam e necessitam urgentemente de ser corrigidas.

Quando estabelecemos um estudo de impacto ambiental para um investimento com esta dimensão e com este impacto numa ilha, é natural que esperemos que todos dessa ilha tenham absolutamente que estar envolvidos.

Faço notar aqui um outro aspeto que considero também fundamental e que coloco à discussão desta casa. Se formos à página, relativamente a este estudo de impacto ambiental, do Governo Regional, verificamos que foi disponível, para consulta pública (é o que está descrito na página do Governo e estou a citar): “esta discussão pública foi colocada durante vinte dias úteis nos seguintes locais: Direção Regional do Ambiente, sita na Rua Cônsul Dabney, na Horta; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo; Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça na Horta”.

Portanto, o que isto quer dizer é que em Santa Maria não houve nenhum local, pelos vistos, por esta documentação que aqui está, em que se pudesse aceder à documentação e obviamente fazer uma avaliação deste projeto.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Câmara Municipal de Vila do Porto!

O Orador: Pessoas, estou a falar das pessoas que deveriam estar envolvidas neste projeto.

Parece-nos, para concluir que de facto esta iniciativa é louvável, que há aspetos, no que respeita ao estudo de impacto ambiental, que também gostaria de deixar algumas considerações: por exemplo, implantado em cima de um aquífero, que parece que é o aquífero principal de ilha; foram identificadas vulnerabilidades à poluição média e alta que depois durante o acompanhamento do projeto se concluiu que afinal não eram assim tão grandes por causa das medidas mitigadoras.

Mas a questão que fica sempre é esta: o que é que vai acontecer a médio e longo prazo?

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero felicitar os peticionários desta petição e dizer que o campo de golfe foi mais uma miragem no horizonte dos marienses.

Foi ultimamente alvo de uma petição contra o mesmo, subscrita por um número considerável de marienses, no entanto esta parece-nos ter vindo fora de tempo.

Dizemos isto porque, não existiu tempo para reflexão, nem tão pouco para a discussão pública do mesmo. Tinha ajudado a esclarecer os prós e contras do projeto. NÃO FOI FEITO o que lamentamos!

Relativamente à petição em análise, nós discordamos do timing e do conteúdo da petição, já muito depois de investimentos vultuosos realizados!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Petição nos moldes em que foi feita, foi extemporânea, prejudicando o processo, ou seja lançando ainda mais confusão numa situação que já por si era complexa.

O protagonista deste ziguezague todo, tem rosto-Governo Regional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem vários!

(O Deputado Claudio Lopes foi substituído na Mesa pela Deputado Mark Marques)

A Oradora: A 7 de Dezembro 2007, foi a apresentação pública do projeto. Desde aí tem sido um pára arranca, numa trapalhada entre localização, furos de captação de água e proprietários....

Depois vem dizer aos marienses que o projeto está adiado, ao mesmo tempo que um membro do Governo Regional, no SKal club, afirma que o campo de golfe de Santa Maria não é para ser feito.

Não há tempo para desculpas! Outubro será o mês das decisões finais!

Se é sabido desde há muito que a maior parte dos campos de golfe da Região estão abaixo das expectativas, não havia razão objetiva para que em Santa Maria se criasse tanto alarido, a não ser, como referi, para destabilizar ainda mais.

Não concordamos, porque esta Petição alicerça-se em pressupostos no mínimo vagos e por vezes com fundamentos muito dúbios.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O campo de golfe de Santa Maria faz lembrar o filme “*Uma História Interminável*”, visto que parece não ter fim, e mais, parece que ninguém do Governo saber o que fazer com um problema criado por ele

Gastou-se dinheiro em projetos e estudos, em negociações com os proprietários dos terrenos e tudo para quê?

Para se estar numa indecisão, mais do que isso num verdadeiro impasse, é de crer que se trata da maior pedra no sapato que alguém no PS poderia imaginar.

Até os próprios marienses se vêm incrédulos com tanta indecisão e incapacidade de resolver este imbróglio.

Este, a par de outros projetos, tem sido um verdadeiro calvário e quem sofre com isso tudo são os marienses, que já não sabem o que pensar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Uma certeza, o PSD, tem, foi o Governo Regional que atirou areia para os olhos de Santa Maria, diria até mais uma forma triste de enganar o nosso povo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada, isso vai ter que ser muito bem explicado em Santa Maria, vai, vai!

Deputado João Costa (PSD): Só deixaram os buracos em Santa Maria!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dedico as minhas primeiras palavras aos subscritores desta petição, saudando e enaltecendo a iniciativa aqui em análise.

Independentemente, do objeto da petição, das opiniões que cada um possa ter sobre esta ou outras matérias, independentemente das motivações dos signatários, importa realçar o facto de um grupo de cidadãos se ter mobilizado em torno de um determinado objetivo, referindo convicção àquilo em que acreditam.

Uma sociedade participativa é uma sociedade desenvolvida e por isso gostaria de enaltecer a apresentação desta petição na casa da democracia.

Antes de iniciar a análise propriamente da petição, gostaria de dizer e esclarecer o Sr. Deputado Luís Silveira que a Associação Agrícola não recebeu a convocatória enviada pela Assembleia Regional e foi esclarecido na própria reunião.

Deputado Luis Silveira (CDS-PP): Sr. Presidente, vai ter que explicar!

Deputado Duarte Moreira (PS): Não foi a única! Houve muitas entidades em Santa Maria que não receberam!

A Oradora: Por isso não compareceu na reunião.

Na petição em análise são apresentados alguns argumentos que no entender deste 363 peticionários impedem que o campo de golfe de Santa Maria seja implementado, tendo os subscritores dúvidas sobre os impactos ambientais que esta infraestrutura constituirá para o ambiente.

Sobre esta matéria, aquando da apresentação em Santa Maria desta petição, o PS teve oportunidade de se manifestar sobre a mesma.

Tínhamos naquela altura uma opinião e hoje mantemo-la, porque é fundamentada numa estratégia clara ao nível do desenvolvimento de Santa Maria e dos Açores, pensada de um modo mais sustentável possível.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada, mostre-nos esse estudo!

Deputado João Costa (PSD): É proporcional aos buracos!

A Oradora: Não somos daqueles que vão para onde os leva o vento.

Não somos daqueles que se deixam levar pelas ondas.

Não somos um “nim”. Temos opinião e mantém-se independentemente dos fatores externos. Somos de convicções e de verdade.

Para o Grupo Parlamentar do PS, o investimento no golfe em Santa Maria faz sentido, não de “*per si*”, de um modo isolado, mas integrado e em complementaridade a outras atividades que têm vindo a crescer de um modo muito significativo na ilha de Santa Maria.

Refiro-me, por exemplo, a atividades como o turismo subaquático, com o crescente número de visitantes que se tem deslocado à ilha de Santa Maria, para a prática do mergulho, atividades ligadas aos passeios pedestres e à observação de aves, ações ao nível do *canyoning*, só para referir algumas.

No entanto, sem esquecer as atividades já implementadas na ilha e como forma de potenciá-las, há que paralelamente promover a diversidade da oferta turística. Porque não o golfe, perguntamos nós?

Será que quem vai mergulhar nas nossas águas límpidas não poderá apreciar a prática do golfe?

Será que quem pratica golfe não poderá querer conhecer o nosso mundo subaquático e utilizar os serviços das empresas marítimo-turísticas sedeadas na ilha?

É desta complementaridade que falamos. Potenciar tudo o que temos disponível oferecendo aos visitantes um maior número de atividades sem baixar os critérios associados à qualidade dos serviços prestados.

Desta forma conseguiremos manter o turista na ilha durante mais tempo, porque vai ter mais ocupação durante mais dias.

Este é um aspeto que para nós é fundamental.

A conceção de um campo de golfe em Santa Maria terá que ser visto como um investimento complementar a outros investimentos públicos ou privados, já realizados, tais como: unidades hoteleiras ou turismo de habitação, restauração, as empresas marítimo-turísticas, os transportes de aluguer com ou sem condutor, ou a marina de Santa Maria. Só para falar de alguns investimentos.

Outro aspeto que gostaria de abordar neste momento é a afirmação escrita na petição que se refere ao facto de não ter existido estudos de impacto ambiental.

Ora, sobre esta matéria há que repor a verdade, isto porque já em 2007 foi apresentado um estudo de incidências ambientais, com o objetivo de precaver as questões associadas aos impactos sobre o ambiente, nomeadamente ao nível do solo e da qualidade da água.

Não obstante, a empresa *Ilhas de Valor* desenvolveu um estudo de impacto ambiental que estava a decorrer na altura que foi apresentada a petição, correspondente a um normal funcionamento de um processo de avaliação de impacto ambiental que segue os seus trâmites normais, muito específicos e muito bem definidos, tendo que ser cumpridos em termos de conteúdos e de prazos.

Assim sendo, e no culminar desse procedimento, foi emitida em janeiro passado uma declaração de impacto ambiental favorável, condicionada ao cumprimento de uma série de medidas constantes no mesmo documento e que se incluem nomeadamente: a necessidade de utilização racional da água, prevendo a recirculação das águas de planos de água de forma a reutilizá-las para a rega, utilizadas em circuitos fechados, obrigando a que seja instalado um sistema de irrigação informatizado, que permite um controlo rigoroso da água que é consumida na instalação; a obrigatoriedade de tratamento das águas residuais provenientes na infraestrutura, bem como o correto encaminhamento dos resíduos produzidos; a utilização de energias alternativas minimizando o consumo da energia da rede pública; a prevenção da poluição sonora, bem

como outras regras a desenvolver e a ter em conta nas fases de construção, de exploração e desativação, obrigando ainda o estabelecimento de planos de monitorização associados à qualidade da água, ruído ambiental e monitorização química do solo.

Refira-se que à semelhança do que acontece em todos os outros processos de avaliação de impacto ambiental foi constituída uma comissão de acompanhamento, por técnicos e pessoas habilitadas para o efeito, que assegura que todos os procedimentos sejam os indicados e que todas as opções técnicas do projeto não causem impactos ambientais danosos para a qualidade ambiental.

São aspetos fundamentais que o Governo Regional não descurou e que convém aqui realçar e clarificar.

A participação pública foi realizada e os documentos foram disponibilizados em Santa Maria, na empresa *Ilhas de Valor* e na Câmara Municipal, lamentando-se que não tenha a merecida apreciação por parte de partidos da oposição que agora vêm queixar-se da falta de participação pública deste processo.

Gostaria ainda de referir o seguinte: o golfe constitui uma atividade de interesse estratégico para a afirmação dos Açores, enquanto destino turístico, sendo muito importante ao nível da qualificação do turismo da Região, complementando a oferta turística nesta área e que se encontra já previsto no POTRAA.

Existem já estudos que referem que o golfe nos Açores é um desporto rentável, desde que exista um circuito de, pelo menos, quatro campos na Região, sendo por isso importante para a criação de condições de atratividade, para o incremento do sucesso da modalidade, podendo criar-se um circuito de golfe regional com a instalação em Santa Maria dessa unidade.

O praticante de golfe é alguém que se preocupa com os aspetos ambientais, do património natural edificado.

O turista que vem praticar golfe aos Açores será um turista que não só aproveitará as condições da prática do desporto, como apreciará a restante oferta turística local.

Refira-se que o investimento do golfe em Santa Maria não inviabiliza que não se faça outros investimentos nas áreas sociais, económicas e em particular ao nível do turismo, como aliás tem vindo a ser feito na ilha.

É demagogia dizer-se que se terá de abdicar de um investimento em prol de outro. Todos são importantes e necessários desde que promovam uma melhoria na qualidade de vida dos marienses.

Este empreendimento poderá ainda potenciar as iniciativas locais da responsabilidade das associações culturais e recreativas, fundamentar o ecoturismo e o comércio local.

A construção deste campo de golfe será igualmente importante na criação direta e indireta de emprego e conseqüentemente fixação de jovens, aspeto que não pode de forma alguma ser descorado.

Apesar de todos os argumentos aqui apresentados e que servem de base à argumentação do PS para manter uma posição favorável à implementação do golfe nos Açores, nomeadamente na ilha de Santa Maria, atendendo a que nos encontramos numa altura de crise económica internacional ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para quando?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é a favor ou contra?

A Oradora: O senhor está nervoso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar a Sra. Deputada Bárbara Chaves fazer a sua intervenção.

A Oradora: ... em que o essencial dos esforços devem ser direcionados para o apoio às famílias e às empresas, o Grupo Parlamentar do PS concorda com a decisão do Governo Regional em suspender temporariamente a construção da infraestrutura, considerando que será importante que os mercados se estabilizem de forma a que o investimento efetuado tenha o retorno desejado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É bom que digam aos marienses que o que está entre linhas é que não vai haver campo de golfe!

A Oradora: Aguardaremos, nós, marienses que vivem efetivamente em Santa Maria, pela retoma económica, para que o investimento da construção do campo de golfe seja uma realidade.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Tem 5 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, felicitar os peticionários que trouxeram até esta Assembleia esta preocupação de cidadania em relação ao desenvolvimento da ilha de Santa Maria e também referenciar que algumas das preocupações que aqui são referenciadas nesta petição são, de facto, questões preocupantes e que devem ser analisadas com todo o cuidado.

Por exemplo, a questão do consumo de água. Penso que quer nesta documentação, quer no estudo a que tive acesso e nas várias opiniões que recolhi em relação a esta questão, fica longe de se provar que o campo de golfe não pudesse vir a criar um problema grave na área do abastecimento de água na ilha de Santa Maria.

É uma questão preocupante. Já ocorreu noutras situações, como é bem conhecido pelos habitantes da ilha de Santa Maria.

Portanto, é uma das questões que eu considero preocupantes e considero que as respostas não são tranquilizadoras em relação a esta questão.

Pela experiência negativa da rentabilidade dos campos de golfe na vizinha ilha de S. Miguel, e num período em que o investimento público tem que ser muito bem pensado e em que as prioridades têm que ser muito bem definidas, não fica de forma alguma provado que este investimento pudesse vir a ser rentável.

Num momento e numa conjuntura económica em que vivemos, em que é necessário definir muito bem as prioridades, é necessário estudar muito bem o investimento público, estudar com rigor, com análises muito rigorosas em relação ao seu verdadeiro impacto, esta questão por parte do Governo Regional não estava respondida com racionalidade.

Não existia racionalidade do ponto de vista da utilização dos dinheiros públicos. Penso que esta questão também é uma questão que vulnerabilizava a intenção do Governo Regional de construir o campo de golfe na ilha de Santa Maria.

Referenciar também, e dados os problemas de acessibilidade em termos de custo das viagens para a RAA (o investimento nesta área, como se sabe, está também a penalizar investimentos da mesma índole noutras ilhas), que este investimento ficaria também vulnerabilizado enquanto não for resolvida a questão da diminuição do preço das passagens aéreas.

O Sr. Deputado do PCP tem, em relação a esta questão, uma interpretação de que o golfe é um desporto de ricos, uma prática de ricos. Quero dizer é que em toda a Europa, em todo o mundo ocidental ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Eu não disse isso!

O que disse foi: nem que as passagens fossem de borla, não ia para lá ninguém jogar!

O Orador: ... essa questão está ultrapassada e aqui divergimos em relação à interpretação que se faz nesta questão.

Penso que essa questão não é fundamental, o que é fundamental ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): O Sr. Deputado sabe que não lhe posso responder, veja lá!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Piros, não se pode discordar de si, que fica logo zangado.

O que quero dizer a esta câmara é que este conjunto de condicionantes é que acaba por definir aquela que é a posição do PPM, em relação a esta questão.

Deputado Aníbal Piros (PCP): O PPM não tem posição!

O Orador: Nós concordamos com os peticionários, porque não estão criadas as condições do ponto de vista da justificação em termos de rentabilidade do investimento, não estão afastadas as questões mais prementes em relação ao consumo de água e ao problema que esta situação poderia vir a causar numa ilha como Santa Maria. Não foram suficientemente esclarecidas as questões do ponto de vista ecológico que este investimento poderia trazer para o futuro e para o equilíbrio da ilha de Santa Maria.

Portanto, estas questões todas demonstram que o Governo Regional e o PS mantêm a perspetiva de realizar este investimento. É mais um daqueles investimentos que representa um “elefante branco”, um investimento que é

realizado com dinheiros públicos num momento em que se tem que ser seletivo, em que se tem que ser racional no investimento público. O Governo Regional, aqui, tinha que justificar de forma suficiente esta questão.

Um reparo final, e termino Sr. Presidente, para referenciar a questão que considero grave da Associação Agrícola de Santa Maria.

Considero que sendo também o Sr. Deputado Duarte Moreira Deputado desta casa, ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão terminou o seu tempo.

O Orador: Já termino Sr. Presidente. Espero ter um pouco da mesma tolerância que teve a Sra. Deputada do PS.

Considero que esta questão é fulcral. A resposta da Associação Agrícola de Santa Maria foi requerida por parte desta Assembleia. O Sr. Deputado, na Comissão, referenciou que faria chegar este parecer.

Deputado Duarte Moreira (PS): E fiz! Já foi esquecido!

O Orador: Esse parecer não chegou e era do maior interesse que tivesse chegado, porque é exatamente uma das questões que é levantada pelos peticionários, que é a questão em relação à utilização dos terrenos agrícolas de grande qualidade.

Essa resposta era fundamental e é lamentável que não tenha vindo.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge pede a palavra para?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para uma interpelação à Mesa

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para uma interpelação na sequência deste debate, enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares e para dizer o seguinte:

Convém esclarecer que a Associação Agrícola de Santa Maria, no dia 18 de janeiro de 2012, fez chegar a esta casa o respetivo parecer.

Aliás o relatório sobre a petição, no seu ponto 7, diz expressamente isto: “a Associação Agrícola da Ilha de Santa Maria e o hotel de Santa Maria também

se pronunciaram por escrito, dada a impossibilidade de os respetivos representantes serem ouvidos presencialmente”.

Acho que esta nota é importante, esta interpelação se justificava e eventualmente o lapso do parecer não estar anexo ao relatório da Petição não pode ser imputado à Associação Agrícola de Santa Maria e muito menos ao Sr. Deputado Duarte Moreira que integra a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para responder às questões que foram levantadas no âmbito da interpelação.

Presidente: Não, desculpe. O Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares esclareceu um facto aqui. Esse facto está esclarecido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, eu considero que não, por isso quero fazer a interpelação em relação ao esclarecimento que aqui foi realizado pelo Presidente da Comissão. Considero que é perfeitamente adequado.

A pergunta é muito simples: por que é que essa informação não chegou aos Deputados desta casa?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Está no relatório, Sr. Deputado!

O Orador: É tão simples como isto e penso que se justifica.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Está no relatório!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira pede a palavra para?

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta as afirmações agora proferidas pelo Presidente da Comissão, este Grupo Parlamentar vem requerer ao Sr. Presidente que peça aos serviços que nos façam chegar esse parecer, porque não o conseguimos encontrar na Gestão Documental e, ao contrário do que está escrito no relatório, não está

anexo ao relatório. Foi impresso ainda hoje, nós revemos essa situação e o parecer não está anexo ao relatório.

Se ele existe, pedimos o favor ao Sr. Presidente de o fazer chegar, bem como cópia da convocatória que foi enviada à Associação Agrícola da Ilha de Santa Maria.

Presidente: Pedir cópia da convocatória enviada pela CAPAT à Associação Agrícola da Ilha de Santa Maria e cópia do parecer escrito enviado pela Associação Agrícola?

Muito bem, vamos avançar, Sras. e Srs. Deputados. Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projeto de Resolução n.º 22/2012 – “atribuição de insígnias honoríficas açorianas”**, apresentado pelo Presidente da Assembleia, pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

Não sei se há intervenções.

Creio que não. Assim sendo vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Gostava de verificar o número de presenças na sala neste momento. Temos que ter mais de dois terços nesta votação. Apesar da unanimidade faltam alguns deputados.

(Pausa)

Creio que podemos fazer um intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 40 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 5/2012 – “estudos de impacto nas negociações comerciais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Eram 17 horas e 53 minutos.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A União Europeia possui uma agenda repleta de futuras negociações comerciais multilaterais e bilaterais;

Negociações comerciais que englobam a Organização Mundial de Comércio (OMC) e Países Terceiros, como o Canadá, Países ACP (África, Caribe e Pacífico), Países do Conselho de Cooperação do Golfo, Líbia, Ucrânia, Índia, Países da Associação de Nações do Sudeste Asiático e Países do MERCOSUL.

Um conjunto ambicioso de acordos com impactos na economia da União Europeia e, em especial, nos territórios mais afastados.

Nestes negócios à escala global persiste uma tendência de livre comércio na área agrorural, sem que, na mesma medida, se conheça o efeito na concorrência local.

Na verdade observam-se continuadas concessões sobre a agricultura com o fim de se obter um maior acesso ao mercado de países terceiros para produtos industriais e serviços. Isto é, a agricultura é a “moeda de troca”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Este Parlamento foi alertado para esta evidência aquando do recente Projeto de Resolução do PSD, aprovado por unanimidade, sobre o MERCOSUL.

Trouxemos um leque de preocupações sociais, económicas, ambientais e de segurança alimentar, que todos partilhamos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Torna-se útil, agora, alargar estas preocupações aos vários acordos da União Europeia.

Nesta exata medida o próprio Parlamento Europeu já afirmou que a União Europeia é demasiado generosa nos seus acordos comerciais.

E, até, o Comité da Regiões, na sua recente comunicação à Comissão, considera que o Fundo de Adaptação para a Globalização, criado pela Comissão Europeia, é inapto para responder às consequências ocasionadas pelos acordos comerciais no setor agrícola.

Aliás, a reforma da PAC de 2003 e o “exame de saúde” de 2008 ocorreram para antecipar os prováveis resultados da ronda de Doha. Todavia, a União Europeia continua à espera de concessões equivalentes por parte dos seus parceiros comerciais.

As concessões não surgem e as desigualdades mantêm-se e nalguns casos até se aprofundaram como é o caso do acordo com Marrocos. E a gravidade assenta no fato de tudo isso estar a acontecer, apesar do Tratado de Lisboa consagrar a estabilização dos mercados.

Note-se que alguns Países Terceiros não dispõem das mesmas exigências legislativas para o ambiente, para o uso de transgénicos e hormonas, nas normas de bem-estar animal, na proteção do solo, e para os fitofármacos, iguais às da UE.

Uma ausência de rigor que diminui a proteção do consumidor e desvirtua as boas regras do comércio justo.

A grande questão reside aqui. A inadiável uniformização dos critérios produtivos. Uma exigência que a UE não pode ceder.

A forçada globalização na agricultura está a colocar no mesmo patamar diferentes realidades de segurança alimentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É certo que as produções locais agrícolas são assumidas como um benefício e uma vantagem para os territórios europeus, principalmente, nas zonas mais desfavorecidas como os Açores.

Nos Açores, e nunca é demais lembrar, que estas produções agrícolas, ultrapassam a dimensão económica representando, também, um importante fator social, onde se destaca a criação de emprego, de riqueza e a fixação de pessoas, com relevo, para ilhas ameaçadas pelo abandono humano e onde a atividade agrícola familiar encontra expressão.

Para além disso, estes bens alimentares pelas suas características endógenas e tradicionais estão adaptados para a preservação ambiental e a conservação da biodiversidade genética.

Interessa, pois, contemplar estes condicionalismos e especificidades nas políticas comerciais da UE para um desejado crescimento integrador que respeita a diferença.

A desintegração, por seu lado, assenta no fato das importações de certos produtos agrícolas, gradualmente, substituírem a produção doméstica.

O perigo também se manifesta, como resposta às dificuldades, por uma indesejada intensificação interna de algumas produções perdendo a agricultura as suas características tradicionais e naturais.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em todo este sentido, assegura-se fundamental conhecer o impacto dos futuros acordos comerciais internacionais da UE para Regiões Ultraperiféricas como os Açores.

Estudos que podem contribuir para desenvolver uma melhor política para estas Regiões, desde logo, pelo conhecimento dos constrangimentos mas identicamente pelo conhecimento das oportunidades.

Esperamos que esta pretensão seja incorporada nos objetivos da Europa 2020 como meio de atender e potenciar a realidade. Ou melhor, como meio que não sacrifica o local em prol do global.

Tem de haver, assim, uma maior coerência entre os aspetos de política interna e externa e uma definição de cooperação multinível que se pode por em prática através da implementação de dispositivos de vigilância e alerta para a entrada de produtos agrícolas de Países Terceiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores não podem só reagir é preciso atuar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Estava a ver que não vinha nada para aqui!

O Orador: ... por exemplo a pequena e média produção agroalimentar deveriam possuir um estatuto jurídico próprio, um enquadramento fiscal ajustado e um financiamento apropriado. Só assim, poderemos ter novos agricultores e manter os atuais.

Por exemplo, temos de ter uma política de produção local que incorpore decisivamente a saúde humana. Uma estratégia de ligação entre qualidade intrínseca e saúde. Refiro-me a alimentos nutritivos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, as políticas agrícolas e fiscais devem ter em conta os problemas de saúde pública como acontece com o álcool ou o tabaco.

Por exemplo, é preciso estabelecer novas qualificações para os agroalimentos, para lá do visto jurídico como acontece com a DOP, IGP ou ETG. É necessário atrelar a sustentabilidade económica dos territórios e estabelecer uma valorização da função humanizante.

Importa, também, acompanhar os mercados, perceber a formação dos preços e fazer a necessária regulação, garantindo, assim, a transparência nas relações produção, transformação e distribuição da cadeia alimentar, evitando posições dominantes ou abuso de poder. É urgente reequilibrar a relação de forças entre os elos.

Importa, igualmente, constituir uma política por Ilha que identifique as capacidades e limitações de cada uma.

Importa, se quisermos, criar novos fatores de competitividade e novos níveis de diferenciação.

Nesta questão das produções locais muito à fazer até a nível Comunitário.

O próprio Comité das Regiões aconselhou, no ano transato a Comissão Europeia, para que a “produção local” se torne um critério de seleção padrão nos concursos públicos para o fornecimento de alimentos, em escolas, lares de

idosos e entidades públicas. Isto significa que na adjudicação de contratos prevalece as empresas locais de produção de alimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta dimensão comercial externa, temos mais União Europeia se houver maior reconhecimento da importância de se convergir num sentido comum com os territórios ultra-afastados e ultraespecíficos.

Estamos cientes que esta convergência é uma alavanca de desenvolvimento para todos e cria uma fundamental dinâmica de integração.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colega do Governo:

Venho ao debate deste Projeto de Resolução, apresentado pelo PSD, reclamando o estudo de impacto nas negociações comerciais que a Europa faz com países terceiros, para deixar algumas informações e fazer alguns comentários, para além daqueles lugares comuns repetidamente apresentados nesta casa pelo Sr. Deputado que acabou de intervir.

O comentário que tenho a fazer sobre este Projeto de Resolução é que ele não traz nada de novo para a Região, nem para a agricultura da Região, e não representa sequer uma iniciativa que se possa dizer genuína por parte do PSD.

Aliás, este Projeto de Resolução mais não faz do que repetir de uma forma idêntica aquilo que foi defendido pela Região na XVII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, que decorreu no início de novembro de 2011, na Martinica, onde consta um ponto intitulado “Impacto dos acordos internacionais”.

A Conferência de Presidentes referiu – e adotou – que convidava a Comissão Europeia a considerar as especificidades das Regiões Ultraperiféricas na sua

política comercial e a avaliar, sistematicamente, os efeitos sobre as nossas Regiões nos acordos comerciais, particularmente através de estudo de impactos prévios ao início das negociações.

As Regiões Ultraperiféricas, nessa mesma ocasião, solicitaram que a Comissão examinasse os mecanismos de compensação eficazes para preservar as economias frágeis das Regiões Ultraperiféricas dos efeitos negativos desses acordos comerciais, tais como os do MERCOSUL e outros que já na altura se desenhavam.

Esta proposta foi apresentada por iniciativa do Governo Regional dos Açores e pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, e foi aprovada por unanimidade por todos os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, constando do documento final oficial esta declaração que acabei de citar que foi enviada às instituições europeias, incluindo ao Presidente da Comissão Europeia, bem como aos governos nacionais de Portugal, Espanha e França.

Deputado António Ventura (PSD): Quando é que foi isso?

O Orador: Na sua intervenção, o Presidente do Governo Regional dos Açores teve oportunidade de referir e de defender que, relativamente à abertura do mercado europeu aos produtos agrícolas do MERCOSUL, deveriam ser avaliados os possíveis impactos antes de qualquer decisão e defendidos os nossos agricultores.

Destas posições, fomos dando nota a várias outras entidades, desde logo, ao Ministério da Agricultura, também na reunião que tivemos com a Sra. Ministra da Agricultura e a todas as entidades que sobre essa matéria podem ter alguma influência decisória.

O comentário que gostaria finalmente de deixar é que esse Projeto de Resolução em nada acrescenta àquilo que já foi feito pelo Governo Regional. Repete, aliás, aquilo que foi feito pelo Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Não! Os senhores é que repetem aquilo que nós fazemos!

Presidente: Sr. Deputado Abel Moreira tem a palavra.

Deputado Abel Moreira (CDS-PP): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Este Projeto de Resolução do PSD sobre "Estudos do Impacto nas Negociações" é uma iniciativa que se reveste de bastante importância para a nossa Região, nomeadamente na nossa agricultura, devido ao facto da nossa condição ultraperiférica, que nos exige, por dever e obrigação, que façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para salvaguardar os superiores interesses dos Açores.

Pensamos que todas as forças políticas estão unidas no sentido de acautelar a nossa agricultura, nomeadamente as fileiras da carne e do leite.

Dito isto, importa realçar que esta iniciativa do PSD podia e devia ir um pouco mais além. Isto é, o PSD quer que se "prevejam" estudos de impacto para os Açores no âmbito das negociações feitas pelas instâncias comunitárias com os mais diversos parceiros comerciais.

Ora, entende o Grupo Parlamentar do CDS-PP que se podia e devia ir mais além, nomeadamente procedendo a uma alteração à iniciativa (e só o PSD é que o pode fazer, visto ser o proponente), substituindo a palavra "preveja", no ponto 1.º do Projeto de Resolução, por "realize", pois só assim esta iniciativa parlamentar pode alcançar os seus verdadeiros impactos.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

As questões relacionadas com os acordos internacionais da União Europeia, muito em concreto com países terceiros, no que aos OMC (Organização Mundial de Comércio) dizem respeito, entre eles os países da MERCOSUL, mas também outros países como a África, o Caribe, o Pacífico ou os países ao longo do mediterrâneo, e outros, podem de facto influenciar os produtos agrícolas e pecuários, muito em particular aqueles cuja região é produtora, como o leite e a carne.

São, de facto, uma preocupação do Partido Socialista, para esta bancada parlamentar e para o Governo dos Açores.

De facto, a União Europeia que é dominada pelo eixo franco-alemão e pelos países mais industrializados, União Europeia que também é dominada por governos liberais, tem vindo a utilizar a agricultura como uma moeda de troca para incentivar o comércio da exportação de outros produtos, da indústria e de equipamentos tecnológicos, em que são fortes quando comparados com os países daquelas regiões do globo, dos países do sul e outras regiões da Europa menos competitivas nessa matéria.

Esses países não hesitam em defender esses interesses à custa de interesses e de características próprias das Regiões mais agrícolas, como é o caso dos Açores.

Acresce que muitos desses países terceiros não possuem de facto as mesmas regras e as mesmas exigências que se colocam aos produtores das regiões da Europa, nomeadamente nas regras ambientais, no cumprimento de regras ao nível da sanidade, da higiene pública, do bem-estar, ao nível das restrições na alimentação animal, o que desvirtua ou poderá desvirtuar as regras da concorrência legal e justa, uma vez que os produtores da Região não utilizam muitas das ferramentas utilizadas nesses países.

Esta constatação tem sido, ao longo desta legislatura, objeto de preocupação nesta Casa, que já anteriormente se tinha manifestado, do Governo Regional, que tem colocado esta preocupação e estes assuntos a vários níveis, como no Comité das Regiões como foi acabado de referir pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, tendo sido já colocada ao Governo da República, à Comissão Europeia, e já foi levada ao Parlamento Europeu pelos Deputados dos Açores, nomeadamente pelo Deputado Luís Paulo Alves.

Recentemente foi colocada numa reunião, cara a cara, ao Comissário da Agricultura pela direção da bancada do Partido Socialista.

O esforço que tem vindo a ser desenvolvido na Região em termos agrícolas, o esforço dos nossos agricultores e do Governo Regional, pelos apoios e pelas políticas de desenvolvimento na agricultura, que levaram (e isso é inegável) ao aumento das produções de leite, da carne, das áreas chamadas da dita

diversificação, e esta evolução positiva que tem vindo a ocorrer na nossa agricultura, para o PS não pode ser posta em causa por acordos que não têm em consideração regiões, como as regiões ultraperiféricas, nomeadamente os Açores.

De facto, este Projeto de Resolução não é inovador. É, sim, mais uma oportunidade para esta casa se pronunciar e se manifestar junto das instâncias europeias na defesa da nossa Região.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Quem me dera que fosse sempre assim.

O Orador: Pelo facto, o PS viabilizará a iniciativa.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Agricultura o que fez foi minimizar a importância do Parlamento, como é hábito do Governo. O Parlamento não serve para essas questões, o Parlamento não serve para agir em favor da defesa dos Açores e, no caso concreto, numa atividade tão importante, porque o Governo Regional está a fazer tudo. Aliás, não era preciso Parlamento, não era preciso açorianos, só era preciso o Governo Regional. Não era preciso mais nada!

Esta tentativa de minimizar o Parlamento é condenável e é um atentado à democracia a forma como o Sr. Secretário Regional se dirigiu a este Parlamento, dizendo que não serve de nada, que não é inovador este Projeto de Resolução.

Mas o PSD desconfia, e tem razões para desconfiar, da atuação do Governo Regional.

Vamos aos factos:

Essa questão dos acordos multilaterais e bilaterais surgiu pela mão do PSD.

O PSD foi o primeiro a alertar para as consequências do impacto, num setor tão estratégico nos Açores, como sejam esses acordos globais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Aconteceu pelo MERCOSUL.

Antes, o PSD denunciou essa situação e começou a chamar a atenção para ela. Qual foi a resposta do Governo para o acordo MERCOSUL?

Vejamos, o que o Governo responde à primeira vez que o PSD se preocupou com essa situação.

Num requerimento a 16/08/2012, o PSD, preocupado com os acordos MERCOSUL, pergunta o que é que o Governo Regional está a fazer?

A resposta do Governo Regional é tão simples quanto isto: “De momento, o que existe é uma retoma das negociações com os países do MERCOSUL por parte da Comissão Europeia, não estando definidos os cadernos, nem o alcance de tais negociações, suspensas desde 2004, pelo que se julga prematura a questão colocada.”

A questão é prematura, ora vejam lá.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E agora deu no que deu!

O Orador: E agora estão a fazer tudo!...

(Risos do Deputado António Ventura)

Isso é interessante!

(Risos do Deputado António Ventura)

Agora estão a fazer tudo!

(Risos da Câmara)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O PSD não tem razões para desconfiar da atuação do Governo quando diz que está a fazer tudo?

O próprio Governo diz que é prematuro, que não interessa! É prematuro, não interessa, para que é que estão a levantar a questão? Não é problema!

Mas mais grave. O Governo da República foi um dos responsáveis por este acordo MERCOSUL, que é precursor de outros acordos, por ter ido em frente.

Recordo que foi no Governo capitaneado pelo Sr. José Sócrates, que agora está em Paris, (ou Eng^o José Sócrates, penso eu, ainda não está decidido, mas esperemos que seja engenheiro, para bem da democracia), que houve 10 estados-membros (a França, a Irlanda, a Grécia, a Hungria, a Áustria, o Luxemburgo, a Polónia, a Finlândia, a Roménia e o Chipre) que assinaram uma declaração a alertar para os perigos do eventual acordo para o setor agropecuário europeu.

O que é que fez o Governo de Portugal?

Disse que não! “Eu não assino!”

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E agora?

O Orador: Agora, os senhores fazem tudo e estão preocupados com tudo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para as contas foi igual!

O Orador: Portanto, temos razões para desconfiar.

Duas notas importantes que é preciso deixar aqui.

Primeira: não aceitamos a forma como o Secretário Regional da Agricultura minimizou este Parlamento, o primeiro órgão da Autonomia.

Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Segunda: desconfiamos porque temos razões para desconfiar da atuação do Governo, porque não fez e agora diz que faz tudo.

Tem provas dadas que não fez!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Projeto tinha também que dizer que é verdade que estes problemas existem atualmente na comunidade europeia. Com a MERCOSUL, sabemos que o que está por detrás desta negociação na Europa é sempre a questão de, por exemplo, a Alemanha querer vender produtos, como aqui já foi referido, ao Brasil, e troca-os com produtos agrícolas.

Mas sentimos que, de uma maneira geral, a solução que existe para este problema é uma efetiva proteção das Regiões Ultraperiféricas.

Portanto, para termos medidas efetivas de proteção das Regiões Ultraperiféricas, precisamos de medidas como, por exemplo, as quotas, aquelas que vão agora desaparecer.

Efetivamente precisamos de medidas que resolvam o problema das quotas que vão desaparecer. Portanto, vão substituir essas quotas, que neste caso existem para o leite, mas muito provavelmente terão que existir também para a carne na Região Autónoma dos Açores.

Se pensarmos que somos uma Região Ultraperiférica, e uma Região tão pequenina, nunca poderemos até, do ponto de vista da qualidade, competir com regiões tão grandes como a região do Brasil ou outras regiões que vão, mais tarde ou mais cedo, associar-se nestes acordos que estão estabelecidos com a Comunidade Europeia.

Portanto, a nossa defesa e a nossa luta têm que ser na Europa como chamada de atenção para defesa de medidas que tenham a ver com a proteção efetiva destas regiões.

Já aqui o Secretário Regional da Agricultura e Florestas falou sobre esta iniciativa da parte do Governo Regional. Salvo erro, este encontro decorreu em 2011, em Martinica, certo? Foi assim que referiu?

Eu gostaria de saber, da sua parte, que resposta é que houve para esta iniciativa do Governo Regional.

É importante que a Região tome posição clara, como foi aqui dito, sobre esta situação, sobre estes problemas, mas também é importante que tenhamos uma resposta, um *feedback* dessas intervenções e dessas iniciativas da parte governamental.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A esta proposta que nos traz o Grupo Parlamentar do PSD, eu gostaria de lhe conferir dois adjetivos, dois atributos.

Primeiro: revela alguma hipocrisia política.

Segundo: é anódina.

Relativamente há questão da hipocrisia política dizer o seguinte:

V. Exas. (estou convencido disso!) são adeptos do livre mercado, ou estarei enganado?

Estou enganado? V. Exas. são uns fiéis seguidores do mercado livre, são uns fiéis seguidores da livre circulação de produtos e capitais, até porque pessoas, não é conveniente que elas circulem livremente, segundo a vossa opinião. Estou enganado?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor está a falar de há 100 anos! Capital... capital... capital!

O Orador: Ah! O capital acabou ou é a fonte dos nossos problemas?

O capital não é a fonte dos nossos problemas?

Sr. Deputado, isto não é do passado, é do presente.

Deputado João Costa (PSD): O pior é que a fonte secou!

O Orador: Aliás, o capital financeiro é que contribuiu para a situação em que estamos afundados.

V. Exas., como eu estava a dizer, são uns fiéis seguidores da liberalização do mercado.

Portanto, vir agora aqui com esta proposta (com esta e outras semelhantes) é, no mínimo, revelador de alguma hipocrisia política.

Por outro lado, considero que ela é anódina (é anódina porquê?), porque na parte resolutiva aquilo que diz é o seguinte:...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor hoje está a fazer o trabalho do PS!

O Orador: “Que a Comissão Europeia no âmbito dos futuros acordos comerciais, bilaterais e multilaterais da União Europeia, preveja estudos de impacto para Regiões Ultraperiféricas como os Açores”.

Está bem, sim senhor. Vamos fazer um estudo. E qual é o efeito do estudo? V. Exas. não dizem.

Deputado António Ventura (PSD): Disse-o na intervenção!

Deputado Pedro Gomes (PSD): O senhor não conhece as regras da União Europeia? Não conhece os Estatutos?

O Orador: Um estudo sobre os impactos das Regiões Ultraperiféricas, está bem. E depois?

Deputada Zuraida Soares (BE): Complica-se!

Presidente: Não entrem em diálogo. Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu gostaria que a câmara me esclarecesse se eu já pus aqui em causa a União Europeia. Eu apenas estou a falar deste projeto, que é hipócrita, politicamente, e que é anódino.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor gosta da União Europeia, mas há outros que não gostam da União Europeia!

O Orador: Eu também tenho aqui qualquer coisinha para o senhor. Espere só um bocadinho.

Eu até concordo com o estudo. Mais, eu até considero que esses estudos não deviam cingir-se apenas aos acordos bilaterais e multilaterais que aqui estão referidos.

Esses estudos de impacto, com um determinado efeito, até deveriam ser feitos relativamente ao mercado único europeu,...

Deputado António Ventura (PSD): Então proponha isso! Não propõe. Apenas critica a nossa proposta!

O Orador: ... que V. Exas., o CDS-PP e o PS tanto apoiaram, cujos efeitos estão a causar problemas à agricultura...

Deputada Zuraida Soares (BE): Estava indo tão bem! Estragou tudo!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Continuo já, Sr. Presidente.

... e cujos efeitos estão a pesar sobre a economia nacional, designadamente sobre a agricultura que tanto me preocupa a mim e tanto preocupa o Deputado António Ventura.

Acho que os estudos até deviam ir sobre o impacto que tem o mercado único nas Regiões Ultraperiféricas, porque somos fortemente penalizados.

Não será por acaso que o Partido Socialista vai viabilizar esta iniciativa hipócrita e anódina do PSD.

Quanto ao PCP não contem com isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Ficou com a ciumeira toda!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retomar o debate para deixar apenas duas referências.

É interessantíssimo verificar que não tendo consultado, relativamente a esta matéria, aquilo que foi o documento final da declaração da XVII Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, ...

Deputado António Ventura (PSD): Eu tenho-o aqui!

O Orador: ... se venha aqui dizer que se desconfia do Governo ter feito alguma coisa, porque é um documento oficial, comunicado às autoridades dos países (Portugal, Espanha e França), à Comissão Europeia e ao Sr. Presidente da Comissão, com um conteúdo, um capítulo específico sobre as questões dos acordos internacionais, intitulado “Impacto dos Acordos Internacionais”, onde a Região Autónoma dos Açores, por sua proposta, fez ser aprovado, por unanimidade, este capítulo, que dizia e diz, de uma forma muito clara,...

Deputado António Ventura (PSD): E esta Assembleia não pode fazer nada?

O Orador: ... que a Comissão era convidada a considerar as especificidades das Regiões Ultraperiféricas e a analisar, estudando, específica e sistematicamente, os efeitos sobre as nossas economias, as nossas regiões, particularmente através dos estudos de impacto das negociações em curso.

Mais: que esse estudo fosse prévio às decisões negociais.

Mais ainda: que a Comissão Europeia, em consequência desses estudos prévios e dos impactos que essas negociações tivessem nas economias das Regiões Ultraperiféricas, desenvolvessem e adotassem mecanismos de compensação eficazes para os agricultores, para proteção das economias frágeis das Regiões Ultraperiféricas e dos seus agricultores.

Dizer que, fazer constar de um documento destes, que foi comunicado à Comissão Europeia, a todos os estados que têm Regiões Ultraperiféricas,...

Deputado António Ventura (PSD): Onde é que eu já li isto? Acho que foi o ano passado!

O Orador: ... é não fazer nada, eu, sinceramente, acho que não estamos aqui propriamente num circo onde se pretende fazer espetáculo.

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores é que querem fazer espetáculo!

O Orador: Estamos aqui para tratar de assuntos sérios e para referir com seriedade as questões que estão em causa.

Deputado António Ventura (PSD): Onde é que eu já ouvi isto?

O Orador: Em vez de estarmos a falar, em tom crítico, da Comissão Europeia e do Comissário das Relações Exteriores, relativamente à abertura dessas negociações e a todas as outras negociações, para além do MERCOSUL, que estão a ser desenvolvidas, em vez de estarmos a falar criticamente dessas iniciativas da União Europeia, o que se pretende é falar mal do Governo Regional dos Açores.

Deputado António Ventura (PSD): Não! O senhor é que chegou aqui a criticar a Assembleia e a dizer que o PSD não traz nada de novo!

O Orador: Isso nós não admitimos.

O que estamos a dizer, e dissemos, é que essa iniciativa do PSD tem um mérito (tem um mérito, sim!): repetir aquilo que o Governo Regional já fez e que consta destes documentos oficiais das Conferências das Regiões Ultraperiféricas.

Obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): O Governo Regional é que repete aquilo que o PSD diz!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é colagem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista não pode aceitar que se venha dizer que o Governo Regional, e no caso concreto, o Sr. Secretário Regional da Agricultura, não respeita esta Assembleia, uma vez que as provas dadas ao longo desta legislatura, como de outras legislaturas, é que o Governo Regional tem respeitado esta casa e as instituições democráticas da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista e o Governo (ponto n.º 2 que queria aqui registar) sempre se têm preocupado com esta questão, das relações e dos acordos com os países terceiros. Não é pelo facto de um Sr. Deputado vir aqui tentar fazer um jogo de quem apareceu primeiro ou quem apareceu depois, “se a galinha, se o ovo”, ...

Deputado António Ventura (PSD): A verdade! É um facto!

O Orador: ... que esta situação se altera.

Acontece que os senhores apresentaram nesta casa um Projeto de Resolução que, na sua essência, repete aquilo que foi aprovado no Comité das Regiões, na XVII Reunião.

Deputado António Ventura (PSD): E não repete aquilo que diz o projeto do PSD sobre o MERCOSUL?

O Orador: Não me venha dizer que este é um projeto inovador e inédito, porque não é.

O Governo Regional, como foi bem demonstrado pelo Sr. Secretário, tem vindo a defender esta matéria nas instâncias onde ela deve ser defendida, que são nas instâncias comunitárias.

Em termos de responsabilização, quem é o Presidente da Comissão Europeia neste momento? De que cor partidária é o Presidente da Comissão Europeia? O

que é que ele tem feito para defender também as regiões ultraperiféricas e, neste caso, dos acordos?

São questões que também carecem de resposta.

Qual é a família política maioritária na União Europeia?

Estas questões merecem que seja dada uma resposta verdadeira sobre o assunto.

Para terminar, esclarecer de uma vez por todas que consideramos, como já foi dito, positiva a iniciativa no sentido em que ela vem mais uma vez reforçar a posição desta casa e a posição dos Açores.

Repetindo: não é inédita nem traz nada substancialmente de novo.

Tenho dito.

Deputado Rui Ramos (PSD): Então vote contra!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para referenciar que o PPM votará a favor deste Projeto de Resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que estranho!

O Orador: Não tem nada de estranho. Pura e simplesmente considero que não só votaremos a favor, como todos os grupos e representações parlamentares desta casa votarão a favor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A esquerda unida está ali!

O Orador: O que é estranho é que se criem aqui diferenças absolutamente artificiais para um texto tão simples, um texto tão racional para necessidades tão básicas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É zero!

O Orador: Na minha perspetiva, é evidente que alguém, com racionalidade,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos analisá-las como coisas sérias!

O Orador: ... que leia aquelas que são as nossas competências, no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, de acompanhamento das políticas europeias, alguém que faça um contexto racional em relação às dificuldades que vivem as regiões ultraperiféricas no âmbito dos acordos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já percebemos!

O Orador: ... comerciais que a União Europeia realiza com outras potências e outros blocos comerciais, poderá chegar à conclusão que estas duas ideias que aqui estão, não são, como aqui já foi dito, inovadoras. Isso eu subscrevo na íntegra e tenho a certeza absoluta que grande parte desta câmara também o irá fazer.

“1. Que a Comissão Europeia no âmbito dos futuros acordos comerciais, bilaterais e multilaterais da União Europeia, preveja estudos de impacto para Regiões Ultraperiféricas como os Açores” (quem é que não concorda com isto?);...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é o efeito do estudo?

O Orador: Não estou a ver quem não possa concordar!

“2. Desta posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deverá ser dado conhecimento ao Governo da República, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia.”

Qual é o efeito do estudo?

O efeito do estudo é demonstrar que em relação a um determinado acordo comercial que se venha a realizar entre a União Europeia, ou outros blocos comerciais, e potências terceiras, que o impacto em regiões que são ultraperiféricas, que têm um tecido económico muito frágil,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É negativo e...

O Orador: ... e que têm uma série de desvantagens que são reconhecidas no âmbito da União Europeia...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E...

O Orador: ... esse estudo irá demonstrar isso e que é necessário que sejam tomadas medidas no sentido de proteger as Regiões Ultraperiféricas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah, é? Mas isso não está lá!

O Orador: Que sejam tomadas medidas no sentido de proteger ou de criar outras alternativas.

Isto, a mim, parece-me que é absolutamente evidente e racional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso não está lá, Sr. Deputado!

O Orador: Quero dizer-vos, em relação a esta questão, o seguinte:

Esta questão também me preocupa, embora (é evidente) o Parlamento dos Açores e o Governo Regional dos Açores, no âmbito destas questões internacionais, têm o peso que têm.

É um peso, como se sabe, diminuto, como é também o peso do nosso país no âmbito destas questões, como se tem visto no âmbito também da atual crise económica e europeia, em que as nossas posições e as posições dos outros países pouco têm contado na definição das políticas europeias.

Considero que apesar de termos a ideia exata de que a capacidade de influenciar estes processos é diminuta, é nossa obrigação legal e estatutária, fazê-lo, tomar estas iniciativas.

Aqui, de facto, eu considero que há duas questões relevantes:

Primeiro, a União Europeia estará tentada a escoar a sua produção industrial, evidentemente.

Há países, nomeadamente os países do MERCOSUL, que têm um excedente na produção agrícola e que tenderá a existir aqui uma relação económica que passará pelo escoamento dos produtos agrícolas em troca da produção industrial europeia.

Isso pode afetar muitíssimo a agricultura europeia e terá um impacto devastador nas Regiões Ultraperiféricas que têm uma série de desvantagens que são reconhecidas através dos diversos tratados europeus.

Em conclusão, o PPM apoia esta iniciativa, que não é inovadora, mas é uma iniciativa que decorre das nossas competências.

Tenho a certeza que a esmagadora maioria desta câmara irá apoiar esta perspectiva.

Quanto às culpas, quem chegou primeiro, quem tem o mérito, eu considero que, no âmbito deste assunto, essa questão é absolutamente irrelevante e, deixem que vos diga, até ridícula.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por si, Sr. Deputado Aníbal Pires. Vamos falar de hipocrisia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos lá!

O Orador: Vamos lá. Lembra-se do Projeto de Resolução do MERCOSUL?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Lembro! Eu aprovei!

O Orador: Exatamente. Dizia o mesmo que este, só que este abrange os outros acordos, previa o estudo. O senhor aprovou o outro e reprova este.

Sabe o que é que mudou entretanto até agora?

A proximidade das eleições regionais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Hipocrisia é isto. É que o senhor aprovou um estudo para o MERCOSUL e não aprova um estudo para todos os acordos globais. Isto é que é hipocrisia, Sr. Deputado.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor não sabe o que é que aprova!

O Orador: Estranha forma de fazer política.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lá vamos!

O Orador: São factos e o senhor não pode negar.

Agora pergunta o que são estudos?

Mas o que era o estudo, no outro?

Qual é a diferença?

A diferença entre o MERCOSUL e este é alargar o âmbito dos acordos. Nem mais, nem menos!

Isto é que é hipocrisia, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Hoje não há nada que me contenha!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O PCP não sabe o que anda a fazer!

O Orador: Permitam-me que vos diga:

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas é que disse neste Parlamento que não havia nada de novo. Mas nunca foi trazido a esta Assembleia, desta forma e com esta amplitude, este Projeto de Resolução para esta Assembleia tomar posição.

Nesta Assembleia é, sim, novo! É, sim, algo inédito! É, sim, importante para os Açores esta Assembleia tomar posição!

O Secretário Regional da Agricultura é que disse “nós estamos a fazer tudo”.
É verdade que estão a fazer tudo, depois do PSD ter feito.

(Risos dos Deputados João Costa e Artur Lima)

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Deputado, não tenho paciência para o sofrer!

O Orador: Ele é que disse, não fui eu.

Eu simplesmente respondi.

Quem tem atitudes destas, neste Parlamento, está a desrespeitar este Parlamento e a democracia está em perigo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Ventura, há aqui uma diferença substantiva entre o que V. Exas. hoje aqui trouxeram e o Projeto de Resolução sobre o MERCOSUL.

Deputado António Ventura (PSD): Qual é?

O Orador: Este não tem efeito nenhum.

Deputado António Ventura (PSD): Não tem?!

O Orador: Não! Não! Sr. Deputado não venha... O senhor escusa...

Deputado António Ventura (PSD): Não escuso! Eu vou responder!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor é que não sabe o que é que aprova nesta casa!

O Orador: ... de fazer aí a sua peçazinha de teatro, porque não vale a pena.

Tem substantivas diferenças.

Aliás, este que está aqui não adianta nada! Não foi por acaso que a Representação Parlamentar do PCP subscreveu e subscreveria o Projeto de Resolução que o PSD trouxe aqui sobre a questão do MERCOSUL.

Quanto às referências que fez, ao tempo eleitoral, vai desculpar-me, mas se alguma coisa se alterou no comportamento do PSD é o tempo que corre.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que é que quer dizer com isso?

O Orador: Aquilo a que assistimos diariamente é a um completo histerismo do PSD no anúncio (e mais!) e na assunção, pela Região, segundo o PSD, daquilo que são responsabilidades da República.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estamos calmos e serenos!

O Orador: Mas isso do tempo eleitoral ficará para uma outra oportunidade, porque teremos muito tempo para conversar.

Há uma coisa que o PCP não faz certamente, que é dizer às pessoas ou às organizações aquilo que elas gostam de ouvir. É o que V. Exas. andam a fazer por essa Região fora, aumentando a cada dia o rol de promessas.

Aliás, a Dra. Berta Cabral fez hoje mais uma. Penso que estará a destinar já um lugar ao Dr. Duarte Freitas (ao Deputado Duarte Freitas!) que é um representante permanente em Bruxelas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A fila é grande!

Deputado João Costa (PSD): É bom sinal! É sinal que tem pessoas competentes para representar!

O Orador: Esse clima eleitoral V. Exas. é que têm que gerir, porque há aí algum histerismo relativamente a essa questão.

Portanto, da parte do PCP, a sua agenda política é certamente uma agenda eleitoral, mas é uma agenda política que põe em primeiro lugar os interesses desta Região.

As críticas que eu fiz ao vosso Projeto de Resolução e que reitero aqui são:

Essa é uma iniciativa que se reveste de hipocrisia política, uma vez que V. Exas. são defensores do livre mercado, da liberalização do mercado. Portanto, vêm agora aqui com uma tentativa de demonstrar: “Afim, não! Temos que proteger aqui os nossos interesses em termos agrícolas.”

Deputado António Ventura (PSD): Sempre foi assim!

O Orador: Aliás, passa-se o mesmo relativamente a outras situações, como sejam a defesa das quotas que V. Exas. abandonaram e que agora, há algum tempo, retomaram.

Portanto, Sr. Deputado António Ventura, aquilo que disse é falso...

Deputado António Ventura (PSD): Falso! Vou pedir a defesa da honra!

O Orador: ... não corresponde à verdade.

Isto que aqui traz é uma coisa perfeitamente anódina, porque o estudo de impacto não tem nenhum efeito.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Leia as coisas, Sr. Deputado!

O Orador: O estudo de impacto até pode concluir que há grandes prejuízos para as Regiões Ultraperiféricas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Leia, Sr. Deputado!

O Orador: E depois? Quais são os mecanismos? Qual é o efeito? É vinculativo?

Quais são os efeitos? Que compensações vai encontrar?

Deputado António Ventura (PSD): Eu digo!

O Orador: O senhor diz? O senhor aquilo que propõe é apenas a realização de um estudo.

Deputado António Ventura (PSD): Igual ao outro!

O Orador: E depois? Pelo amor de Deus!

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos por partes e ver que diferenças é que existem entre o Projeto do MERCOSUL e este Projeto.

O Projeto do MERCOSUL dizia (Sr. Deputado Aníbal Pires, preste atenção)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou atento!

O Orador: ... que “a Comissão Europeia devia avaliar os impactos dos acordos de liberalização onde devem ser incluídos os Açores”.

Este diz:

“Que a Comissão Europeia no âmbito dos futuros acordos comerciais, bilaterais e multilaterais da União Europeia, preveja estudos de impacto para Regiões Ultraperiféricas como os Açores”.

Não é igual, Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não!

O Orador: Qual é a diferença?

Talvez alguma vírgula que tenha aqui e que não seja igual.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é, Sr. Deputado!

O Orador: Qual é a diferença?

As dúvidas que o senhor não tinha em relação ao outro que aprovou, tem em relação a este, com o mesmo texto, com o mesmo articulado. Qual é a diferença?

Sr. Deputado Aníbal Pires, termino com isto, para não prolongar este debate:

Um deputado que se abstém relativamente a um assunto tão importante e tão dramático como a questão da classificação do leite na Ilha das Flores, não merece outra consideração senão este repúdio e essa assimilação ao PS que o senhor está a fazer por causa da aproximação do ato eleitoral.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nunca, um deputado regional com a sua responsabilidade, deve rejeitar que está em perigo a imagem dos Açores e o leite das Flores, por não haver classificação.

O Governo Regional não cumpre a legislação e o senhor não aprovou o voto de protesto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É cúmplice!

O Orador: Isto é uma cumplicidade inaceitável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Rosa)

Presidente: Não estamos a discutir agora votos de protesto, Sr. Deputado.

Lembrando que os votos de protesto já foram discutidos e votados, Sr. Deputado Aníbal Pires vou dar-lhe a palavra. Tem um minuto e meio.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Ventura, desde logo, há uma diferença substantiva.

Deputado António Ventura (PSD): Há mais diferenças!

O Orador: É que nós estávamos a falar de um caso concreto quando foi aprovado aqui o Projeto de Resolução do MERCOSUL e que o PCP apoiou.

Deputado António Ventura (PSD): Qual é a diferença?!

O Orador: Mas já que V. Exa. se referiu à minha votação...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual é a diferença, Sr. Deputado?!

O Orador: ... relativamente ao voto protesto quanto à questão do leite, dizer-lhe o seguinte:

Não está em causa a saúde pública.

Deputado António Ventura (PSD): Não está?!

O Orador: O controlo de qualidade é feito. O que não é feito é a classificação.

Deputado António Ventura (PSD): Não sabe o que está a dizer!

O Orador: Como V. Exa. sabe, a classificação do leite (e sabe muito melhor do que eu) é feita tendo em consideração três parâmetros: a gordura, a proteína e a qualidade higio-sanitária. São esses os três parâmetros da classificação do leite.

Deputado Costa Pereira (PSD): Só o último é suficiente!

O Orador: O voto que foi trazido hoje de manhã aqui, o PCP absteve-se, e absteve-se porquê?

Presidente: Já percebemos, Sr. Deputado.

O Orador: Porque são os próprios produtores da Ilha das Flores que não querem fazer a classificação do leite.

Deputado António Ventura (PSD): Não têm que querer ou não querer!

O Orador: O controlo de qualidade do produto é feito a partir da entrada do leite.

Deputado António Ventura (PSD): Mas quero associar!

Presidente: Já percebemos, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado António Ventura, não venha mistificar aquilo que não tem que ser mistificado.

Presidente: Muito obrigado. Já percebemos.

Sr. Deputado António Ventura, vou dar-lhe a palavra, mas não estamos a discutir a classificação do leite nas Flores.

Deputado António Ventura (PSD): Mas quero associar-me!

Presidente: Não estamos a discutir a classificação do leite nas Flores. Estamos a discutir uma resolução apresentada pelo PSD, onde o PSD fixou o objeto que bem entendeu.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem, Sr. Presidente.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente, para terminar dizer que lamento a irresponsabilidade do Sr. Deputado sobre a matéria em apreço, que é obviamente avaliar esses acordos tão importantes ou mais importantes que o MERCOSUL. É o caso do acordo com o Reino de Marrocos, que prevê uma liberalização da entrada de frutas e legumes com consequências que ainda não se sabe.

As próprias organizações de produtores têm-se manifestado contra e é isso que também está em causa.

Aquilo que o senhor aprovou para o Projeto de Resolução com o MERCOSUL é igual àquilo que está neste Projeto de Resolução, só que ampliado e abrangente a todos os acordos que estão em causa, com os Estados Unidos, com o Canadá e com o Reino de Marrocos, entre outros. São 45 acordos que neste momento estão a analisar.

O senhor sabe o que é que acontece com estes acordos?

Há uma tendência bem visível de negociação, em que se troca serviços e produtos industriais pela agricultura.

É isso que está a acontecer.

Portanto, lamento essa irresponsabilidade. Isto revela uma mudança de rumo, por isso é que fiz a associação com a proximidade do ato eleitoral e fiz a

associação com a classificação do leite nas Flores, porque acho que é, ao máximo, irresponsável, não votar a favor desse voto de protesto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Irresponsável é o PSD!

O Orador: O senhor não sabe o que é que está a dizer relativamente à saúde pública e à imagem dos produtos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Um partido como o PCP a defender a Merkel! Não defende os agricultores!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões relativamente simples, para referir aqui algo que me parece importante.

Por falar em irresponsabilidade, quando se comparam propostas e não se aprova umas para depois se fazer crer que o facto de não se aprovar outras se é irresponsável, quero relembrar aqui o que é que propõe esta iniciativa do PSD.

Passo a citar:

“1. Que a Comissão Europeia no âmbito dos futuros acordos comerciais, bilaterais e multilaterais da União Europeia, preveja estudos de impacto para Regiões Ultraperiféricas como os Açores.”

Preveja estudos! Não tem aqui nenhuma medida adicional de prever mecanismos alternativos, de proteção, nada que venha trazer uma mais-valia aos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Os senhores vieram apresentar esses estudos?

O Orador: Em contrapartida, trouxemos a esta casa e fizemos aprovar, em julho de 2010, um trabalho realizado (segundo o PSD não tinha grande crédito) com todas as associações agrícolas e com os agricultores da Região, que já falava nesta questão dos acordos e dos cuidados que a União Europeia tinha que ter nos acordos com os países terceiros...

Deputado António Ventura (PSD): Foi depois de termos falado!

O Orador: ... na defesa dos interesses da Região.

Lá não falávamos realmente em estudos. Dizíamos e exigíamos que fossem tomadas medidas que protegessem a Região relativamente a esses acordos.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que temos que fazer. Não é prever mais estudos que em nada irão adiantar.

O que é que fez o PSD nessa altura?

Não aprovou, não viabilizou as nossas iniciativas.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Foram irresponsáveis em 2010 quando trouxemos esse assunto a esta casa por via do nosso relatório e, posteriormente, por via de um Projeto de Resolução.

Tenho dito.

Deputados Berto Messias e José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, é preciso recordar uma coisa. O senhor sabe por que é que surge o vosso relatório e o vosso projeto?

Deputado Rui Ramos (PSD): Já se esqueceram!

O Orador: Porque antes tínhamos apresentado um Projeto de Resolução nesta casa sobre o mundo rural e os senhores rejeitaram.

O senhores estão dotados daquele ciúme habitual,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Vocês são a génese!

O Orador: ... em que não conseguem ver iniciativa a outros grupos e representações parlamentares.

Como rejeitaram o nosso, tinham que contrapor com alguma coisa.

Isto aconteceu. Foi, de facto, depois do nosso projeto sobre o mundo rural, rejeitado pelos senhores, que surgiu o vosso projeto. Foi isso que aconteceu.

Sr. Deputado Duarte Moreira, o senhor tem alguma bola de cristal que saiba que medidas vão atuar, se não souber qual é o impacto?

Obviamente quando se estuda é para perceber quais são as medidas corretas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Obviamente!

O Orador: Ou é avulso?

Eu compreendo que o Governo que o senhor apoia cria medidas avulsas, mas o senhor não vá neste caminho. Não se habitue a isto, a criar medidas avulsas, porque não dá certo.

É preciso prever, estudar, para ter as medidas corretas, senão isso é desperdiçar dinheiro.

Deputado José Lima (PS): É preciso ter memória curta!

O Orador: É atirar dinheiro aos problemas. Atirar dinheiro aos problemas tem duas consequências: nunca resolve o problema e é um desperdício de recursos financeiros.

Deputados Rui Ramos e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só quero fazer acreditar aqui que a apresentação de um simples Projeto de Resolução, umas linhas escritas e pensadas numa noite, tenha o mesmo valor de um trabalho que levou meses a desenvolver junto de todos os agricultores, das instituições regionais.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Foi preciso passar um papelinho para o senhor dizer isso?

O Orador: Um trabalho que foi feito em conjunto e colocou nesta casa aquilo que é o pensamento de todos os agricultores, de todas as ilhas dos Açores. É diferente, o senhor não foi capaz de explicar e é isso que lhe está a doer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor não conseguiu fazer esse trabalho junto dos nossos agricultores, junto de quem no dia-a-dia trabalha a terra.

Sr. Deputado, deixe que lhe diga o seguinte:

A sua intervenção faz-me pensar apenas uma coisa: “o galo também pensa que é por cantar que o sol nasce”. Assim está o senhor!

Obrigado.

Deputado José Rego (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma diferença entre o trabalho que os senhores apresentaram e o trabalho que o PSD queria fazer.

O PSD queria envolver este Parlamento na auscultação e no debate de ideias sobre a agricultura.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Lima (PS): E nós não trouxemos um relatório aqui e à Comissão de Economia?

O Orador: Toda a oposição votou a favor, inclusive o Sr. Deputado Aníbal Pires.

O que os senhores fizeram mais uma vez foi desprezar este Parlamento para fazer o trabalho sozinhos, recusando o debate de ideias, recusando a participação e o envolvimento de toda a esta Assembleia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É esta a nossa diferença. É uma diferença democrática que existe, de respeito pelo primeiro órgão, a Assembleia, por respeito a este Parlamento.

É isto que está em causa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação desta resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Deputado que discorda faça favor de se sentar.

O Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o meu tempo é limitado e acabou, e entretanto o Sr. Deputado António Ventura fez aqui algumas afirmações a propósito da aprovação do Projeto de Resolução sobre o MERCOSUL, eu vou ler aquilo que V. Exa. não leu e que justifica a diferença entre a votação feita então pelo PCP e a que fez hoje.

Deputado Rui Ramos (PSD): Estamos nas declarações de voto, não estamos no debate!

O Orador: Primeiro ponto da parte resolutiva:

“Que as negociações de âmbito agrícola com o MERCOSUL não prejudiquem a produção e comercialização da agricultura dos Açores, especialmente no que concerne à bovinicultura de carne”.

Depois, vem o estudo.

Aquilo que V. Exas. hoje aqui apresentam...

Deputado António Ventura (PSD): Está lá!

O Orador: Não, não está, Sr. Deputado. Veja a parte resolutiva, Sr. Deputado e não falte à verdade.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor é que está a faltar à verdade!

O Orador: Eu não lhe admito aquilo que o senhor fez aqui hoje, porque é substantivamente diferente.

Aliás, Sr. Deputado, face à atitude que o PS teve nesta discussão, não merecia sequer que eu me tivesse absterido, porque aquilo que V. Exas. fizeram foi vergonhoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura para uma declaração de voto.

Deputado António Ventura (PSD): Para um protesto.

Presidente: Protestar contra o quê?

Deputado António Ventura (PSD): Contra a inverdade que o Sr. Deputado disse!

Presidente: Sr. Deputado, para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD tem a certeza de ter trazido a esta casa um Projeto de Resolução em que este Parlamento assume uma posição cimeira e inédita sobre a defesa de um setor tão importante como é o setor agrícola, sustentáculo da nossa economia, também de âmbito social e europeu, nos acordos que se estão a realizar, e na tendência que é aquela de liberalização excessiva de troca da agricultura por outros tipos de produtos.

Contudo, lamentamos que a Representação Parlamentar do PCP destorça aqui a verdade. Aquilo que está proposto no Projeto de Resolução do MERCOSUL, para avaliar o impacto relativamente ao MERCOSUL, é o mesmo que está proposto neste Projeto de Resolução, mas de âmbito alargado, que engloba 45 acordos multilaterais e bilaterais: prever o que é que vai ocorrer para se tomar as medidas corretas, do mesmo modo que o Projeto do MERCOSUL, que foi aprovado por unanimidade, pretendia e pretende perceber o que é que vai ocorrer para se tomar as medidas corretas. Nem mais, nem menos.

Tudo o que seja para além dessa interpretação é pura demagogia e é faltar à verdade.

Tenho dito.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Presidente: Desculpe.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Ventura...

Presidente: O Sr. Deputado António Ventura reafirmou uma posição que já disse várias vezes e à qual V. Exa. já respondeu, que acha que há uma similitude entre a Resolução do MERCOSUL e esta. E vai continuar a achar. O senhor acha que não.

Portanto, estamos esclarecidos, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

Presidente: Desculpe. Estamos esclarecidos. Já ouvimos a sua posição e já ouvimos a posição do PSD.

Não sei se há mais alguma declaração de voto.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência daquela que tem sido a atuação e a posição deste Grupo Parlamentar e do Governo Regional na defesa intransigente da agricultura e dos agricultores da Região, na sequência de diversas iniciativas nesta casa pelo Grupo Parlamentar ou iniciativas do Governo Regional a nível de outras instâncias, nomeadamente junto do Comité das Regiões e da própria Comissão Europeia, na defesa daquilo que são os interesses regionais, não poderíamos deixar de nos associar a esta iniciativa do PSD, provando que nem tudo o que vem do PSD é mau.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esta, é uma coisa que não serve para nada!

O Orador: Outras posições não tem tido o PSD relativamente a iniciativas desta Casa.

Esta posição não tem sido a posição do PSD nesta casa, como eu referi há pouco. Por dor de cotovelo não aprova iniciativas do Partido Socialista que, como demonstrei, tinham interesse e já falavam destes assuntos anteriormente.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou a favor porque consideramos que a realização destes estudos de impacto para as Regiões Ultraperiféricas é bastante importante.

São economias frágeis que têm mecanismos de defesa no âmbito do contexto europeu, mas estes estudos que provem o impacto que podem ter esses acordos comerciais que se venham a negociar com outros blocos comerciais e com outras potências são da maior relevância para o processo de tomada de decisão da União Europeia, em relação às medidas que devem ser implementadas para a proteção das Regiões Ultraperiféricas ou para criar outro tipo de condições que possam de alguma forma evitar esse impacto ou pelo menos compensá-lo.

Nessa perspetiva é uma iniciativa bastante válida.

Só se espera que a Comissão Europeia dê o encaminhamento correto a esta solicitação que é feita pelo Parlamento dos Açores e que, com certeza, é uma solicitação e uma aspiração dos Parlamentos das outras Regiões Ultraperiféricas.

É necessário que este impacto se faça.

O que quero deixar aqui é uma posição política de apoio a esta Resolução.

É uma Resolução do Parlamento dos Açores e se for aceite no âmbito da Comissão Europeia tem muita importância para a defesa dos interesses das Regiões Ultraperiféricas.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS vai votar favoravelmente esta Resolução...

Vozes dos Deputados das bancadas do PS, do PSD e do BE: Já votou!

O Orador: Votou. Isto é do cansaço, porque realmente o debate foi tão esotérico que a pessoa até se perde na sequência.

O CDS votou favoravelmente esta Resolução, mas votou com convicção.

Deputado João Costa (PSD): Tanto que queria votar outra vez!

O Orador: O debate que aqui se passou fez-me lembrar, em termos de comparações (um que é redondo, o outro porque é a mesma coisa, o outro que não é a mesma coisa), sobretudo uma que acho que é muito interessante.

Nós aprovámos por convicção, pela bondade, pela utilidade e sobretudo pela eficiência que possa ter esta Resolução. Não aprovámos a Resolução pensando que foi feita numa noite e que é uma folhinha de papel, ou que tinha 50 folhas de papel e uma era mais importante do que a outra.

Esta é importante pelo seu conteúdo, pela sua qualidade e pela sua eficiência.

Isso faz-me lembrar (conta-se!) um determinado professor que avaliava os seus alunos pelo peso que tinham os seus testes, independentemente do que eles lá escreviam. Se estava pesadinho merecia 18, se estava menos pesadinho levava 10.

Não é esse o critério que se avalia as iniciativas.

Avalia-se a iniciativa pelo seu mérito, pela sua utilidade e julgo que no mundo globalizado, que é isso que temos que ter a noção, e numa Europa cada vez mais globalizada e numa Europa por si própria cada vez mais extensa e de certa maneira também mais aberta, pela proximidade de Marrocos, como aqui foi bem lembrado e dos acordos, é fundamental que se prevejam estudos de impacto económico numa Região Ultraperiférica, pequena, débil, como é a Região Autónoma dos Açores.

Só assim, sensibilizando os decisores europeus e a União Europeia, é que poderemos ter algumas garantias, pelo menos, que teremos alguma proteção, porque também sabemos, e temos que ser absolutamente rigorosos e sinceros

nisto, que os Açores para a União Europeia, é uma manchinha no meio do Atlântico. Em termos comerciais e económicos valemos muito pouco.

Temos todos os dias, todas as horas que afirmar a nossa importância Atlântica pela Europa, a fronteira Atlântica da Europa, e afirmar a nossa mais-valia, e afirmar que precisamos da ajuda europeia porque somos europeus.

É isso que temos que afirmar junto da União Europeia, seja uma iniciativa do Partido Socialista, seja uma iniciativa do Partido Social Democrata, seja redundante, não seja redundante, o que interessa é que saia desta casa, e vai sair, uma Resolução a recomendar à União Europeia que preveja estudos que possam eventualmente proteger a Região Autónoma dos Açores neste clima e neste mundo globalizado que cada vez mais nós assistimos e cada vez mais nós não temos controlo sobre ele, e que cada vez mais as coisas são incontrolláveis quando se entra nessa matéria de interesses económicos e estamos a ver com a quota leiteira o que se está a passar.

Portanto, “cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”, e não farão com certeza mal aos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Creio que não há mais nenhuma declaração de voto.

Assim sendo, Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente, Sr. Presidente, para a interpelação que queria fazer há bocadinho.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Antes de lhe responder, pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares e ao Sr. Vice-Presidente do Governo que se acercassem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos ficar hoje por aqui. Retomamos os nossos trabalhos amanhã às 10 da manhã com PTAP.

Bom jantar. Boa noite e até amanhã.

Eram 19 horas e 05 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputado que faltou à sessão:

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documento entrado

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Aprova benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvo pastoris e à dinamização da Bolsa de Terras - n.º 54/XII– n.º 203/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.04.20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.05.10;

Assunto: Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2013 a 2016 - n.º 56/XII– n.º 205/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.05.23.

2 – Projetos de Lei:

Assunto: Facilita o acesso ao subsídio de desemprego aos trabalhadores que tenham os seus salários em atraso – n.º 217/XII – n.º 202/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.04.19

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.05.09;

Assunto: Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho aditando a Associação Nacional de Deficientes Sinistrados do Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho - n.º 221/XII – n.º 204/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.05.03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.05.23.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados - MEC - (Reg. DL 192/2012) - n.º 206/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.04.19

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.04.30;

Assunto: Procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado - PCM - (Reg. DL 193/2012) – n.º 207/IX –

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.04.19

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.04.30;

Assunto: "Altera o Código da Estrada e aprova o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2006/126/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, alterada pela Diretiva n.º 2009/113/CE, da Comissão, de 25 de agosto de 2009, e pela Diretiva n.º 2011/94/UE, da Comissão, de 28 de novembro de 2011, relativas à carta de condução - MEE - Reg. DL 230/2012. n.º 209/12

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.05.07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.05.16.

4 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece o regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais – PCM – (Reg. PL 202/2012) - 208/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.04.06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.04.30.

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Altera os programas de estágios profissionais "Estagiar"](#) - com pedido de urgência n.º 8/2012

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012.05.07

Pedido de urgência.

6 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Livre acesso e exercício de atividades económicas na Região Autónoma dos Açores](#) – n.º 10/2012

Autor: Governo

Data entrada: 2012.05.07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.06.08.

7 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas](#) – n.º 22/2012

Autores: A Presidência da ALRAA, PS, PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM

Data entrada: 2012.04.24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.05.04;

Assunto: [Formação e ensino de condução das categorias B \(ligeiros\) e A \(motociclos\) na ilha do Corvo – n.º 23/2012](#)

Autor: PPM

Data entrada: 2012.04.24

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que alargue o âmbito do Programa Operacional PRO-EMPREGO a todos os trabalhadores que, embora estejam afetos à Administração Central, exerçam a sua atividade em serviços desconcentrados na Região Autónoma dos Açores” – n.º 24/2012](#)

Autor: PPM

Data entrada: 2012.04.26

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que assegure o contributo regular, na Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira, de um psicólogo escolar – n.º 25/2012](#)

Autor: PPM

Data entrada: 2012.04.26

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.05.31;

Assunto: [Proposta de alteração ao Projeto de Resolução n.º 8/2012 - Tempo de serviço prestado pela\(o\)s Educadora\(e\)s de Infância, em creche e atelier de tempos livres \(ATL\), para efeitos de cálculo da graduação profissional em processo de concurso do pessoal docente](#)

Autor: BE

Data entrada: 2012.04.30

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Instalação de um Posto de Turismo na ilha do Corvo](#) – n.º 26/2012

Autor: PPM

Data entrada: 2012.05.03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.06.04;

Assunto: [Promoção do Bem-Estar Animal e controlo das Populações de Animais Errantes](#) - n.º 27/2012

Autor: BE

Data entrada: 2012.05.07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.06.08.

8 – Propostas de Resolução:

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#) Referente ao Ano 2011- n.º 12/12

Autor: ALRAA

Data entrada: 2012.04.20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 30 dias após a emissão do parecer do Tribunal de Contas

9 – Petições:

Assunto: Inspeção Automóvel na Ilha das Flores- n.º 13/2012

Autor: Francisco Aurélio da Costa Braz

Data de Entrada: 2012.04.03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.06.11;

Assunto: Pelas crianças que consomem álcool nos Açores - n.º 14/2012

Autor: João Paz Soares Botelho

Data de Entrada: 2012.04.19

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.19;

Assunto: Pelo fim dos subsídios públicos à tauromaquia nos Açores - n.º 15/2012

Autor: Cassilda do Rosário Teixeira Pascoal

Data de Entrada: 2012.04.20

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012. 06.20.

10 – Requerimentos:

Assunto: [Atualização da carta escolar](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.04.23

Referência: 54.06.00 – N.º 621/IX;

Assunto: [Alargamento de escolaridade obrigatória até aos 18 anos](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.04.24

Referência: 54.07.00 – N.º 622/IX;

Assunto: [Abastecimento de água à agricultura](#)

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Paulo Ribeiro, Jorge Macedo, Aida Santos, Cláudio Almeida, Mark Marques, João Bruto da Costa, Pedro Gomes, Cláudio Lopes e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2012.04.24

Referência: 54.03.00 – N.º 623/IX;

Assunto: [Trilhos pedestres da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.04.26

Referência: 54.07.09 – N.º 624/IX;

Assunto: [Plano de descontaminação na Base das Lajes](#)

Autores: Paulo Ribeiro, Clélio Meneses, António Ventura e Duarte Freitas (PSD)

Data de Entrada: 2012.04.26

Referência: 54.04.03 – N.º 625/IX;

Assunto: [Salvaguarda do Património Cultural da Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.04.26

Referência: 54.04.03 – N.º 626/IX;

Assunto: [Avaliação do impacte da aplicação do Vale Saúde](#)

Autor: Artur Lima (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.04.26

Referência: 54.04.03 – N.º 627/IX;

Assunto: [Atraso na regulamentação da atribuição de bolsas de estudo](#)

Autor: Clélio Meneses, Paulo Ribeiro, António Ventura, João Bruto da Costa, Costa Pereira e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2012.04.30

Referência: 54.03.00 – N.º 628/IX;

Assunto: [Apoios a Sociedades e Bandas Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.05.02

Referência: 54.01.00 – N.º 629/IX;

Assunto: [Enumeração das medidas tomadas pelo Governo Regional no âmbito da preservação da flora terrestre endémica da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão Abraços (PPM)

Data de Entrada: 2012.05.03

Referência: 54.07.09 – N.º 630/IX;

Assunto: [Que destino terá o lixo produzido na ilha das Flores?](#)

Autores: Paulo Ribeiro, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2012.05.03

Referência: 54.03.08 – N.º 631/IX.

11 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Preço da farinha de trigo tipo 65 e do pão de trigo tipo 65](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.20

Referência: 54.06.00 – N.º 544/IX;

Assunto: [Nova escola da Povoação](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.20

Referência: 54.01.02 – N.º 604/IX;

Assunto: [Programa Reactivar](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.23

Referência: 54.03.00 – N.º 589/IX;

Assunto: [Projetos de Interesse Regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.27

Referência: 54.01.00 – N.º 598/IX;

Assunto: [Dividas do Serviço Regional de Saúde continuam a criar problemas à sociedade açoriana](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.27

Referência: 54.03.00 – N.º 612/IX;

Assunto: [Ligações Pico-Lisboa pela SATA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.30

Referência: 54.03.06 – N.º 582/IX;

Assunto: [Injustiça na integração de trabalhadores da CALF no IAMA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.30

Referência: 54.03.07 – N.º 611/IX;

Assunto: [Lamas da ETAR do matadouro da ilha das Flores - Atentado ambiental e risco para a saúde pública](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.30

Referência: 54.01.08 – N.º 613/IX;

Assunto: [TDT nas Flores e no Corvo - Uma tripla discriminação](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.30

Referência: 54.01.00 – N.º 614/IX;

Assunto: [Macas e cadeiras de rodas com dificuldades de embarque no novo cais do porto da Horta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.04.30

Referência: 54.03.00 – N.º 615/IX;

Assunto: [Salvaguarda do património cultural da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.07

Referência: 54.07.09 – N.º 636/IX.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar que de acordo com o n.º 2 do art.º 6 do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e do n.º 4 do

art.º 18.º da Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, o Sr. Vasco Ilídio Alves Cordeiro assumirá o respetivo mandato, como deputado na ALRAA, com efeitos a partir do dia 19 de Abril. Mais informa que nesta data, cessa as funções como Deputado o Sr. João Oliveira Teves

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2012. 04. 20;

Assunto: Ofício a comunicar ao abrigo do disposto do artigo 9.º do Regimento e nos termos do artigo 33.º, n.º 3 do Estatuto Político-Administrativo da RAA a renúncia de mandato de deputada eleita pelo circulo eleitoral da ilha Terceira, com efeitos a partir do dia 22 de Abril

Autora: A Deputada, Carla Bretão

Data de Entrada: 2012.04.20;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência do pedido de renúncia do mandato da Deputada Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, será substituída pelo Sr. Paulo Jorge Silva Ribeiro

Autora: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2012.04.20;

Assunto: Ofício a comunicar que passa a integrar a Comissão de Inquérito à atividade da Secretaria da Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob a sua tutela

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CSD/PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2012.04.23;

Assunto: Ofício a comunicar que passam a integrar a Comissão de Inquérito à atividade da Secretaria da Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob a sua tutela, os Deputados: Drs. António Marinho e Pedro Gomes

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2012.04.23;

Assunto: Ofício a comunicar que passa a integra a Comissão de Inquérito à atividade da Secretaria da Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob a sua tutela

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2012.04.23;

Assunto: Ofício a comunicar que passa a integra a Comissão de Inquérito à atividade da Secretaria da Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob a sua tutela os Srs. Deputados: Isabel Rodrigues, José do Rego, José San-Bento. Lúcio Rodrigues, Nélia Amaral, Ricardo Cabral e Rogério Veiros

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2012.05.07;

Assunto: Ofício a comunicar que passa a integra a Comissão de Inquérito à atividade da Secretaria da Saúde e Entidades Públicas Empresariais sob a sua tutela, a Sra. Dra. Zuraida Soares

Autora: O Grupo Parlamentar do BE, Zuraida Soares

Data de Entrada: 2012.04.24;

Assunto: Pedido de informação sobre os transportes aéreos na Região Autónoma dos Açores e da Madeira.

Autor: Comissão de Economia e de Obras Publicas - Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.04.26;

Assunto: Ofício a informar que o senhor João Oliveira Teves será substituído pela senhora Deputada Piedade Lalanda na Comissão de Economia

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2012.04.26;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 23/2012 Formação e ensino de condução das categorias B (ligeiros) e A (motociclos) na ilha do Corvo

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2012.04.24;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 24/2012 – “Recomenda ao Governo Regional que alargue o âmbito do Programa Operacional PRO-EMPREGO a todos os trabalhadores que, embora estejam afetos à Administração Central, exerçam a sua atividade em serviços desconcentrados na Região Autónoma dos Açores”

Autor: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2012.04.26;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012 - Altera os programas de estágios profissionais "Estagiar"

Autor: O Representação Parlamentar do PCP, Aníbal Pires

Data de Entrada: 2012.05.07;

Assunto: Ofício a enviar o Acórdão n.º 187/2012 relativo à fiscalização abstrata sucessiva da ilegalidade da norma contida no artigo 27.º do DLR n.º 6/2011/A, de 10 de Março - Estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina na RAA.

Autor: O Presidente do Tribunal Constitucional, Rui Manuel Moura Ramos

Data de Entrada: 2012.05.02.

12 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.05.07;

Assunto: Pedido de autorização para autorização da Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro Oliveira a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo Disciplinar n.º IRE/01.01/2012 que corre termos na Inspeção Regional de Educação da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.05.07;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012 – “Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.05.07;

Assunto: Projecto de Resolução n.º 22/2012 – “Atribuição de Insígnias Honoríficas Açorianas”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.05.07;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 182/2012 – “Estabelece a metodologia de levantamento de todos os edifícios, instalações e equipamentos públicos que possam conter materiais com amianto na sua construção, afetos a organismos da Administração Central do Estado, direta e indireta, bem como da Administração Regional e Local”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.05.07;

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data: 2012.05.07;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 193/2012 \(PCM\) – “Procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado”](#)

Proveniência: [SubComissão de Política Geral](#)

Data: 2012.04.30;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei n.º 202/2012 \(PCM\) – “Estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais”](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data: 2012.04.30;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 5/2012 - “Estudos de impacto nas negociações comerciais”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data: 2012.05.07;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 3/20122 – “Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano económico de 2010”](#)

Proveniência: Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Data: 2012.04.30;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 207/XII que “Aprova a Lei-Quadro da ação social escolar no ensino superior e define os apoios específicos aos estudantes”](#)

Proveniência: Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Data: 2012.05.02;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 217/XII que “Facilita o acesso ao subsídio de desemprego aos trabalhadores que tenham os seus salários em atraso”](#) – n.º 202/IX

Proveniência: Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Data: 2012.05.03;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados”](#) n.º 206/IX – DL n.º 192/2012

Proveniência: Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Data: 2012.05.03;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012 – “Regime jurídico da ação social escolar”](#)

Proveniência: Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Data: 2012.05.03;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data: 2012.05.08;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 3/2011 – “Conta da Região Autónoma dos Açores Referente ao Ano de 2010”](#)

Proveniência: Comissão Permanente de Economia

Data: 2012.05.02;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “Alteração ao anexo \(fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca –](#)

FUNDOPESCA) do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio de 2002”

Proveniência: Comissão Permanente de Economia

Data: 2012.05.03;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 7/2012 - “Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores (FREA)”

Proveniência: Comissão Permanente de Economia

Data: 2012.05.03;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 6/2012 - “Recomenda ao Governo Regional que cancele o projeto de construção de um campo de golfe e adote medidas de melhoria das acessibilidades e apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável na ilha de Santa Maria

Proveniência: Comissão Permanente de Economia

Data: 2012.05.03;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2012, que “Regula a utilização de organismos geneticamente modificados e dos produtos deles derivados”

Proveniência: Comissão Permanente de Economia

Data: 2012.05.03.

13 – Diários:

Estão presente nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 128, 129 e 130.

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário n.º 127.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco